PDAD 2024 AMPLIADA
PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

DISTRITO FEDERAL

RESULTADOS GERAIS: MORADORES E DOMICÍLIOS

IPEDF
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

GDF
É tempo de ação.

PDAD 2024 AMPLIADA
PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha Barros Junior
Governador

Celina Leão
Vice-governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC

Ney Ferraz Júnior
Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan

Manoel Clementino Barros Neto
Presidente

Marcos da Silva Amaro
Diretor de Administração Geral

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora de Estratégia e Qualidade

Francisca de Fátima de Araújo Lucena
Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

Werner Bessa Vieira
Diretor de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Marcela Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

IPEDF
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

GDF
É tempo de ação.

EQUIPE TÉCNICA

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Francisca de Fátima de Araújo Lucena
Diretora

Dea Guerra Fioravante
Diretora até agosto de 2024

Clarissa Jahns Schlabitz
Diretora até fevereiro de 2023

Alisson Carlos da Costa Silva
Assessor Especial

Pedro Henrique Borges
Assessor Especial até outubro de 2024

Rodrigo Borges
Assessor Especial até maio de 2024

Thiago Mendes Rosa
Assessor Especial até fevereiro de 2023

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Jusçânio Umbelino de Souza
Coordenador

Fabricio de Aguiar Sena
Gerente de Análise de Pesquisas Sócioeconomicas até novembro de 2024

Talia Alves Xavier
Gerente de Questionário e Metodologia até maio de 2024

Miriam Francisca Silva Chaves Ferreira
Gerente de Qualidade de Dados

Janaína Lacerda
Gerente de Coleta de Dados

José Douglas de Queiroz
Coordenador de Campo

BOLSISTAS

Emily Alves Marques
Marcelo Pereira de Souza Fleury
Rodrigo Almeida de Arruda
Thiago Cordeiro Almeida
Thiago Mendes Rosa

APOIO ADMINISTRATIVO

Eliene Vieira Barbosa Nobre
Léia Oliveira de Lima
Maria Edna P. Medeiros
Nair Alves de Lima
Paulo Rogério Azevedo Andrade
Telma Maria de Lima

PESQUISADORES

Adão Martins Filho
Ana Lídia da C. Borges Valadão
Antonio Humberto de França Souza
Antonio Pereira de A. Filho
Cherlla Barros Ferreira Gramagol
Daniel L. Mascanrenhas Bernardes
Danilo Camargos
Danilo Lucas da Mota Rodrigues
David Bastos Pires
Diones da Silva Mendanha
Dwahyny KriegerKenedy de Oliveira
Eder Tolentino da Silva
Elias da Rocha Silva
Eline Sousa Lima
Eliomar de Oliveira Barreiros
Erivaldo da Fonseca Barbosa
Gilton Gomes Batista
Gean Dores Silveira Araújo
Gilberto Coelho Borges
Gilberto Luna dos Santos
Guiomar Ribeiro de Araujo Silva
Ingridy Moreira de Souza
Jacira Roberto dos Santos
Jéssica Freitas dos Santos
Leandro de Souza Silva Reis
Luiz Alberto Pimentel
Luiz Fernado Cruz Cerejo
Lucimar Batista Pereira
Magda Maria dos Santos
Marcia da Silva
Marcos Maciel Ribeiro
Marlúcia Alves dos Santos
Nivaldo Bernardes de Oliveira
Paulo Henrique de Paiva
Regina Célia Alves
Renato Almeida Junior
Tauá Flamengo Freire
Tereza Christina do Amaral

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIOECONÔMICAS

João Pedro Dias
Coordenador

Fabricio de Aguiar Sena
Assessor Especial

Alisson Carlos da Costa Silva
Assessor Especial até outubro de 2024

Larissa Gomes Pinto
Gerente de Estudos Populacionais até novembro de 2024

Mônica Oliveira Marques França
Assistente Técnico Administrativo

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE ECONÔMICA E CONTAS REGIONAIS

Adrielli Santos de Santana Dias
Coordenadora

Talia Alves Xavier
Assessora Especial

Gustavo Nascimento Lima
Gerente de Contas Regionais

IPEDF
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
GDF
É tempo de ação.

UNIDADE DE CIÊNCIA DE DADOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Leandro Henrique Antunes de Carvalho
Chefe de Unidade

Letícia Pacheco dos Passos Claro
Chefe de Unidade até maio de 2024

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE DADOS,GEOINFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

Frederico Lara de Souza
Coordenador

Bruno Medeiros Santana
Assessor Especial

Patricia Ferreira Alves da Silva
Assessor Especial até julho de 2024

Jeferson Lucas Macedo do Amaral
Assessor Especial

Guilherme Carvalho Rodrigues
Assessor Especial

Matheus de Sousa Lemos Fernandes
Assessor Especial

Gabriel de Oliveira Martins
Assessor Especial até maio de 2024

Elias Mangueira Lopes
Assessor Especial até dezembro de 2023

Luiz Rubens Camara de Araújo
Assessor Especial até fevereiro de 2024

Érica Lima Ambrósio
Gerente de Informações Estatísticas

Renato Borges Ferreira
Gerente de Inovação

Fernanda Pimentel Crispim
Gerente de Inovação até agosto de 2024

Diovanna Pereira Quintino
Gerente de Geoinformação até julho de 2024

Lucas de Padua Bergamaschi
Assessor

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS (DEPAT)

Werner Bessa Vieira
Diretor

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora até maio de 2024

Luiz Antônio Gouveia de Oliveira
Assessor Especial

Marlene Maria dos Santos Rodrigues
Assessora

Gabriela Bemvenuto de Abreu e Silva
Assessora

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS (COEA)

Aline da Nóbrega Oliveira
Coordenadora

Rogério Vidal de Siqueira
Assessor Especial

Leandro de Almeida Salles
Gerente de Sustentabilidade

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS (COET)

Larissa Carvalho de Carvalho
Coordenadora

Anamaria de Aragão Costa Martins
Coordenadora até julho de 2024

Jéssica da Rocha Brito Oliveira
Assessora Especial

George Eduardo Maeda
Gerente de Estudos da Metrópole até janeiro de 2025

Umberto Rafael de Menezes Filho
Economista

Clóvis Antônio Barbará Jacob
Engenheiro Civil

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS (DIPOS)

Marcela Machado
Diretora

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS QUALITATIVAS DE POLÍTICAS SOCIAIS(COPQL)

Jaqueline da Silva Borges
Coordenadora de Estudos e Pesquisas Qualitativas de Políticas Sociais

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS QUANTITATIVAS(COPAQ)

Juliana Estanislau Cançado
Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativas, até dezembro de 2024

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS (COAPS)

Maria Salete Alves Queiroz
Coordenadora de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais, até dezembro de 2024

Francisca de Fátima de Araújo Lucena
Coordenadora de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais, até agosto de 2024

Sumário

1 APRESENTAÇÃO **2**

2 INTRODUÇÃO **3**

3 METODOLOGIA **4**

3.1 Amostra 4

3.2 Histórico 8

4 RESULTADOS – MORADORES **17**

Caracterização da População 17

4.1 Migração 23

4.2 Comunicação 28

4.3 Saúde 32

4.4 Educação 38

4.5 Trabalho 44

5 RESULTADOS – DOMICÍLIOS **52**

Características dos domicílios 52

5.1 Infraestrutura domiciliar 56

5.2 Infraestrutura urbana nas proximidades dos domicílios 63

5.3 Serviços domiciliares e inventário de bens duráveis 66

5.4 Localidades predominantes de compras 73

5.5 Animais de estimação 75

1. APRESENTAÇÃO

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A) é realizada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) sob a coordenação e execução do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan. Foi regulamentada pelo Decreto nº 39.403 de 26 de outubro de 2018, tem periodicidade bienal e está agora em sua sétima edição. Iniciada em 2004, esta sétima edição se destaca pela significativa expansão na sua cobertura geográfica focal, tanto na área urbana quanto rural do Distrito Federal, além de alcançar os doze municípios goianos vizinhos que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB). Assim, a PDAD-A integra, em uma única pesquisa, a PDAD tradicional (realizada em área urbana), a PDAD Rural e a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), oferecendo um panorama abrangente e integrado da população metropolitana. Criada com o objetivo de fornecer dados atualizados e consistentes para o planejamento e execução de políticas públicas no Distrito Federal, a PDAD-A assumiu papel de relevância no atendimento às demandas por dados mais detalhados e desagregados do perfil socioeconômico da regiões administrativas e da periferia metropolitana de Brasília, mostrando-se alinhada ao plano estratégico do Distrito Federal, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização da Nações Unidas - ONU, ao disponibilizar importantes dados e informações voltados ao conhecimento da realidade socioeconômica da sua área focal. Seguindo metodologia com grande similaridade à da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, a PDAD-A permite comparar dados de resultados do seu levantamento, com os da PNAD, contribuindo ao processo de análise e avaliação de desempenho conjuntural e à gestão pública, propriamente dita.

2. INTRODUÇÃO

A PDAD Ampliada tem como área de abrangência as áreas urbanas e rurais do Distrito Federal e a área urbana dos 12 municípios goianos circunvizinhos, que integram a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB). Nesta sua sétima edição, contabilizou uma amostra de 24.845 domicílios, com a coleta de dados sendo realizada entre os dias 01 de novembro de 2023 e 4 de outubro de 2024. Os resultados da PDAD-A 2024 permitem oferecer amplo conhecimento da atual realidade socioeconômica da região, com detalhamentos desagregados em nível de Região Administrativa, área rural e de município integrante da PMB. O levantamento abrange questões como condições de moradia, acesso à infraestrutura urbana e rural e outros indicadores importantes.

O desenvolvimento da pesquisa envolve três etapas principais: pré-campo, campo e pós-campo. A fase de pré-campo inclui o planejamento da pesquisa, atualização dos cadastros de endereços, definição das áreas de abrangência e dimensionamento da amostra. Nesta fase, também é elaborado o questionário, com a participação das áreas finalísticas deste instituto e das secretarias do GDF por meio do Conselho Consultivo da PDAD-A. A Etapa de Campo foi realizada em 10 meses e meio pela empresa contratada, sendo finalizada em agosto de 2024. Após a etapa de coleta, foi realizada a análise de consistência e consolidação dos dados, a expansão da amostra e a elaboração dos relatórios de resultados. A PDAD Ampliada 2024 visitou expressivo número de domicílios e entrevistou grande quantitativo de moradores no Distrito Federal e nos municípios da PMB, oferecendo robusta base de informações.

3. METODOLOGIA

3.1. Amostra

A seleção da amostra seguiu o esquema de amostragem aleatória estratificada para o Distrito Federal (42 localidades de interesse), suas 35 regiões administrativas e para os 12 municípios da PMB (16 localidades de interesse).

Para a definição do tamanho da amostra, utilizou-se como parâmetro estatístico a variância da renda domiciliar. Tal parâmetro serviu de balizador na partição da amostra total, de 24.845 domicílios. A partir dos dados de renda da PDAD 2021 e PMAD 2019/2020. Quanto maior a variância da renda domiciliar, maior foi a amostra da localidade.

No intuito de garantir robustez nas amostras, foi definido o menor tamanho amostral (*n*) de 400 domicílios por localidade, mesmo que a fórmula estatística indicasse uma amostra suficiente menor.

A base de endereços foi construída utilizando-se o cadastro de programas habitacionais, o cadastro de consumidores de energia elétrica, o cadastro de consumidores de água e dados do Cadastro Nacioal de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE) Pré-censo 2022, todos contendo as variáveis de localização, o que possibilitou agregar, conforme a Região Administrativa, os endereços contidos nos 6.895 setores censitários abrangidos pela pesquisa. Foram utilizadas imagens de satélite para detectar aglomerados subnormais com características urbanas ainda não incluídos nos cadastros disponíveis, para os quais IPEDF Codeplan providenciou listagens para, assim, dispor de todos os endereços nas localidades abrangidas pela pesquisa.

Para o cálculo em cada área de interesse (ou localidade), começa-se utilizando a seguinte expressão:

$$n_0 = \frac{Z^2_{\alpha/2}\sigma^2_x}{e^2_{\bar{x}}}$$

Onde:

- n_0 = estimativa inicial de amostra,
- Z = é o quantil da distribuição normal padrão,
- α = é a confiança aplicada aos intervalos de confiança subsequentes da pesquisa,

- σ_x^2 = é a variância da variável de interesse,
- $e_{\bar{x}}^2$ = é o erro amostral relativo à média amostral da variável de interesse.

Fazendo-se o seguinte artifício, de multiplicar a n_0 por $\bar{x}^2$ / $\bar{x}^2$, tem-se que:

$$n_0 = \frac{Z_{\alpha/2}^2 CV^2}{e^2}$$

Onde:

- CV = é o coeficiente de variação da variável de interesse,
- *e* = é o erro amostral proporcional à média amostral da variável de interesse.

A partir da definição dos n_0 para cada uma das áreas de interesse, usa-se a seguinte fórmula :

$$n_1 = \frac{n_0}{(1 + \frac{n_0}{N})}$$

Onde:

- n_1 = É a amostra final e
- *N* = É o total populacional de domicílios.

Uma vez definidas as amostras em cada área de interesse, tem-se por precaução, avaliar a possível taxa de não resposta da pesquisa, neste caso, com base na pesquisa anterior, utilizou-se o valor de 20% de não resposta, ou seja:

$$n = \frac{n_1}{1 - taxa\ de\ no\ resposta}$$

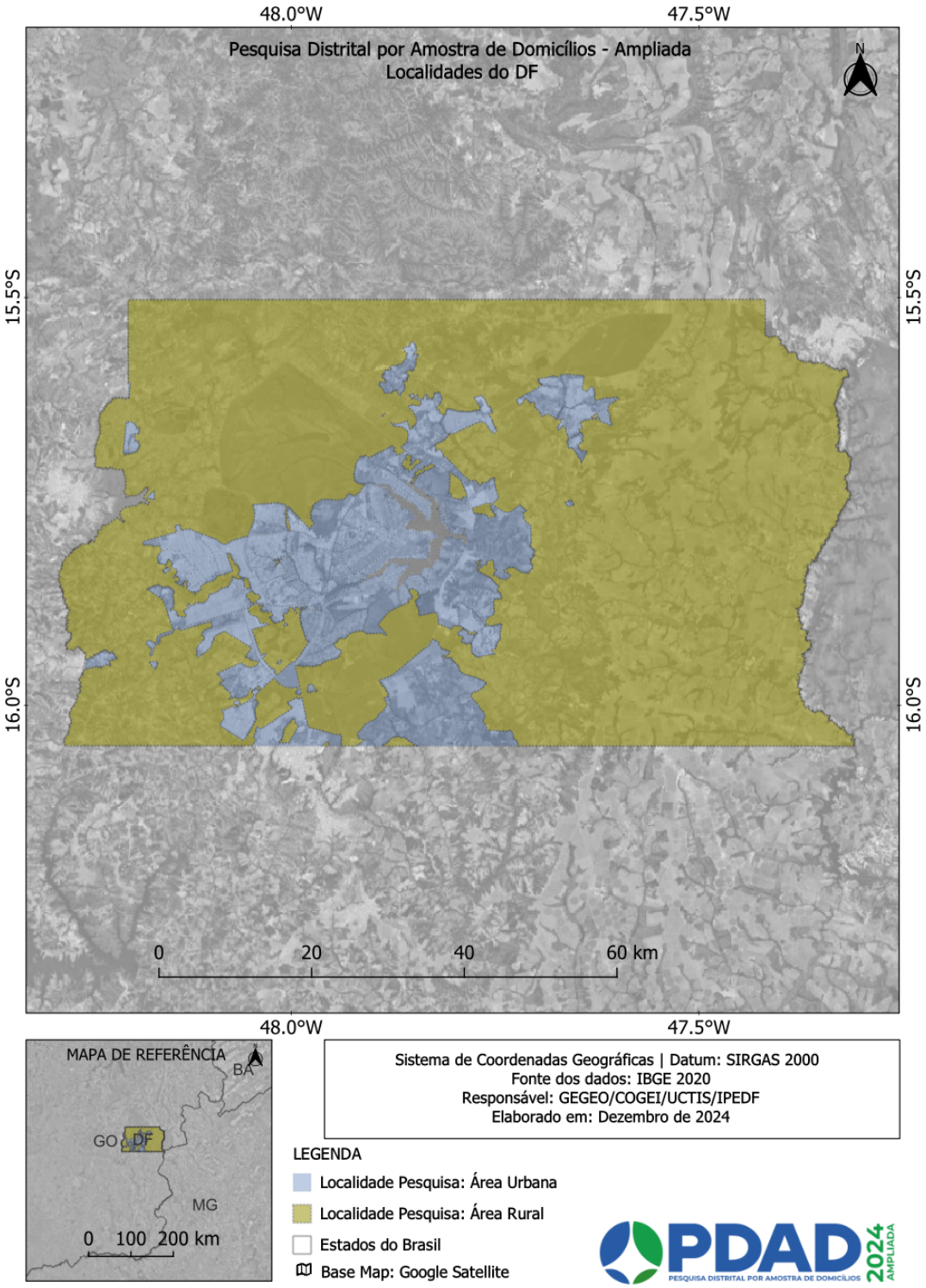
Mesmo após esta definição de tamanho de amostra, pode ser considerado ou não a decisão de definir um tamanho mínimo de amostra a ser coletada na área.

Partindo destes parâmetros, tem-se a amostra efetivamente pesquisada total de 24.845 domicílios, onde 18.130 são do Distrito Federal e 6.715 do Goiás. A tabela 1 apresenta a distribuição da amostra da PDAD-A 2024 por localidade.

Tabela 1: Amostra da PDAD-A 2024 por localidade

Setor	amostra	Setor	amostra
Alexânia	693	Planaltina de Goiás	399
Arapoanga	509	Plano Piloto - Área 1	493
Arniqueira	604	Plano Piloto - Área 2	598
Brazlândia	399	Plano Piloto - Área 3	393
Candangolândia	403	Plano Piloto - Área 4	139
Ceilândia	560	Recanto das Emas	452
Cidade Ocidental - Área 1	400	Riacho Fundo	642
Cidade Ocidental - Área 2	400	Riacho Fundo II	401
Cocalzinho de Goiás	400	SCIA - Área 1	430
Cristalina - Área 1	405	SCIA - Área 2	414
Cristalina - Área 2	401	SIA	150
Cruzeiro	399	Samambaia	553
Fercal	400	Santa Maria	451
Formosa	400	Santo Antônio do Descoberto	412
Gama	400	Sobradinho	525
Guará	409	Sobradinho II	570
Itapoã	401	Sol Nascente/Pôr do Sol	399
Jardim Botânico	401	Sudoeste e Octogonal	396
Lago Norte	403	São Sebastião - Área 1	413
Lago Sul	399	São Sebastião - Área 2	387
Luziânia - Área 1	400	Taguatinga	423
Luziânia - Área 2	400	Valparaíso de Goiás	402
Novo Gama	403	Varjão	409
Núcleo Bandeirante	425	Vicente Pires - Área 1	402
Padre Bernardo - Área 1	400	Vicente Pires - Área 2	400
Padre Bernardo - Área 2	400	Água Quente	400
Paranoá	464	Águas Claras	402
Park Way	399	Águas Lindas	400
Planaltina	463	Área rural	450

Figura 1: Região de interesse da PDAD-A 2024



3.2. Histórico

O Distrito Federal (DF) está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, com uma extensão de 5.779 km², correspondendo a aproximadamente 0,06% do território nacional. Em setembro de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº 2.874 com a disposição da mudança da Capital Federal para o Planalto Central, na área que constituiria o Distrito Federal e que a partir de então, teria o nome de "Brasília"[1], sendo a menor Unidade da Federação no país. Antes de se tornar realidade, a criação de Brasília e do Distrito Federal foi fruto de ideais e de debates ao longo da história brasileira. As propostas de transferência da capital do Brasil remontam ao período colonial. Em 1761, o Marquês de Pombal, então um dos ministros de D. José, rei de Portugal, propôs mudar a capital do império português, então no Rio de Janeiro, para o interior do Brasil Colônia[2]. A partir de 1813, o jornalista Hipólito José da Costa, defendeu a ideia em sucessivos artigos no Correio Braziliense, na época editado em Londres, Inglaterra. O conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva teve papel decisivo na consolidação da mudança da capital, pois, em 1821, redigiu a pauta de propostas da "bancada brasileira" à Constituição, originando a publicação na qual se defende a fundação da capital do reino, já com a denominação de Brasília, "no centro do Brasil"[3]. Em 1883, o padre italiano Dom Bosco sonhou que fazia uma viagem à América do Sul – continente que jamais visitou. No sonho, ele passou por várias terras entre a Colômbia e o sul da Argentina, vislumbrando povos e riquezas. Ao chegar à região entre os paralelos 15° e 20°, viu um local especial, onde, nas palavras de um anjo que o acompanhava em sua visão, apareceria "a terra prometida, de onde jorrará leite e mel" e que seria "uma riqueza inconcebível". Setenta e sete anos depois do sonho, era inaugurada no Planalto Central brasileiro a cidade de Brasília, exatamente dentro do intervalo de coordenadas geográficas mencionado na visão de Dom Bosco e emoldurada pelo Lago Paranoá[4]. Apesar da padroeira oficial de Brasília ser a Nossa Senhora Aparecida, Dom

[1]BRASIL. Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2874.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

[2]IPHAN. História– Brasília (DF)– IPHAN– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1484/. Acesso em: 19 fev. 2025.

[3]AGÊNCIA SENADO. Brasília, uma história com mais de 200 anos. Disponível em: <https: //www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/04/20/brasilia-uma-historia-com-mais-de-200anos>. Acesso em: 19 fev. 2025.

[4]AGÊNCIA SENADO. Muitos acreditam que o santo italiano profetizou a construção de Brasília no século 19. Disponível em: https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not08.asp.

Bosco ganhou depois a condição de segundo patrono de Brasília, ou, precisamente, "igualmente principal", por ter previsto no sonho o surgimento da cidade[5]. A mudança da capital foi articulada na República na forma de proposta de emenda constitucional, no Congresso Constituinte de 1890, e depois constou nas Constituições de 1891, 1934 e de 1946[6]. Já a ideia da Comissão Exploradora do Planalto Central – conhecida como Missão Cruls – começou com a Constituição de 1891 que estipulou uma zona de 14.400Km² para ser oportunamente demarcada como futura Capital Federal, e foi cumprida em 1982 pelo Congresso Nacional que estabeleceu a comissão para demarcar e explorar essa região, chefiada por Luiz Cruls. Os trabalhos da comissão foram consolidados em 1893 no Relatório Cruls que especificou o Quadrilátero Cruls. Em 1953, por meio do Decreto nº 32.976[7], foi constituída uma nova a Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, que delimitou a área da futura capital entre os rios Preto e Descoberto, e os paralelos 15°30' e 16°03', abrangendo parte do território dos municípios goianos de Planaltina, Luziânia e Formosa. Pelo Decreto nº 38.281 de 1955, essa Comissão foi transformada em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal[8]. Em 1956, a referida Lei nº 2.874[9], dispôs sobre a mudança da Capital Federal, de acordo com o que estava estabelecido no art. 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, definindo a localização da nova Capital. Ao dar início à construção de Brasília, em setembro de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek instituiu a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e nomeou como presidente o engenheiro Israel Pinheiro, diretor administrativo o médico Ernesto Silva, diretor técnico o engenheiro Bernardo Sayão, para a diretoria do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Oscar Niemeyer, ficando a diretoria financeira para Íris Meinberg[10]. No

[5]GAMA, James Borralho. Brasília, a terra prometida: turismo místico e religioso na capital do país. Especialização em Gestão e Marketing do Turismo, Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/549. Acesso em: 19 fev. 2025.

[6]CÂMARA DOS DEPUTADOS. Revista 50 anos de Brasília. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/revista-50-anos-debrasilia. Acesso em: 19 fev. 2025.

[7]BRASIL. Decreto nº 32.976 de 8 de junho de 1953. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32976-8-junho-1953-337949-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 fev. 2025.

[8]BRASIL. Decreto nº 38.281 de 9 de dezembro de 1955. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38281-9-dezembro-1955-329627-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 fev. 2025.

[9]BRASIL. Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2874.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

[10]ALVES, Lara Moreira. A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: UMA CONTRADIÇÃO ENTRE UTOPIA E REALIDADE. Revista de História da Arte e Arquitetura– Unicamp, p. 5, 2005.

mesmo mês foi lançado o edital do concurso nacional do Plano Piloto de Brasília, o qual já estabelecia a existência do Lago Paranoá, a localização do futuro aeroporto, do Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República e do Brasília Palace[11]. Dentre as 26 propostas inscritas no concurso, venceu a proposta de número 22, do arquiteto Lúcio Costa, por apresentar uma proposta "clara, direta e fundamentalmente simples" de acordo com a comissão julgadora composta por júri internacional. A implantação da nova capital exigiu a construção dos primeiros canteiros de obras e de vários acampamentos para os trabalhadores e técnicos envolvidos na obra, originalmente de caráter temporário, porém muitos desses acampamentos acabaram se tornando a origem de novas cidades permanentes e existentes até os dias atuais[12]. Para essa construção, a Novacap assumiu uma vertiginosa campanha de recrutamento de mão de obra, levando milhares de pessoas a deixarem suas cidades natais em busca de oportunidades de emprego, renda e de futuro promissor no planalto central brasileiro. Para essa massa populacional designou-se a palavra "candango". O termo foi amplamente empregado e vinculado aos primeiros construtores da capital[13]. A inauguração de Brasília ocorreu no dia 21 de abril de 1960. Em 1987, o plano urbanístico de Brasília, concebido pelo urbanista Lúcio Costa, foi reconhecido mundialmente por seu urbanismo modernista e declarado Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) com o princípio fundamental de preservar a concepção das quatro escalas urbanas, elementos definidores do seu tombamento: monumental, residencial, bucólica e gregária, estabelecidas pela Portaria Iphan nº 314, de 8 de outubro de 1992[14]. Administrativamente, com a Constituição de 1969, parte da organização administrativa do DF foi centralizada e passou a ser incumbência do Presidente da República, como o regime jurídico dos servidores públicos, a forma e as condições de provimento dos cargos públicos e as condições para aquisição de estabilidade. Além disso, passou a ser competência exclusiva do Presidente iniciativas de leis que dispusessem "sobre organização administra-

[11]AGÊNCIA BRASÍLIA. Esboços para a capital desde 1927. 2019. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/04/25/147148/. Acesso em: 19 fev. 2025.

[12]COSTA, Graciete Guerra da. As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011. 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_dc174f0fb58062e1dc92e169d0b96568. Acesso em: 28 jun. 2024.

[13]JACQUES, Paola Berenstein; JÚNIOR, Dilton Lopes de Almeida. A Construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: XII EHA – ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2017.

[14]IPHAN. Brasília-DF - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/31. Acesso em: 29 jul. 2024.

tiva e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal". Uma mudança importante foi que, a partir de então, seria um Governador Biônico e não mais um prefeito o gestor local[15]. Foi somente após a promulgação da Constituição de 1988 que ficou estabelecido que o Distrito Federal é vedado de ser dividido em Municípios e que Brasília é a capital do país. No mesmo documento, o Art. 29 estipulou que ao Distrito Federal seriam atribuídas as competências legislativas reservadas tanto aos Estados quanto aos Municípios. Além disso, o § 2º do mesmo artigo definiu que a eleição do Governador, do Vice-Governador e dos Deputados Distritais coincidiria com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandatos de igual duração[16]. A Constituição também estabeleceu que o Distrito Federal teria Deputados Distritais e uma Câmara Legislativa, em vez de vereadores e prefeitos, como ocorre nos municípios. Assim, o poder legislativo do DF foi assemelhado ao dos estados, que contam com Assembleias Legislativas e Deputados Estaduais. Brasília, além de abrigar a sede da União, é uma Unidade Federativa híbrida, contando tanto com competências de estado quanto de município. Em termos de finanças públicas, esse advento coloca a cidade numa situação bastante peculiar, já que recebe transferências específicas pela sua condição de Distrito Federal, bem como aportes relativos às suas competências cumulativas. Isso significa receber recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)[17]. A Constituição de 1988, no Art. 21, definiu que compete à União: Inciso XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios[18]; e Inciso XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo

[15] CODEPLAN, Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/PDAD-DF_2021.pdf. Acesso em: fev 2025.

[16] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

[17] BERTHOLINI, Frederico; NOCKO, Larissa Maria; ROSA, Thiago. Cinderela, gata borralheira, ou só mais uma no baile: Quem é o DISTRITO FEDERAL NAS FINANÇAS PÚBLICAS?. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD-51-Cinderela-Gata-Borralheira-ou-s%C3%B3-mais-uma-no-baile-quem-%C3%A9-o-Distrito-Federal-nas-finan%C3%A7as-p%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

[18] BRASIL. Emenda Constitucional no 69 de 29 de março de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc69.htm#art1. Acesso em: 5 maio 2022.

próprio[19], o denominado Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Os serviços públicos cobertos pelo FCDF incluem a saúde e a educação. O FCDF é regulamentado pela Lei nº 10.633/2002 e, desde 2003, o aporte anual de recursos orçamentários destinados ao DF via fundo é corrigido anualmente pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União[20]. O Decreto nº 43 de março de 1961 tratava sobre a estrutura administrativa da então Prefeitura do Distrito Federal, definindo 7 subprefeituras: Planaltina, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Paranoá, Brazlândia e Núcleo Bandeirante[21]. Com a finalidade de facilitar a administração dessas localidades, o território do Distrito Federal foi dividido pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispôs sobre a reestruturação administrativa do DF e trouxe a divisão territorial em oito regiões administrativas, sendo elas Taguatinga, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Gama, Jardim, Paranoá e Brasília[22]. Destaca-se dessas a Região Brasília, atualmente RA I Plano Piloto, localizada na área central do Distrito Federal, que contempla o núcleo original da Capital Federal, da proposta ganhadora do Concurso Público para a Nova Capital, o Plano Piloto de Lúcio Costa. Essa RA possui o maior patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, a maior parte constituída de projetos do arquiteto Oscar Niemeyer como: Palácio da Alvorada, Palácio do Planalto, Congresso Nacional, Catedral, Memorial JK, dentre outras obras de arquitetos destacados do modernismo brasileiro. O projeto de Lúcio Costa considerava que o Plano Piloto deveria abrigar até 500.000 habitantes no ano 2000[23]. Em 1960, a população total do Distrito Federal era de 141.742 habitantes[24], apresentando um forte crescimento em uma década e em 1970 já haviam 546.015 pessoas[25], superando o total estimado para os anos 2000 à época do planejamento. O ritmo de crescimento

[19] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

[20] SEEC, Secretaria de Economia do Distrito Federal. Sobre o Fundo Constitucional. Disponível em: https://www.economia.df.gov.br/sobre-o-fundo-constitucional/. Acesso em: 5 maio 2022.

[21] PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto 43 de 28 de março de 1961. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/55/Decreto_43_28_03_1961.html. Acesso em: 3 de maio 2022.

[22] DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4545.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

[23] LARA, Henrique. BRASÍLIA, UMA CIDADE CENTENÁRIA. 2016. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_13_Bras%C3%ADlia_uma_cidade_centen%C3%A1ria.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

[24] IBGE. Censo demográfico: 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=768&view=detalhes. Acesso em: 19 fev. 2025.

[25] IBGE. Censo demográfico: 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=769&view=detalhes. Acesso em: 19 fev. 2025.

da população do Distrito Federal se manteve acelerado e na década de 1980 a população já tinha mais do que dobrado de tamanho, apresentando 1.203.333 pessoas[26]. No final da década de 80, o DF contava com 12 RAs, de acordo com a Lei n°49, de 25 de outubro de 1989, sendo elas Brasília, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Gama, Samambaia, Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina e Paranoá. O crescimento do número de RAs acompanhou o crescimento da população. Em 1991 haviam 1.598.415 habitantes. Em 1993, foram criadas mais quatro RAs pela Lei n° 348 de 04 de novembro de 1992 (Santa Maria - RAXIII), além das Leis n°s 467, de 25 de junho de 1993 (São Sebastião - RA XIV), 510, de 28 de julho de 1993 (Recanto das Emas - RA XV) e 620, de dezembro de 1993 (Riacho Fundo - RA XVII), totalizando assim 16 RAs. Já em 1994, outras três RAs foram criadas conforme Lei n° 643, de 10 de janeiro de 1994 (Lago Sul - RA XVI), Lei n° 641, de 10 de janeiro de 1994 (Lago Norte - RA XVIII), Lei n° 658, de 27 de janeiro de 1994 (Candangolândia - RA XIX), passando a totalizar 19 RAs. Em 2000 eram 2.043.169 [27] de acordo com o Censo do IBGE. Em 2003 foram criadas mais quatro regiões administrativas com a Lei n° 3.153, de 06 de maio de 2003 (Águas Claras - RA XX, do Riacho Fundo II - RA XXI, do Sudoeste/Octogonal - RA XXII e do Varjão - RA XXIII). No mesmo ano com a Lei n° 3.255 de 29 de dezembro de 2003 (Park Way – RA XXIV), mais uma foi criada, chegando a 24 RAs no Distrito Federal. No ano de 2004 mais três foram criadas por meio das Leis n°s 3315, de 27 de janeiro (Setor Complementar de Indústrias e Abastecimento – RA XXV), n° 3.314 de 27 de janeiro (Sobradinho II – RA XXVI) e 3.435, de 31 de agosto (Jardim Botânico – RA XXVII), totalizando assim 27 RAs. Em 2005 foram criadas três Regiões Administrativas pelas Leis n° 3527, de 03 de janeiro de 2005 (Itapoã – RA XXVIII), n° 3618, de 14 de julho de 2005 (SIA - RA XXIX) e n° 4.327, de 26 de maio de 2009 (Vicente Pires – RA XXX), alcançando o total de 30 RAs. Em 2012, a Lei 4745, de 29 de janeiro de 2012 (Fercal – RA XXXI) criou mais uma RA. Em 2019, duas RAs foram criadas pelas Leis n° 6359, de 14 de agosto (Sol Nascente/Pôr do Sol - RA XXXII) e n° 6391, de 30 de setembro (Arniqueira - RA XXXIII). Por fim, em 2022, foram criadas as últimas duas Regiões Administrativas pelas Leis n° 7.190, de 21 de dezembro de 2022 (Arapoanga – RA XXXIV) e n° 7.191, de 21 de dezembro de 2022 (Água Quente – RA XXXV), totalizando 35 RAs no Distrito Federal. O quadro abaixo sintetiza essas informações apresentadas com a listagem das atuais Regiões

[26] IBGE. Censo demográfico: 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=772. Acesso em: 19 fev. 2025.

[27] IBGE. Censo demográfico: 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783. Acesso em: 19 fev. 2025.

Administrativas do Distrito Federal e suas leis de criação:

Ambientalmente, destaca-se ainda que o Distrito Federal está totalmente inserido no bioma Cerrado, o segundo maior bioma da América do Sul. Situado em terras altas, que servem como dispersores das drenagens que fluem para três importantes bacias hidrográficas do Brasil: Bacia do Paraná, Bacia do São Francisco e Bacia do Tocantins. O DF é uma importante região de nascentes, na qual predominam os cursos d'água perenes e sua hidrografia constitui um gigantesco rendilhado, por onde escoam cerca de dez bilhões de metros cúbicos de água, anualmente[28]. O Cerrado é conhecido como "berço das águas do Brasil" e com importantes áreas de recarga hídrica, contribuem para grande parte das bacias brasileiras. Atualmente o DF é abastecido por 18 mananciais (Torto, Santa Maria, Rio Descoberto, Engenho das Lajes, Capão da Onça, Barrocão, Fumal, Brejinho, Pipiripau, Corguinho, Mestre D'Armas, Quinze, Bananal, Cachoeirinha, Cabeça de Veado, Lago Paranoá, Contagem e Paranoazinho). Já o tratamento dessa água é feito por 12 Estações de Tratamento de Água - ETA. Em relação aos parques, o DF conta com nove Parques Distritais, 33 Parques Ecológicos, além de parques urbanos e áreas protegidas de relevante interesse. Brasília apresenta mais de 60 feiras variadas localizadas em diversas Regiões Administrativas, como permanentes, feiras do produtor para a venda de produtos agrícolas, dentre outras que ocorrem de forma esporádica. Algumas das feiras mais conhecidas são a Feira de Artesanato da Torre de TV, a Feira do Guará e a Feira dos Importados de Taguatinga. Além disso, conta com diversos equipamentos de lazer, esporte e cultura de abrangência regional como o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, o Parque Ecológico Veredinha em Brazlândia e o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha no Plano Piloto e locais, como Pontos de Encontro Comunitário (PECs) e parquinhos, o DF tem em torno de 3,5 mil equipamentos. Em relação ao transporte público, a cidade conta com 5 Bacias de transporte para a operação dos serviços de ônibus e 5 concessionárias e cooperativas (Viação Piracicabana, Pioneira, HP-ITA - Urbi, Marechal e Expresso São José)[29]. No Distrito Federal existem cerca de 33 Terminais Rodoviários e 11 Estações de BRT, além de um sistema metroviário com aproximadamente 42 Km de extensão. Na educação pública, a cidade conta com 14 regionais de ensino

[28] CODEPLAN. Atlas do Distrito Federal 2020. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-distrito-federal-2020/. Acesso em: 5 maio 2022.

[29] SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE (SEMOB). Dados do STPC/DF. Disponível em: https://www.semob.df.gov.br/dados-do-sistema-de-transporte-publico-do-df/. Acesso em: 20 fev. 2025.

Tabela 2: Lei de criação das Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Regiões.Administrativas	Lei.de.criação
RA I - Brasília	Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964
RA II - Gama	Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964
RA III - Taguatinga	Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964
RA IV - Brazlândia	Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964
RA V - Sobradinho	Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964
RA VI - Planaltina	Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964
RA VII - Paranoá	Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964
RA VIII - Núcleo Bandeirante	Lei 049 de 25 de outubro de 1989
RA IX - Ceilândia	Lei 049 de 25 de outubro de 1989
RA X - Guará	Lei 049 de 25 de outubro de 1989
RA XI - Cruzeiro	Lei 049 de 25 de outubro de 1989
RA XII - Samambaia	Lei 049 de 25 de outubro de 1989
RA XIII - Santa Maria	Lei 348 de 04 de novembro de 1992
RA XIV - São Sebastião	Lei 647 de 25 de junho de 1993
RA XV - Recanto das Emas	Lei 510 de 28 de julho de 1993
RA XVI - Lago Sul	Lei 643 de 10 de janeiro de 1994
RA XVII - Riacho Fundo	Lei 620 de 15 de dezembro de 1993
RA XVIII - Lago Norte	Lei 641 de 10 de janeiro de 1994
RA XIX - Candangolândia	Lei 658 de 27 de janeiro de 1994
RA XX - Águas Claras	Lei 3.153 de 06 de maio de 2003
RA XXI - Riacho Fundo II	Lei 3.153 de 06 de maio de 2003
RA XXII - Sudoeste/ Octogonal	Lei 3.153 de 06 de maio de 2003
RA XXIII - Varjão	Lei 3.153 de 06 de maio de 2003
RA XXIV - Park Way	Lei 3.255 de 29 de dezembro de 2003
RA XXV - SCIA	Lei 3.315 de 27 de janeiro de 2004
RA XXVI - Sobradinho II	Lei 3.314 de 27 de janeiro de 2004
RA XXVII - Jardim Botânico	Lei 3.435 de 31 de agosto de 2004
RA XXVIII - Itapoã	Lei 3.527 de 03 de janeiro de 2005
RA XXIX - SIA	Lei 3.618 de 14 de julho de 2005
RA XXX - Vicente Pires	Lei 4.327 de 26 de maio de 2009
RA XXXI - Fercal	Lei 4.745 de 29 de janeiro de 2012
RA XXXII - Sol Nascente/ Pôr do Sol	Lei 6.359 de 14 de agosto de 2019
RA XXXIII - Arniqueira	Lei 6.391 de 30 de setembro de 2019
RA XXXIV - Arapoanga	Lei 7.190 de 21 de dezembro de 2022
RA XXXV - Água Quente	Lei 7.191 de 21 de dezembro de 2022

atuando nas mais de 900 escolas, contabilizadas no DF, incluindo creches, escolas técnicas, centros interescolares de línguas, centros de ensino especial, entre outras, que atendem as diversas etapas e modalidades de ensino da educação básica[30]. Além disso, conta com campus do Instituto Federal de Brasília (IFB)[31], Universidade Federal de Brasília e oferece graduação e pós-graduação em várias áreas do conhecimento[32]. Quanto à saúde pública no Distrito Federal, a população conta com serviços de atendimento básico, de urgência e especializados, com mais de 170 Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Hospitais com atendimento de emergência disponível 24 horas e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) também disponível 24 horas[33]. Por fim, quanto à Segurança Pública, a cidade conta com a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito, que atuando junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/DF) garantem as políticas de segurança pública no Distrito Federal[34].

[30] SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Escolas da rede pública de ensino do DF. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/dados-da-educacao-df/. Acesso em: 28 jun. 2024.

[31] INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - IFB. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/. Acesso em: 28 jun. 2024.

[32] UNB. Universidade de Brasília. Cursos. Disponível em: https://www.unb.br/graduacao/cursos. Acesso em: 28 jun. 2024.

[33] SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. Atendimento. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/atendimento-2. Acesso em: 19 fev. 2025.

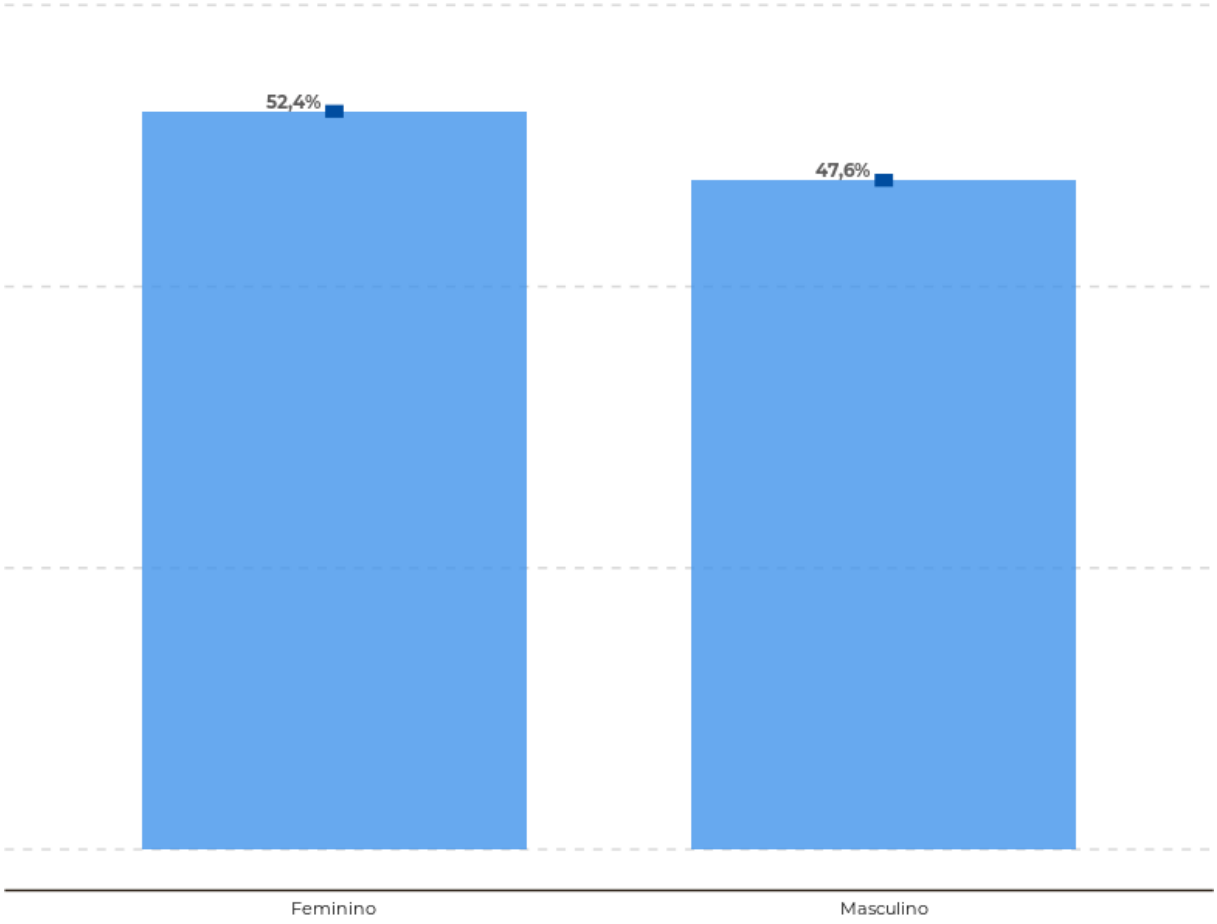
[34] SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. A Secretaria. Disponível em: https://www.ssp.df.gov.br/a-secretaria/. Acesso em: 19 fev. 2025.

4. RESULTADOS – MORADORES

Caracterização da População

A PDAD-A 2024 aponta que a população urbana do Distrito Federal era de **2.982.816** pessoas[35], sendo 52,4% do sexo de nascimento feminino. A idade média era de 34,7 anos. A pirâmide etária, apresentada na Figura 3, traz a distribuição da população por faixas de idade e por sexo.

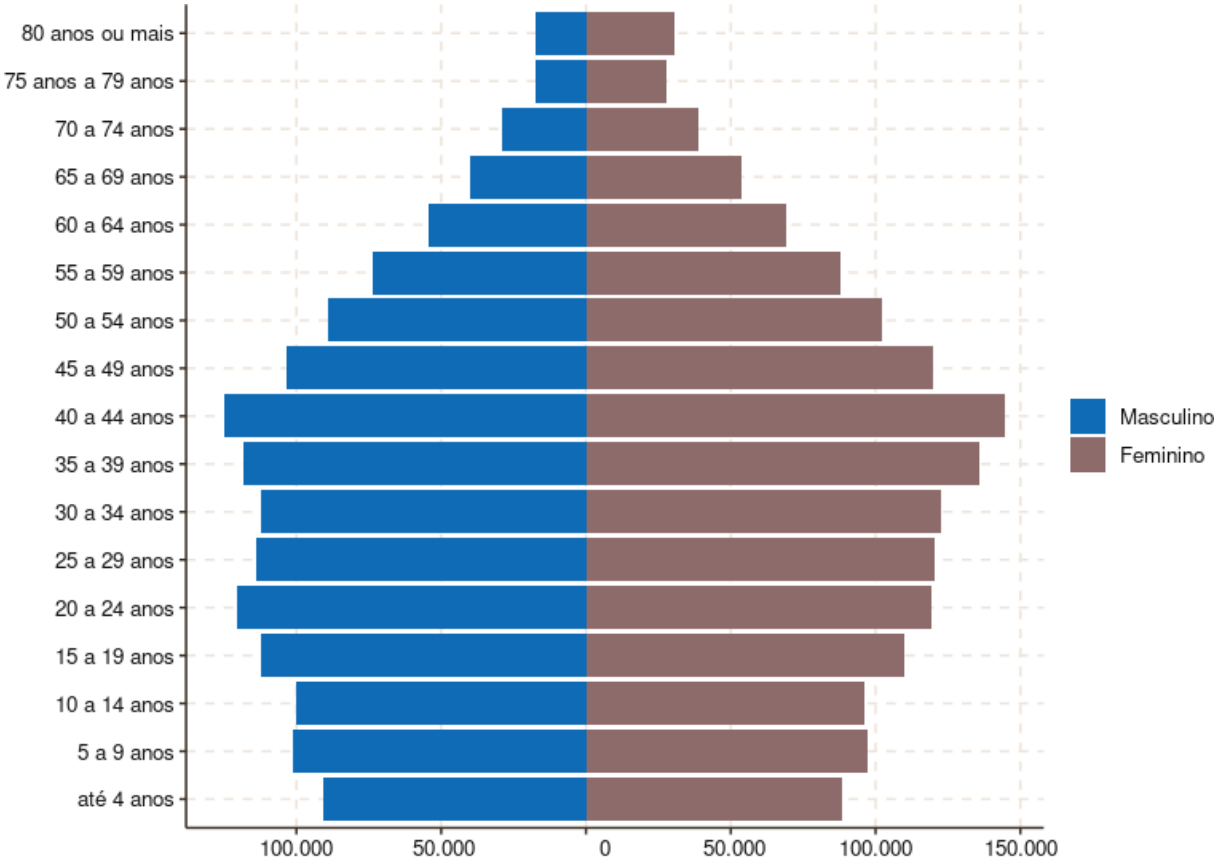
Figura 2: Distribuição da população por sexo, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

[35] Os dados apresentados correspondem às informações disponíveis em 14/03/2025 , considerando dados do último Censo do IBGE.

Figura 3: Distribuição da população por faixas de idade e sexo, Distrito Federal, 2024

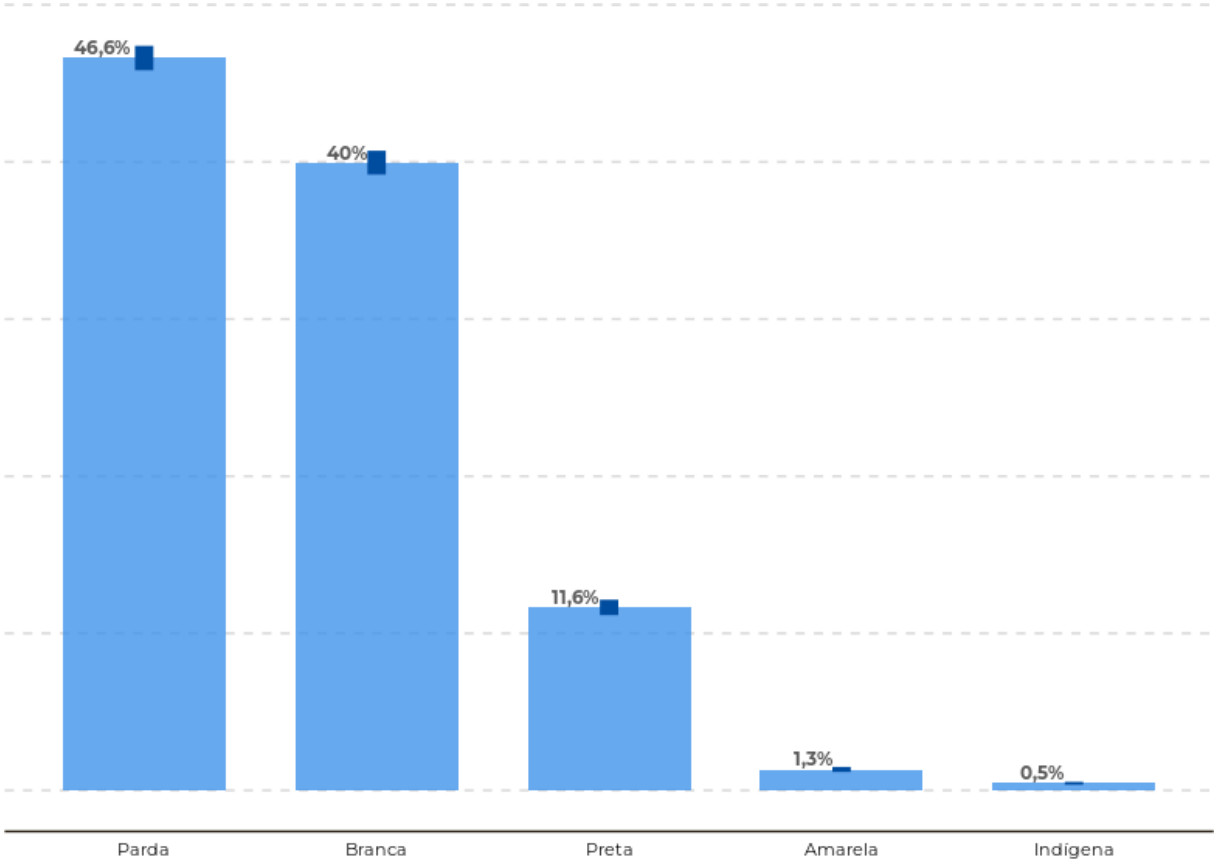


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

No que diz respeito à raça/cor da pele, verificou-se que a resposta mais comum foi parda, para 46,6% dos moradores (Figura 4). Em relação à religião, a resposta mais comum foi católica, para 46,8% dos moradores (Figura 5). Sobre o estado civil, 45,5% da população com 14 anos ou mais de idade se declararam casados (Figura 6).

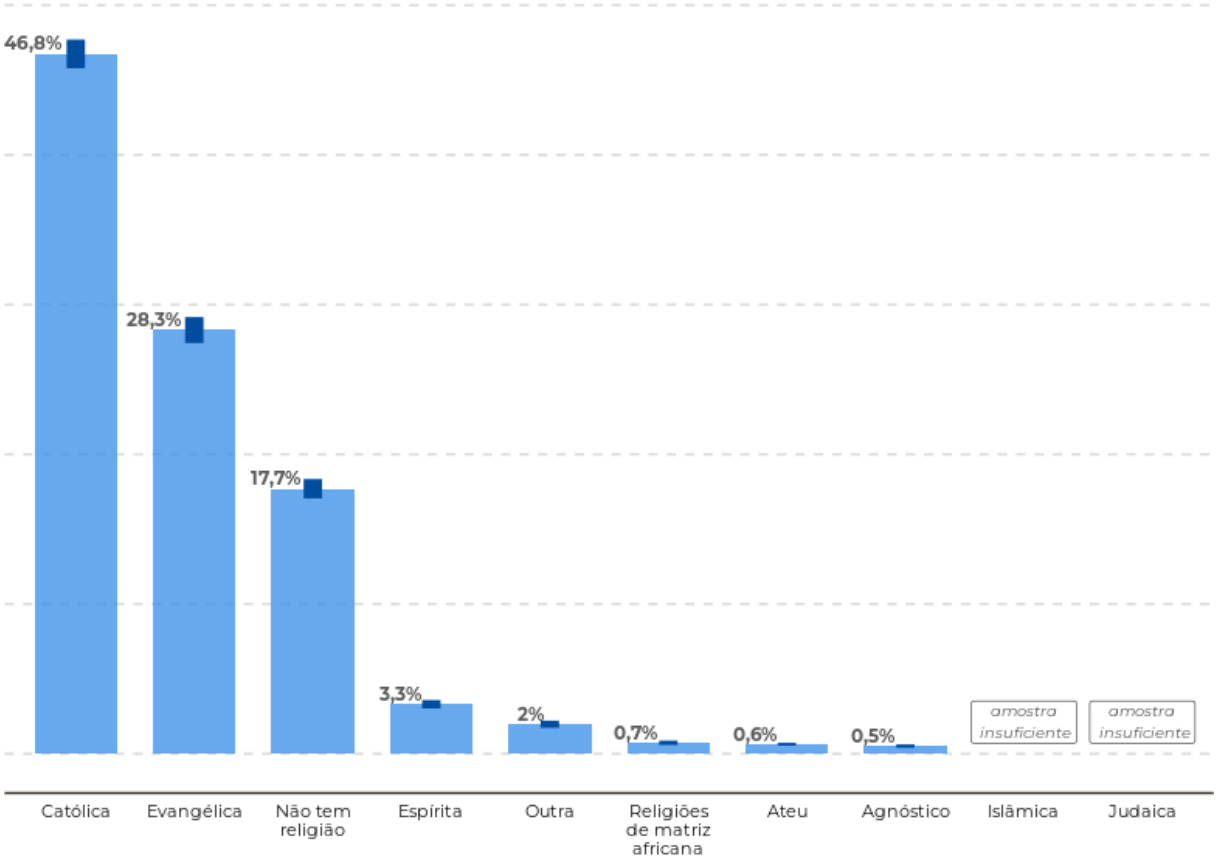
Por fim, sobre a posse de carteira nacional de habilitação (CNH), 60,2% dos moradores de 18 anos ou mais de idade afirmaram ter o documento (Figura 7).

Figura 4: Distribuição da população por raça/cor da pele, Distrito Federal, 2024



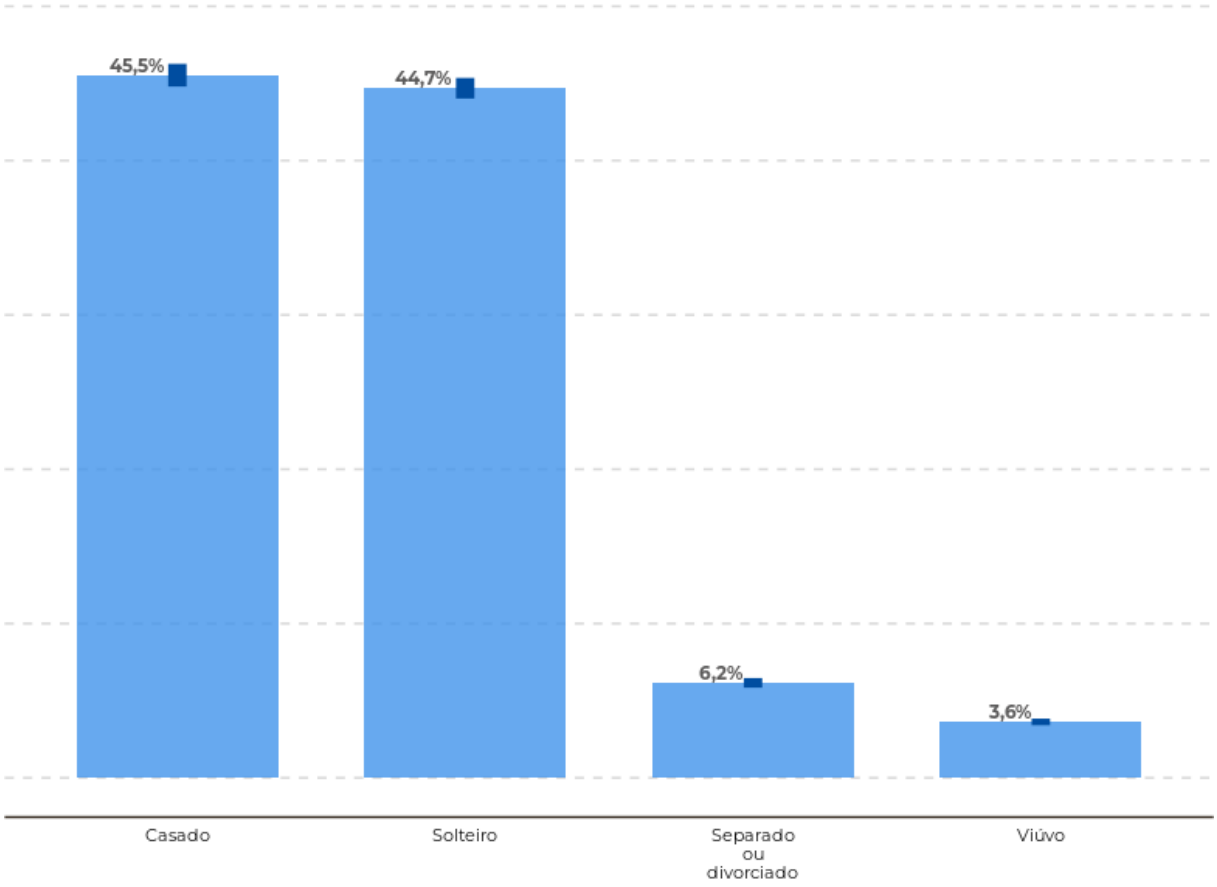
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 5: Distribuição da população por religião, Distrito Federal, 2024



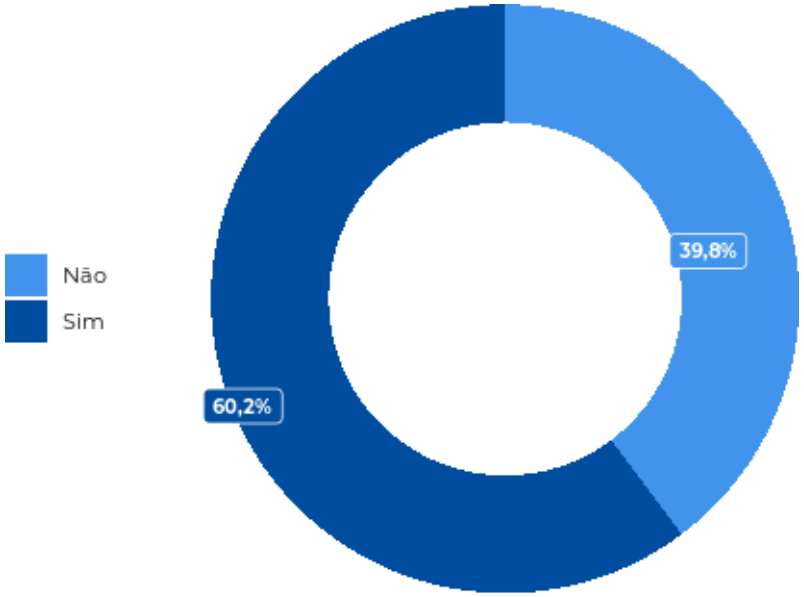
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 6: Distribuição da população por estado civil (14 anos ou mais), Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 7: Pessoas com 18 anos ou mais que possuíam CNH, Distrito Federal, 2024

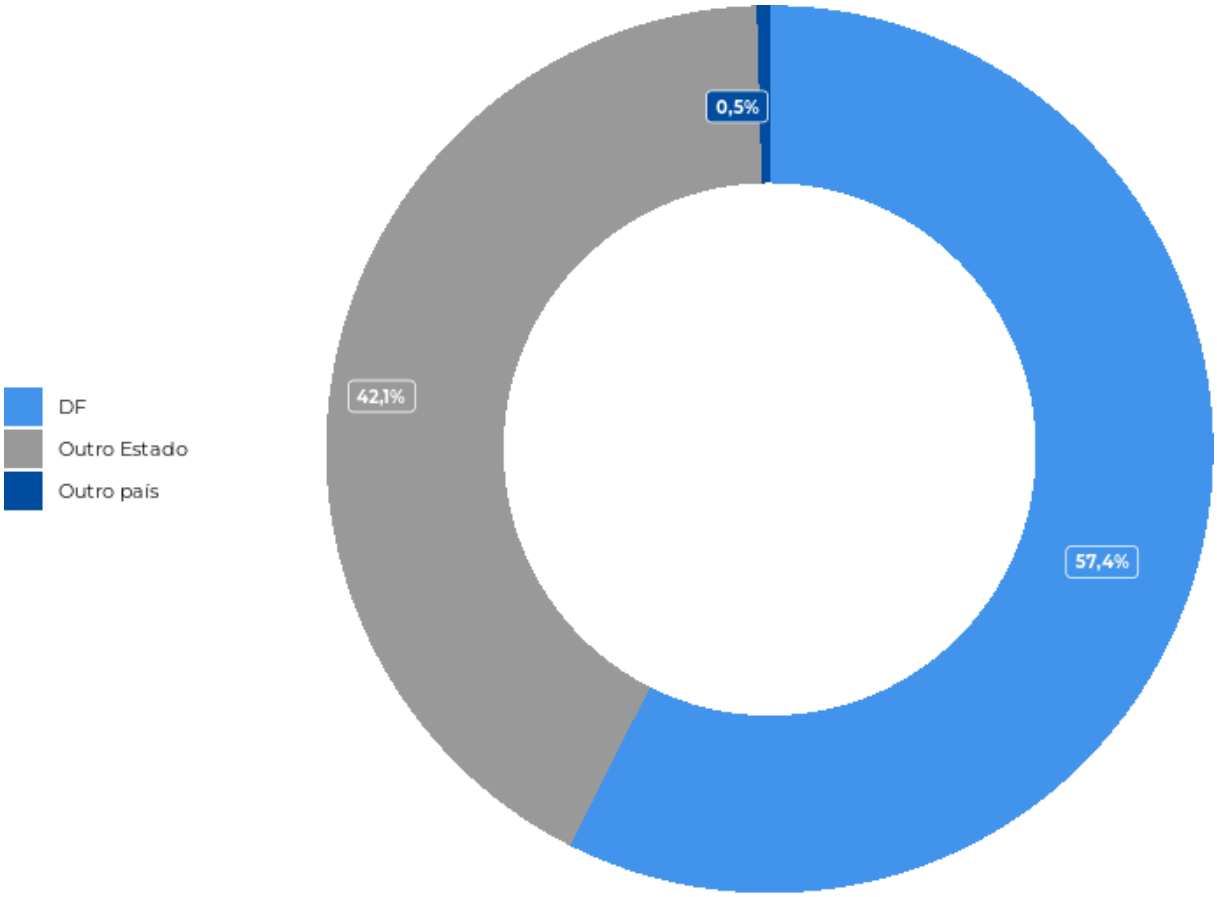


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

4.1. Migração

Quanto à origem dos moradores, 57,4% informaram ter nascido no próprio DF. Para os que não nasceram no DF, o estado mais reportado foi Minas Gerais, segundo 15,7% dos entrevistados (Figura 10). Para todos os moradores, o tempo médio de moradia no DF é 25,5 anos. Sobre aqueles que mudaram de local de moradia, foi questionada a motivação que os levou a fazer isso. Para 36,6% dos responsáveis dos domicílios, acompanhar parentes ou morar com a família ou proximidade com a família foi a principal razão da movimentação (Figura 11).

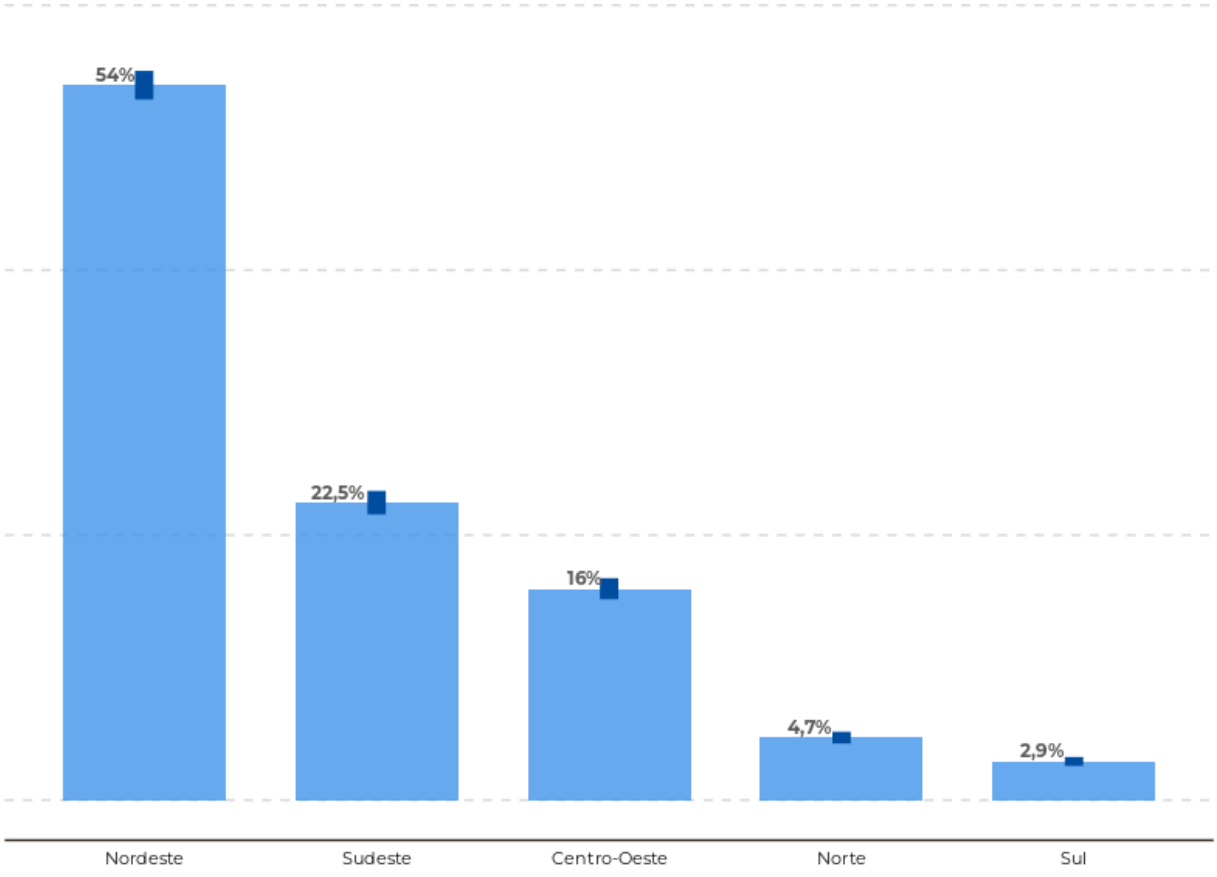
Figura 8: Percentual de pessoas segundo local de nascimento, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

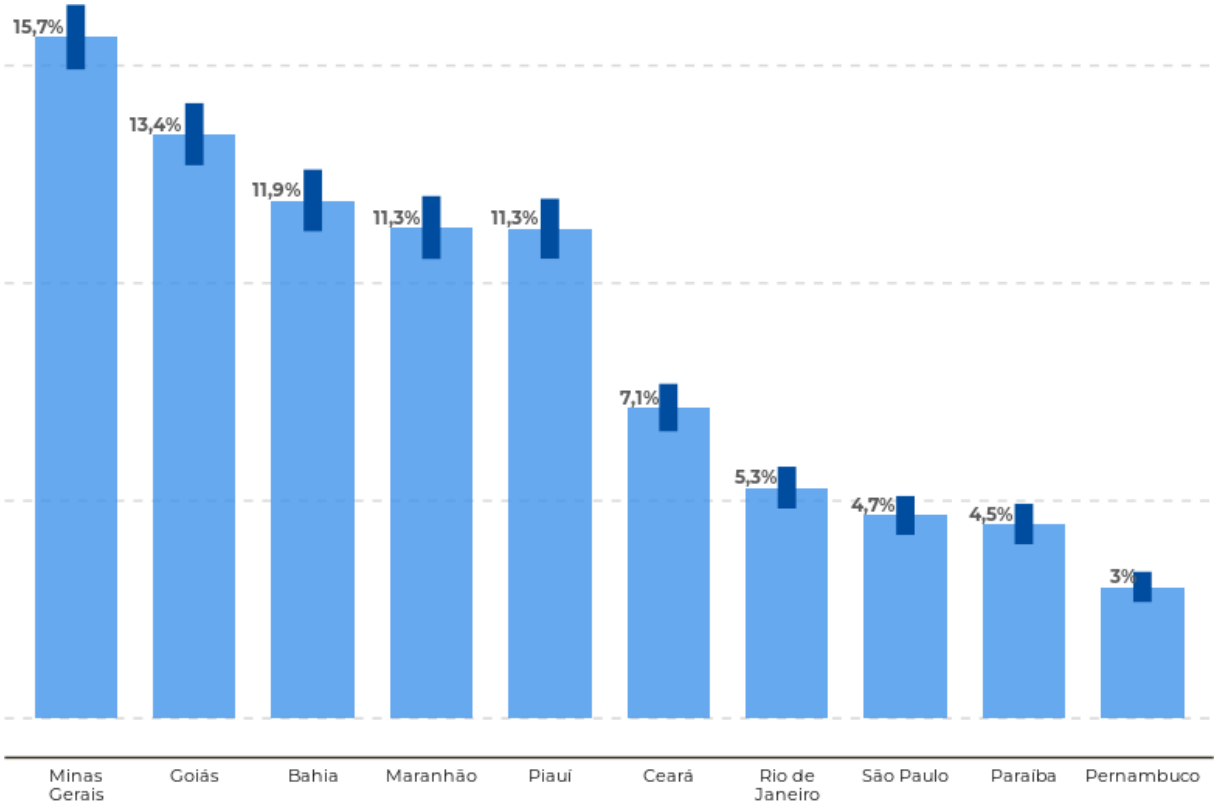
Segundo os moradores com 14 anos ou mais de idade, 12,1% afirmaram ter intenção de constituir um novo domicílio.

Figura 9: Não nascidos no Distrito Federal segundo região de origem, Distrito Federal, 2024



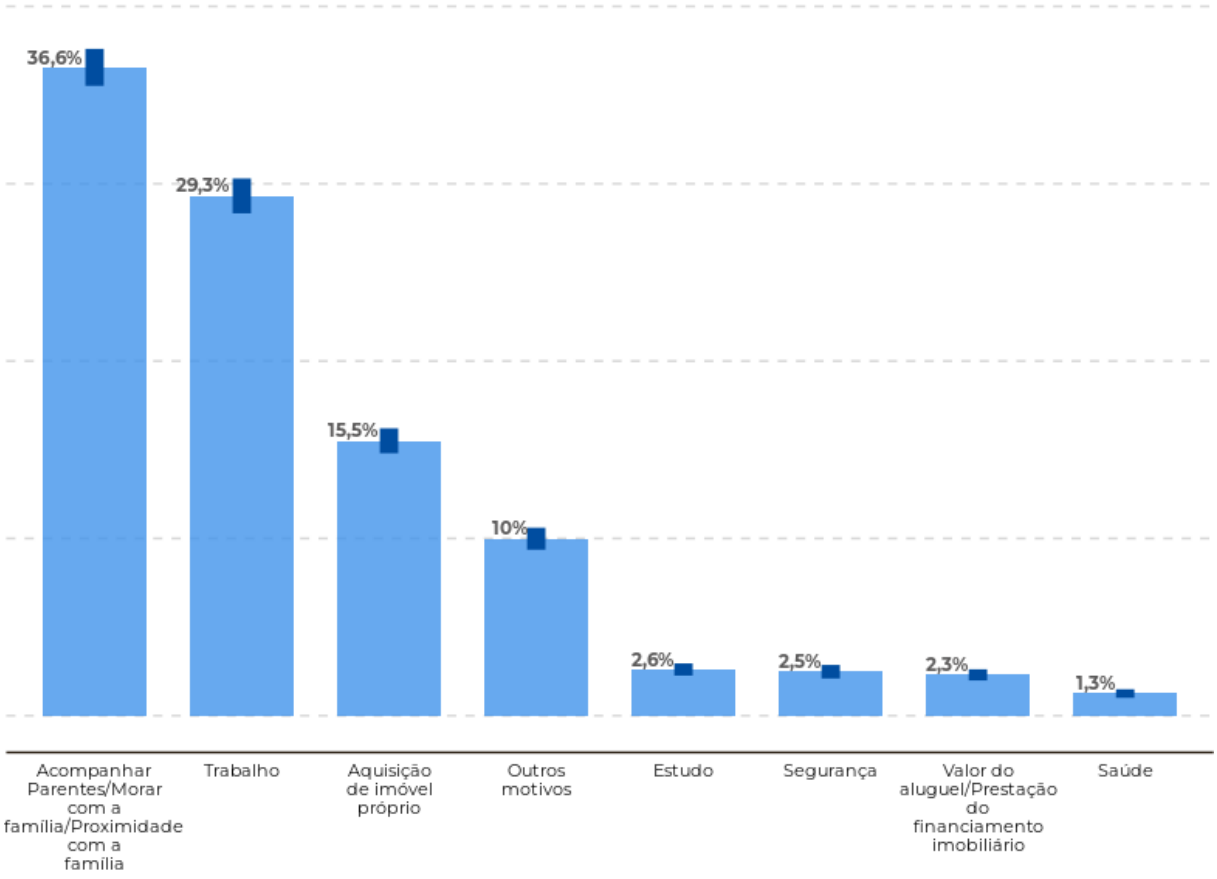
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: Não são considerados os nascidos no Distrito Federal, em outro país, ou que não sabem o local de nascimento .

Figura 10: Não nascidos no Distrito Federal segundo estado de origem, Distrito Federal, 2024



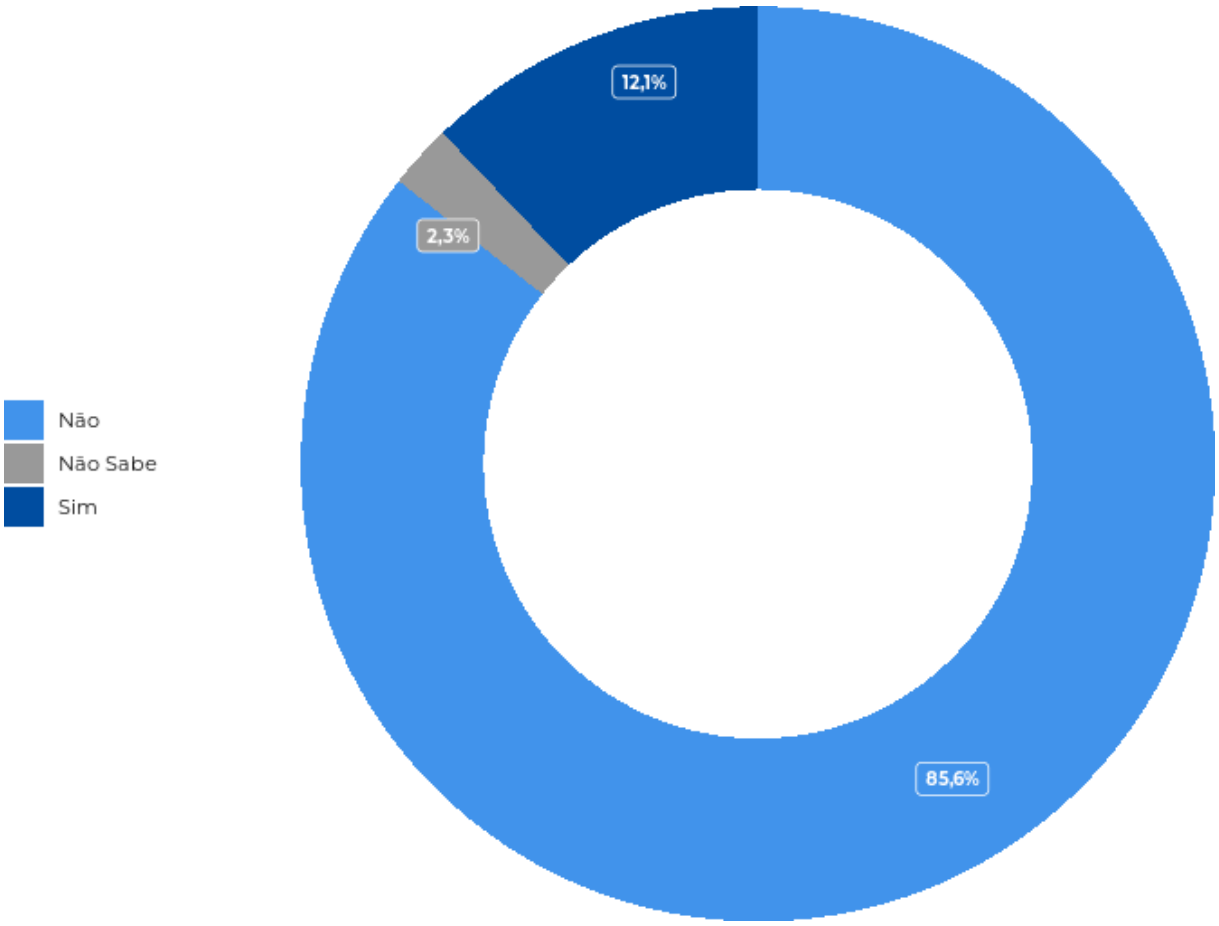
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: Não são considerados os nascidos no Distrito Federal, em outro país, ou que não sabem o local de nascimento .

Figura 11: Distribuição da motivação de mudança do último local de moradia do responsável do domicílio, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

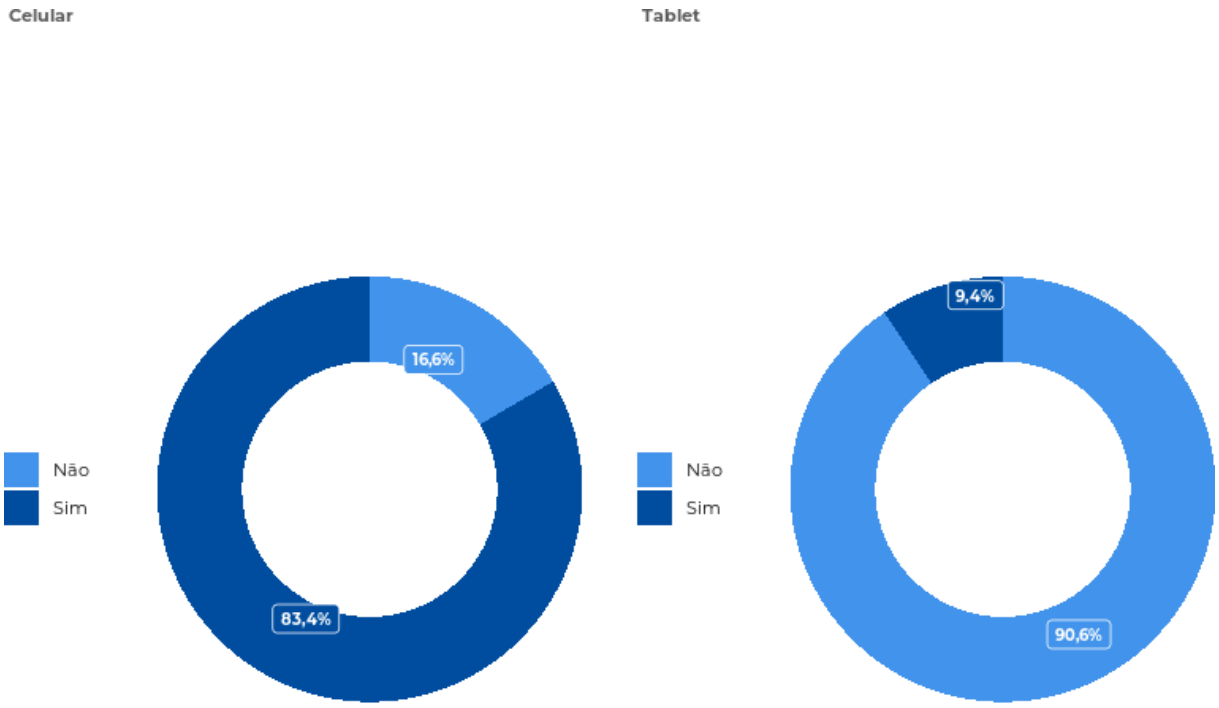
Figura 12: Intenção de formar novo domicílio particular nos próximos 12 meses, Distrito Federal, 2024



4.2. Comunicação

Sobre o acesso à comunicação, 83,4% dos entrevistados declararam possuir ao menos um celular para uso pessoal, enquanto 9,4% declararam possuir ao menos um tablet (Figura 13). Quanto ao tipo de linha, 39,1% afirmaram utilizar pré-paga e 41,8% pós-paga[36] (Figura 14).

Figura 13: Posse de celular e tablet para uso pessoal, Distrito Federal, 2024

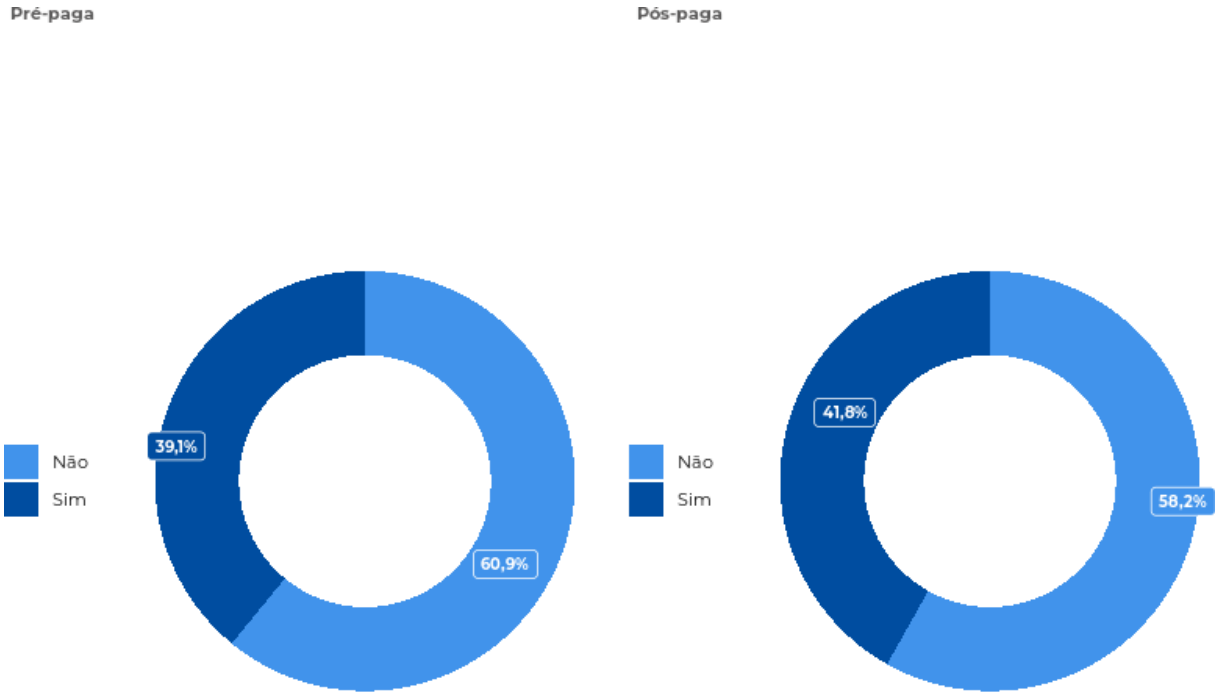


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Perguntados se acessaram à internet nos últimos três meses, 87,8% dos entrevistados responderam afirmativamente. Sobre os meios de acesso, 44,8% se conectaram por meio de computador ou notebook, 97,2% por meio de celular ou tablet, 50% por televisão e 15,7% por outros meios[37] (Figuras 15 e 16).

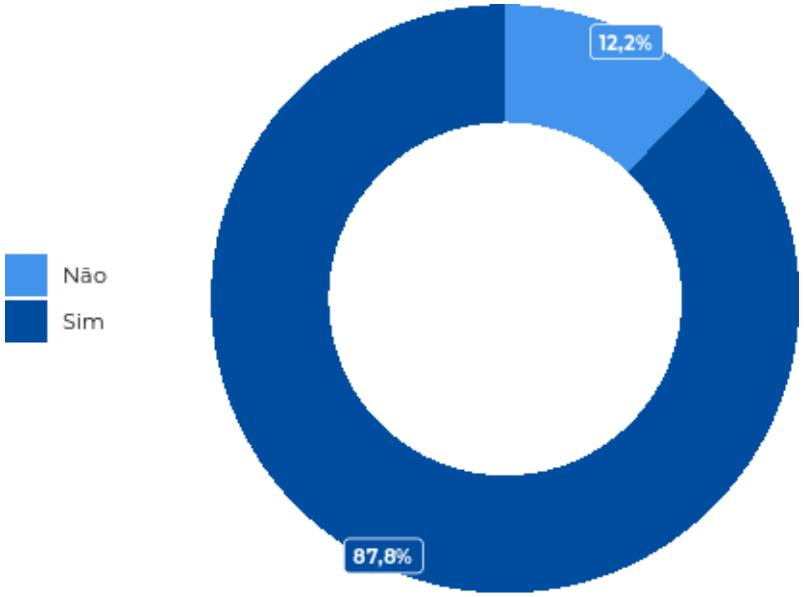
[36] Um morador poderia ter, simultaneamente, tanto linha pré-paga quanta pós-paga.
[37] O mesmo morador pode ter acessado a internet por mais de um meio.

Figura 14: Posse de linha pré-paga e pós-paga para uso pessoal, Distrito Federal, 2024



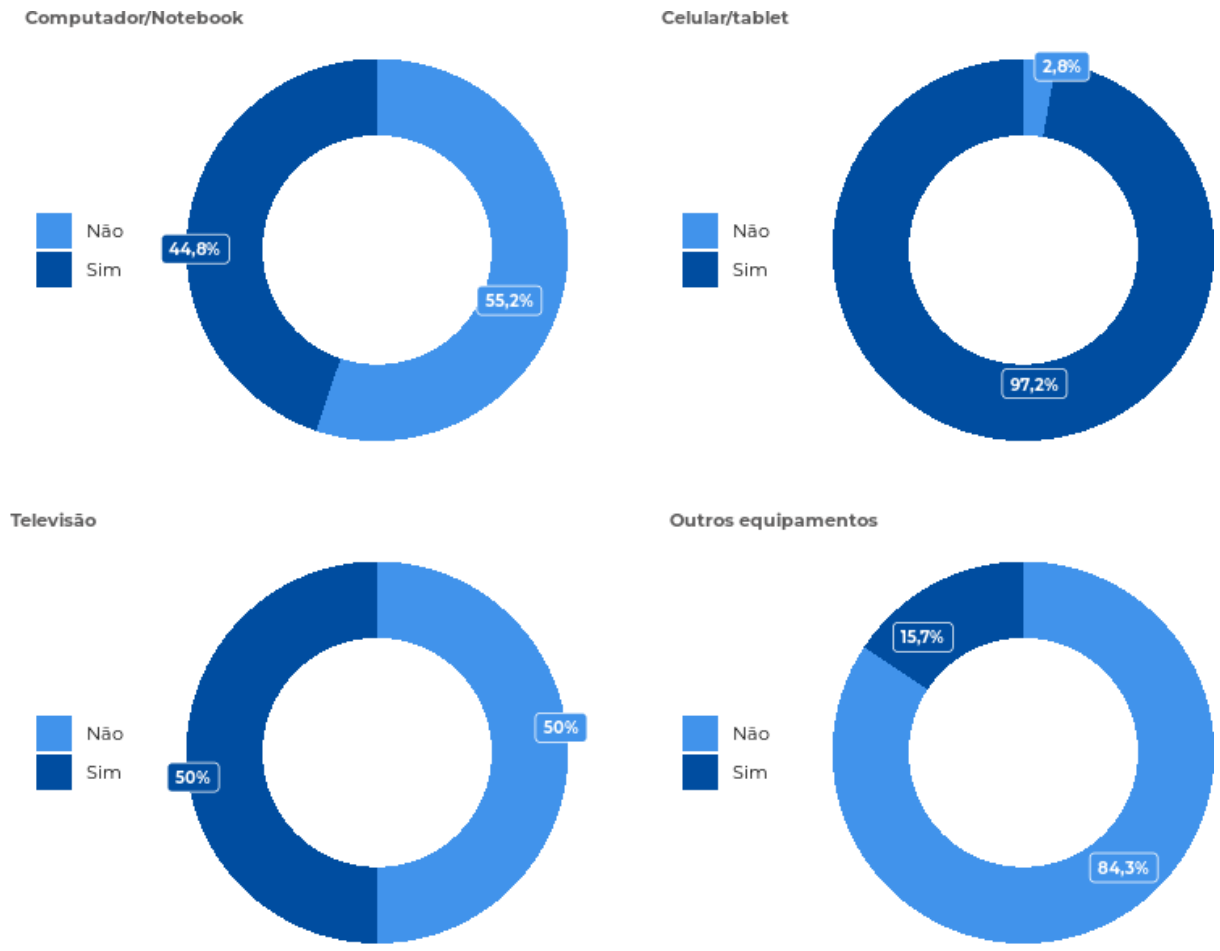
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 15: Acesso à internet nos últimos três meses, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 16: Meios de acesso à internet nos últimos três meses, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

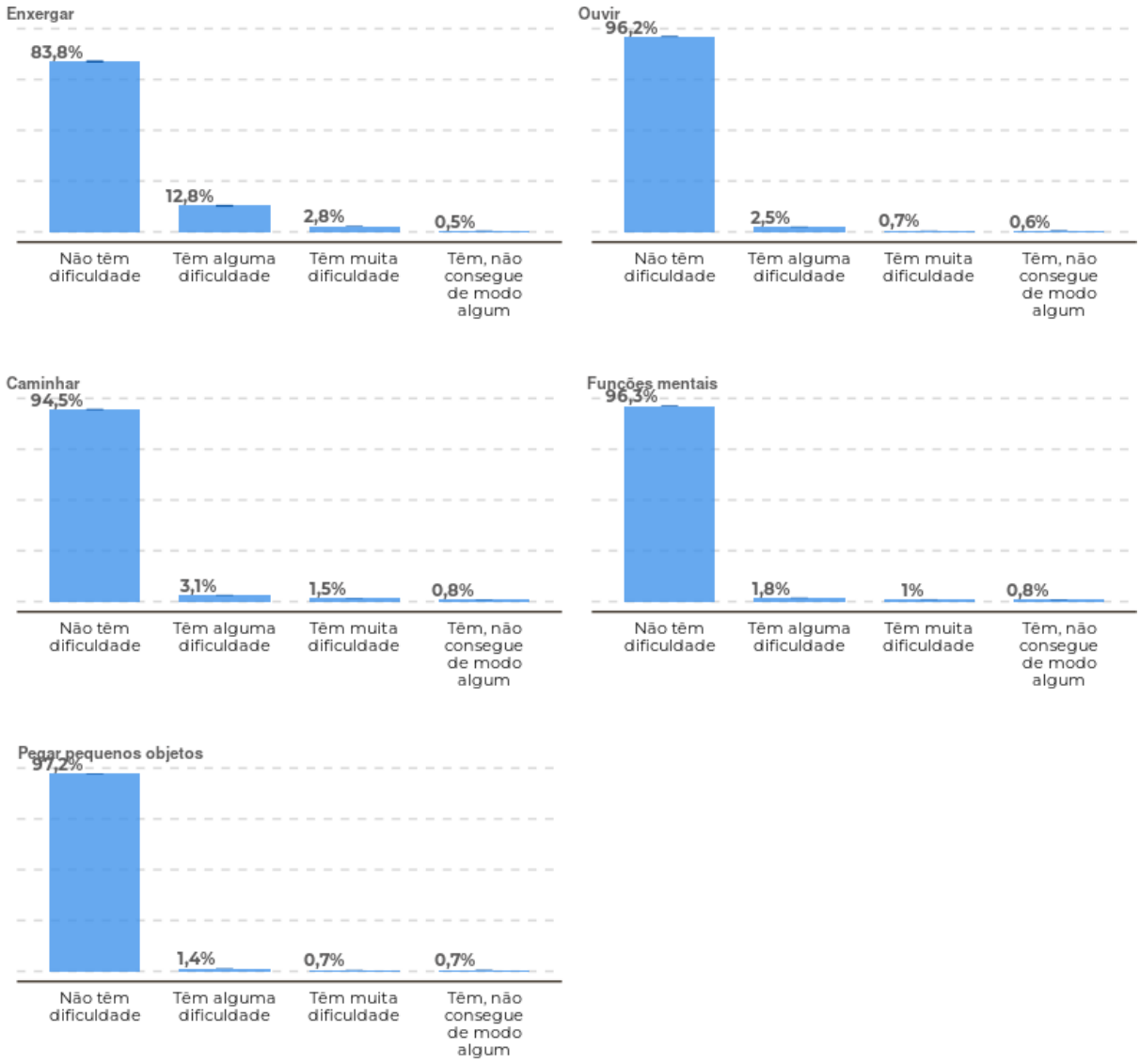
4.3. Saúde

A pesquisa levantou informações sobre pessoas com deficiência. No que diz respeito à visão, 83,8% declararam que "não têm dificuldade" para enxergar (Figura 17). Quanto à audição, 96,2% declararam que "não têm dificuldade" para escutar (Figura 17). Já para a locomoção, 94,5% informaram que "não têm dificuldade" para caminhar ou subir degraus (Figura 17). Por fim, 96,3% reportaram que não têm dificuldade decorrente de limitações nas funções mentais, enquanto 97,2% não têm dificuldade para pegar pequenos objetos (Figura 17).

No que diz respeito ao atendimento de saúde, 55% dos moradores informaram ter utilizado algum serviço nos últimos 12 meses (Figura 18). Já a localidade de atendimento predominante foi Plano Piloto (27,8%) (Figura 21).

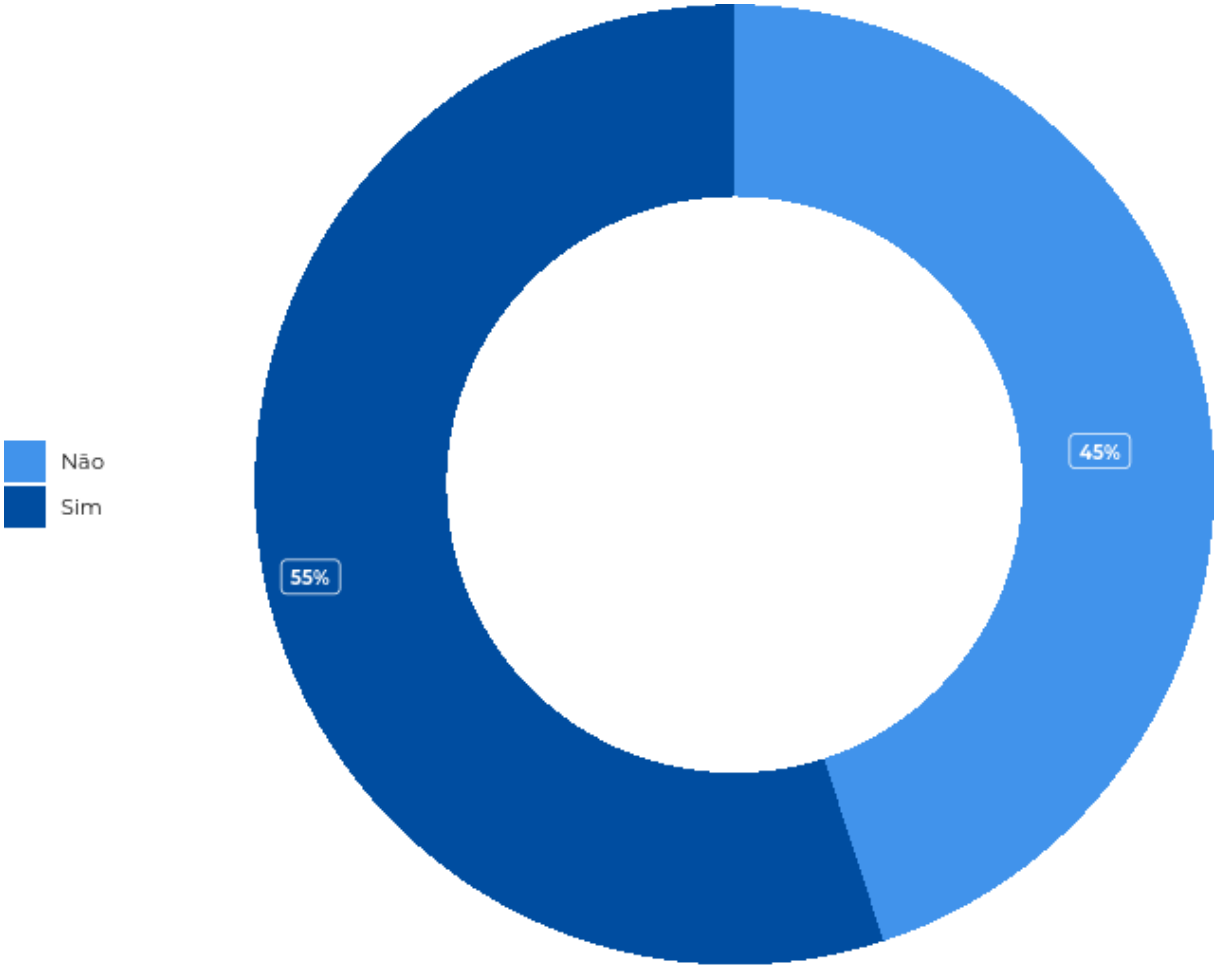
Sobre a cobertura de plano de saúde, verificou-se que 36,5% declararam ter este serviço (Figura 22).

Figura 17: Distribuição da população segundo grau de dificuldade para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, limitação nas funções mentais ou dificuldade para pegar pequenos objetos, Distrito Federal, 2024



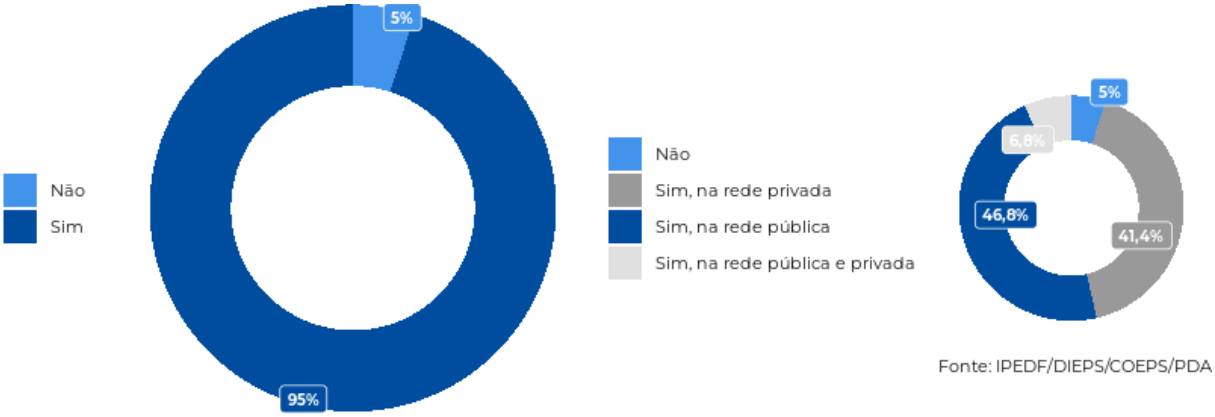
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 18: Nos últimos 12 meses precisou/realizou de atendimento em saúde, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 19: Necessidade de atendimentos de saúde envolvendo consulta/prevenção em geral, Distrito Federal, 2024

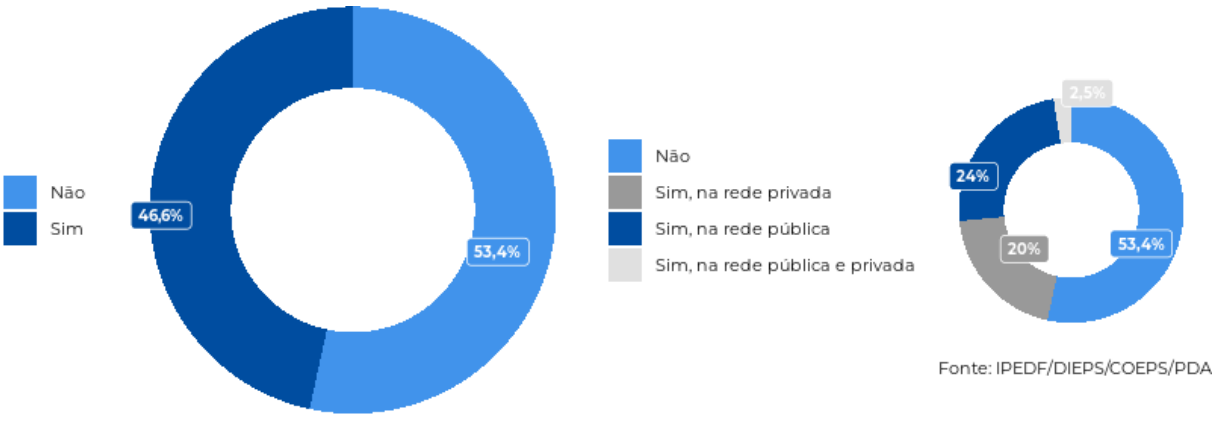


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDA

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 20: Necessidade de atendimentos de saúde envolvendo emergência, Distrito Federal, 2024

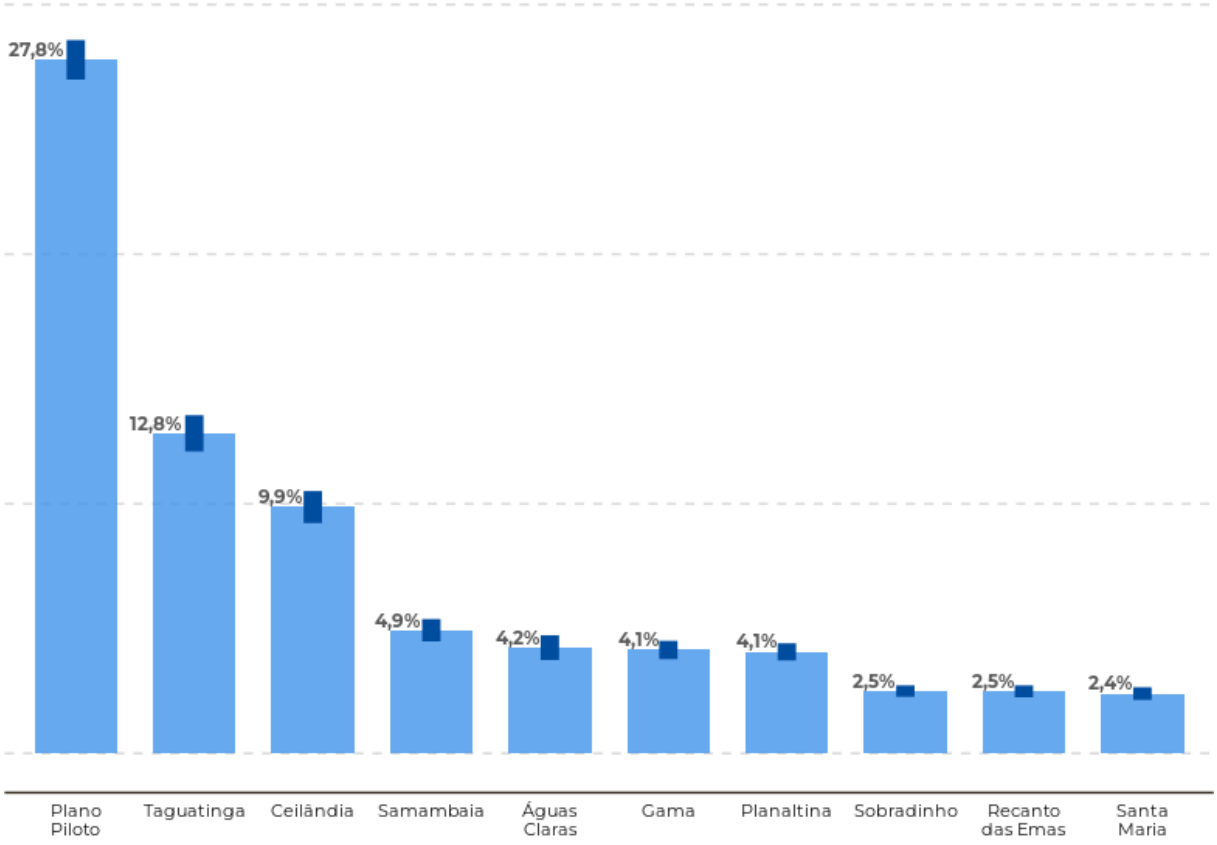


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDA

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

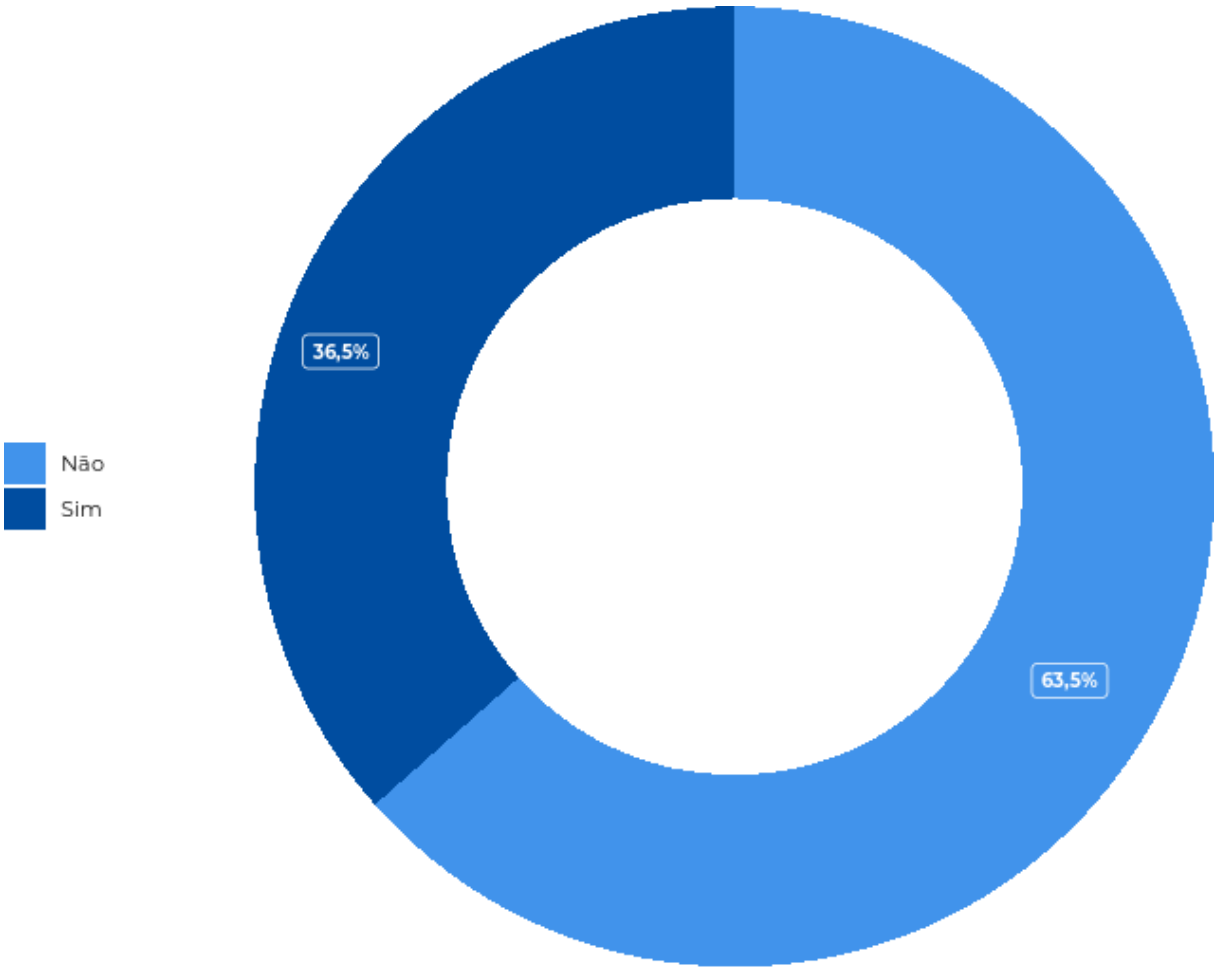
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 21: Última localidade procurada para o atendimento em saúde, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: São reportadas até o limite das dez maiores categorias

Figura 22: Posse de plano de saúde, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

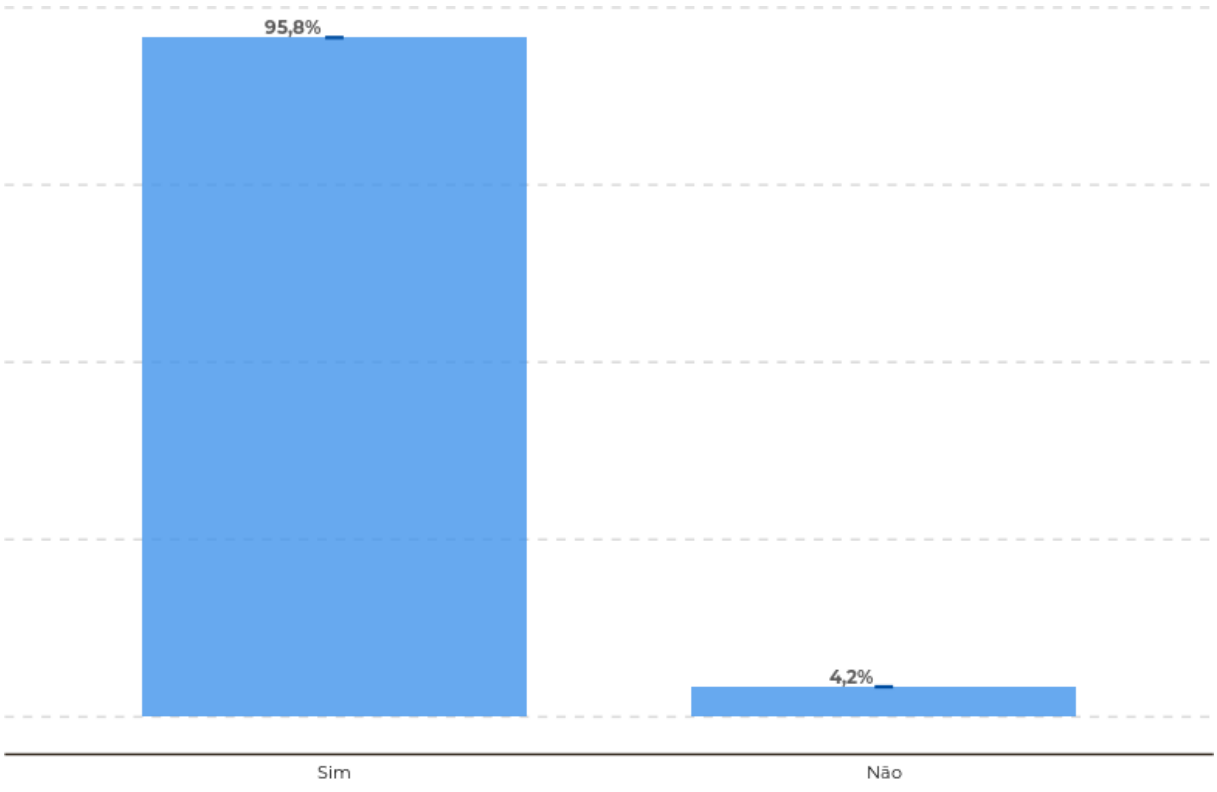
4.4. Educação

Sobre a escolaridade, 95,8% dos moradores com cinco anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever (Figura 23)[38]. Em relação às pessoas entre 4 e 24 anos, 74,5% reportaram frequentar creche, escola ou faculdade/universidade frequenta (Figura 24).

Em relação ao meio de transporte principal da casa até a unidade de ensino, o mais utilizado é automóvel (28,7%) (Figura 26) e o tempo gasto no deslocamento é de até 15 minutos para 49,9% da população (Figura 27).

Por último, para 38,8% da população de 25 anos ou mais, a escolaridade mais alta é superior completo (Figura 28).

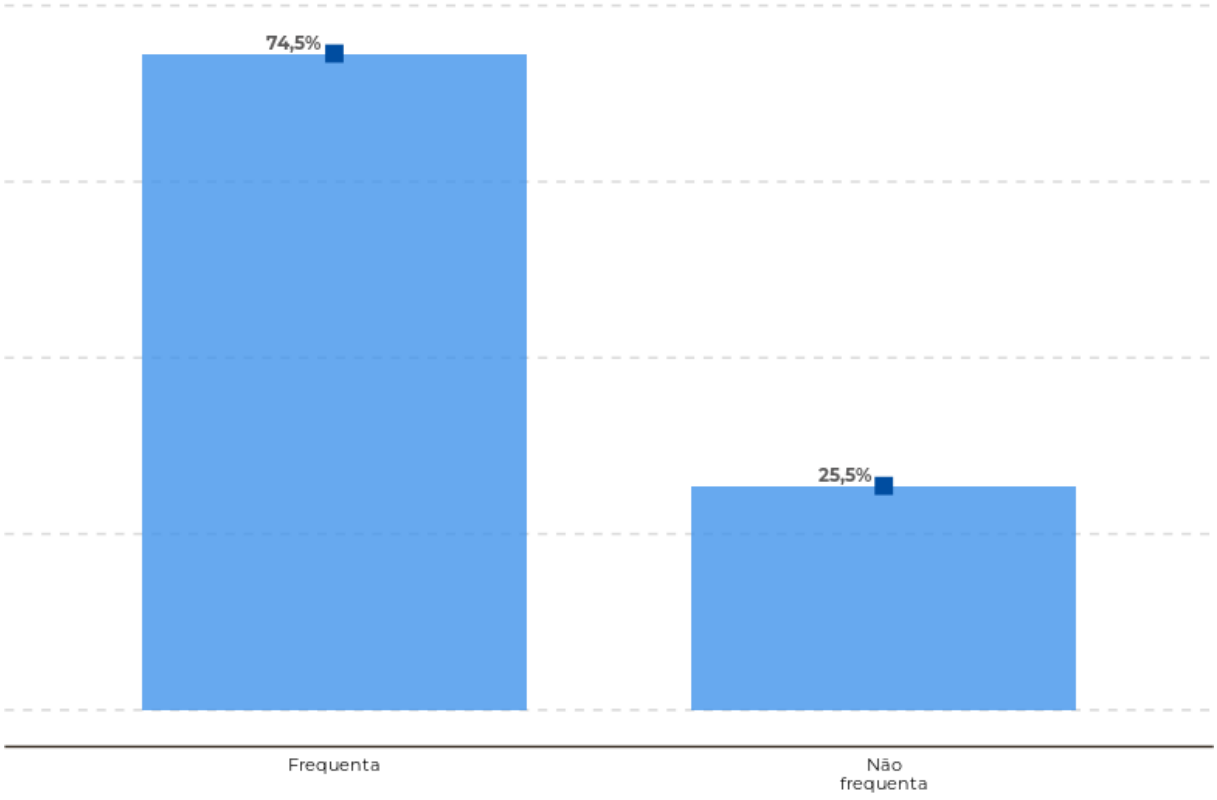
Figura 23: População com cinco anos ou mais de idade que declararam saber ler e escrever, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

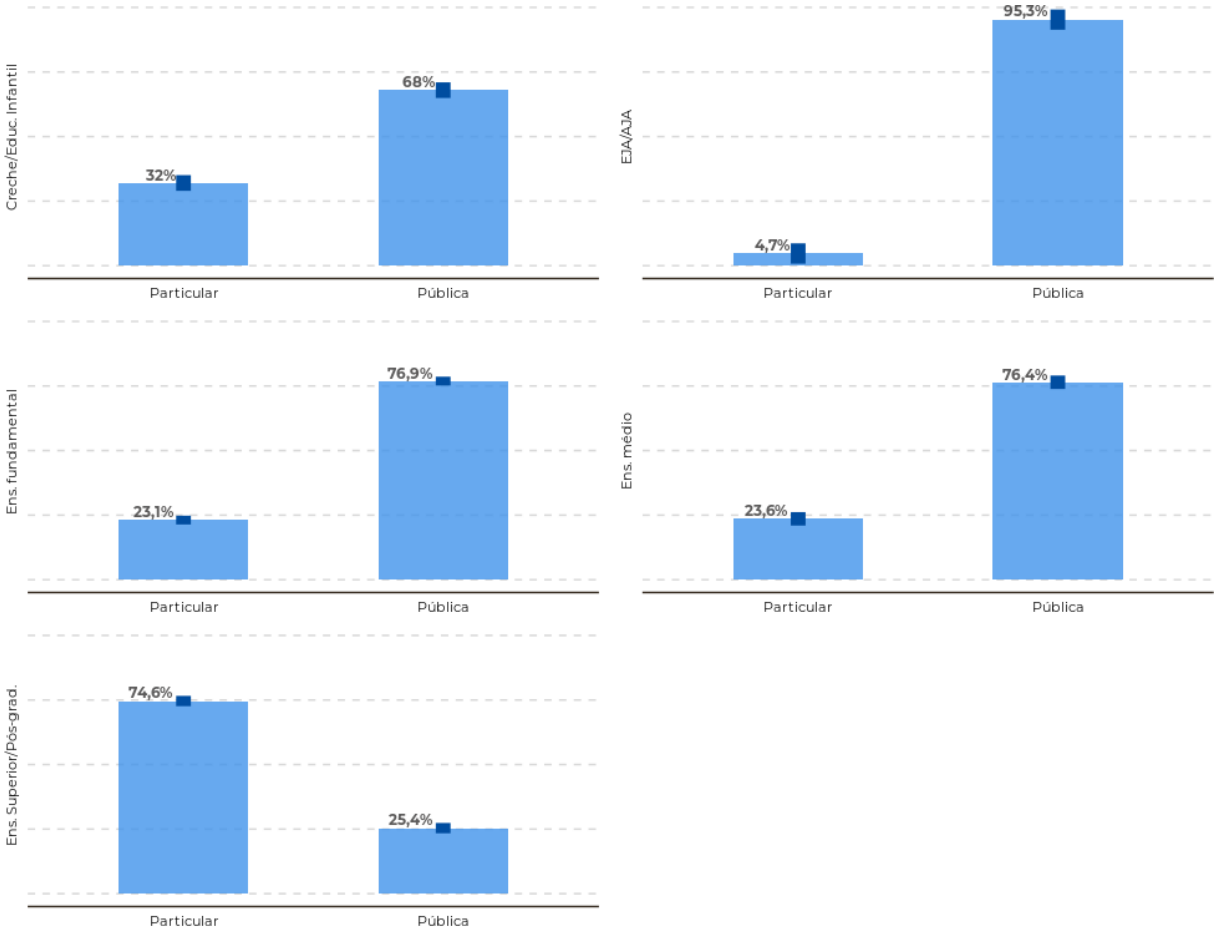
[38] O reporte deste resultado desconsidera quem não sabia responder à questão.

Figura 24: Distribuição da frequência escolar da população entre 4 e 24 anos, Distrito Federal, 2024



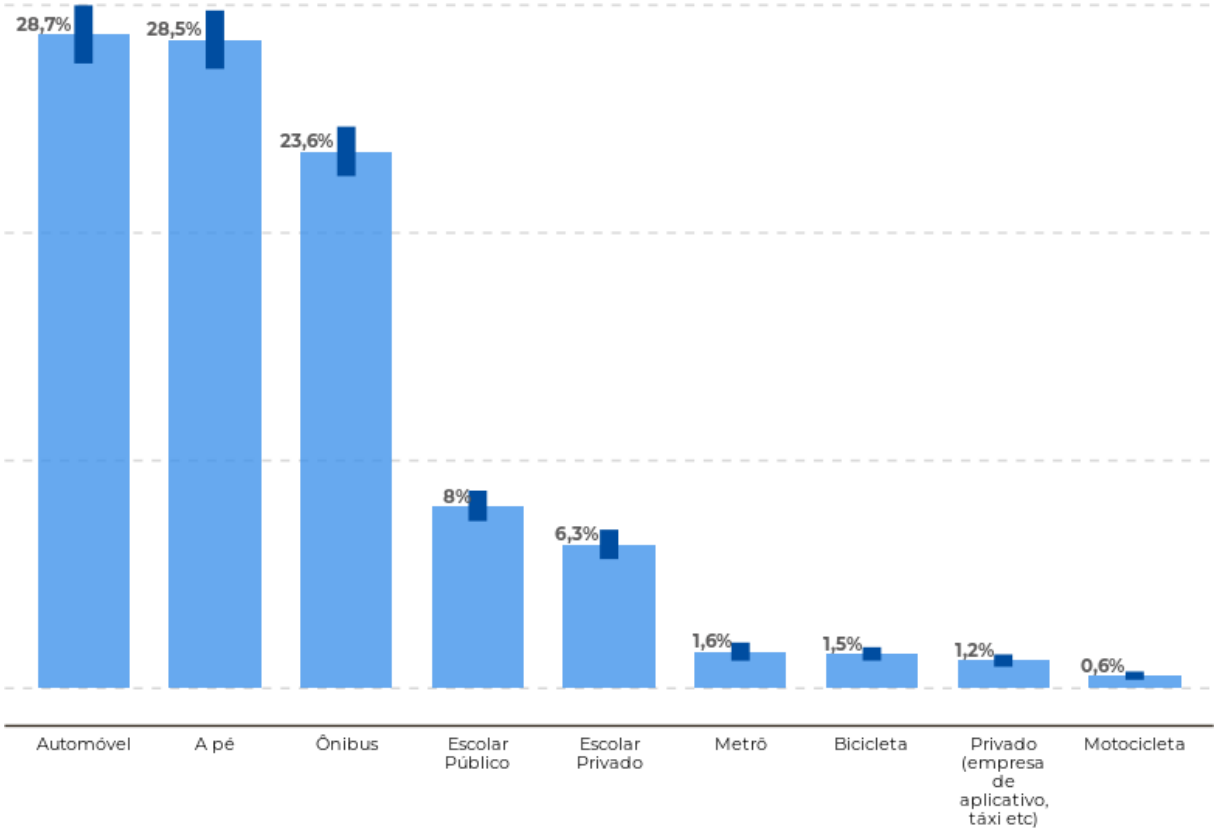
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 25: Distribuição do tipo de escola frequentada, Distrito Federal, 2024



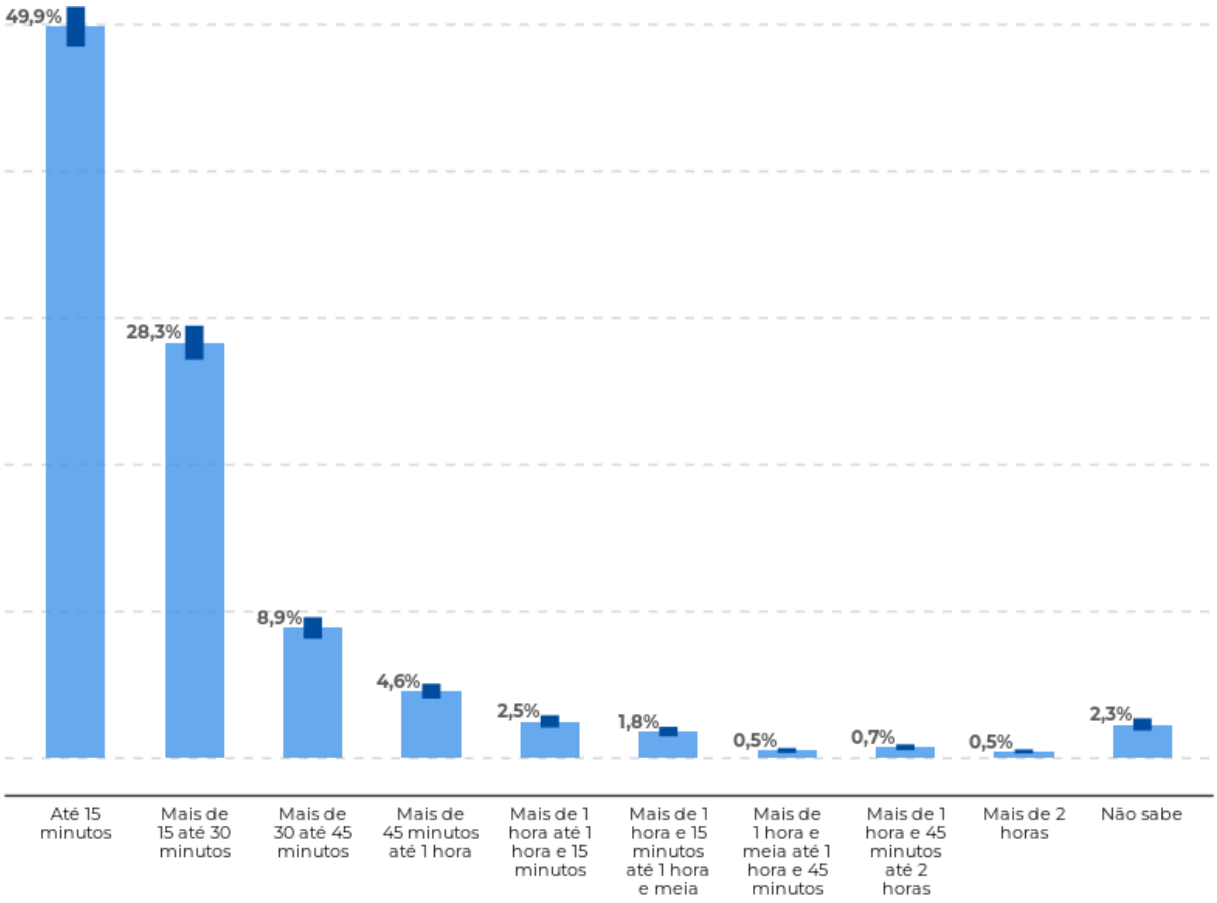
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 26: Principal meio de transporte da casa até a escola dos estudantes, Distrito Federal, 2024



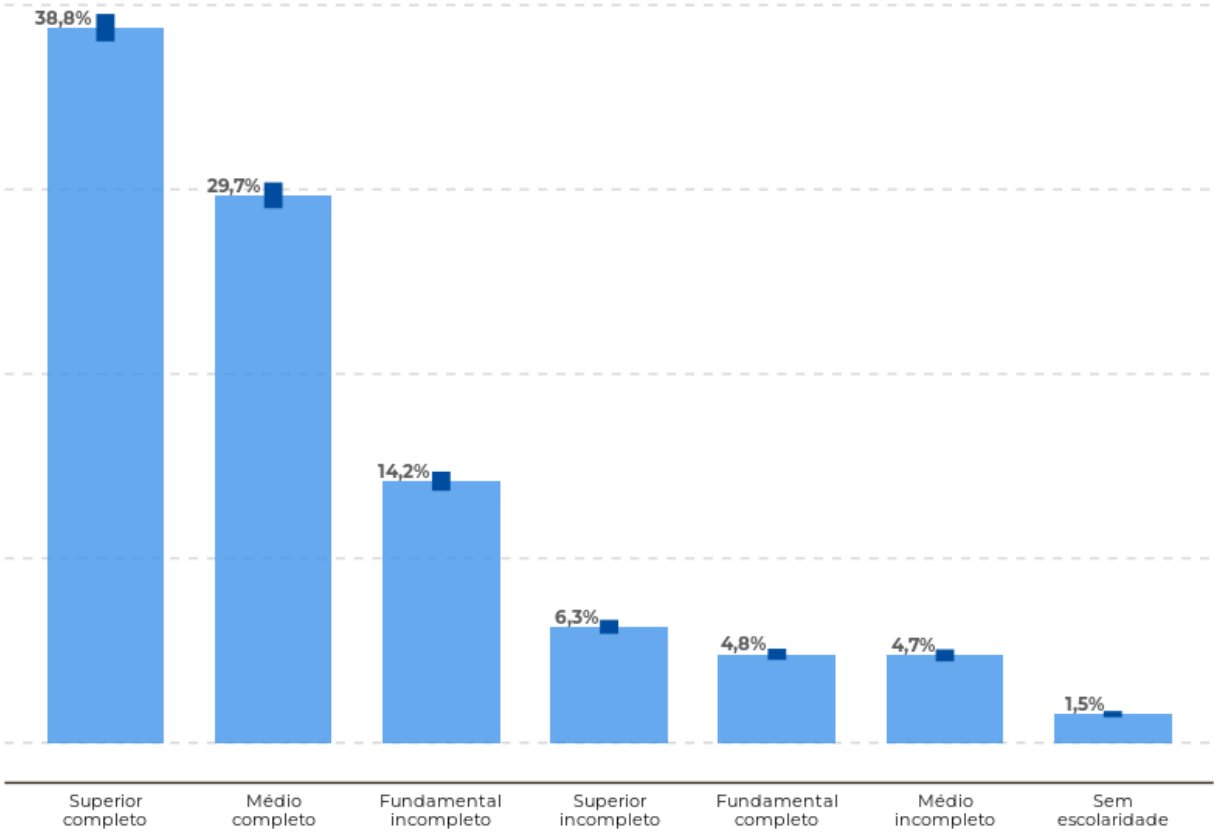
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 27: Tempo gasto no deslocamento entre o domicílio e a unidade de ensino, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 28: Escolaridade da população com 25 anos ou mais, Distrito Federal, 2024

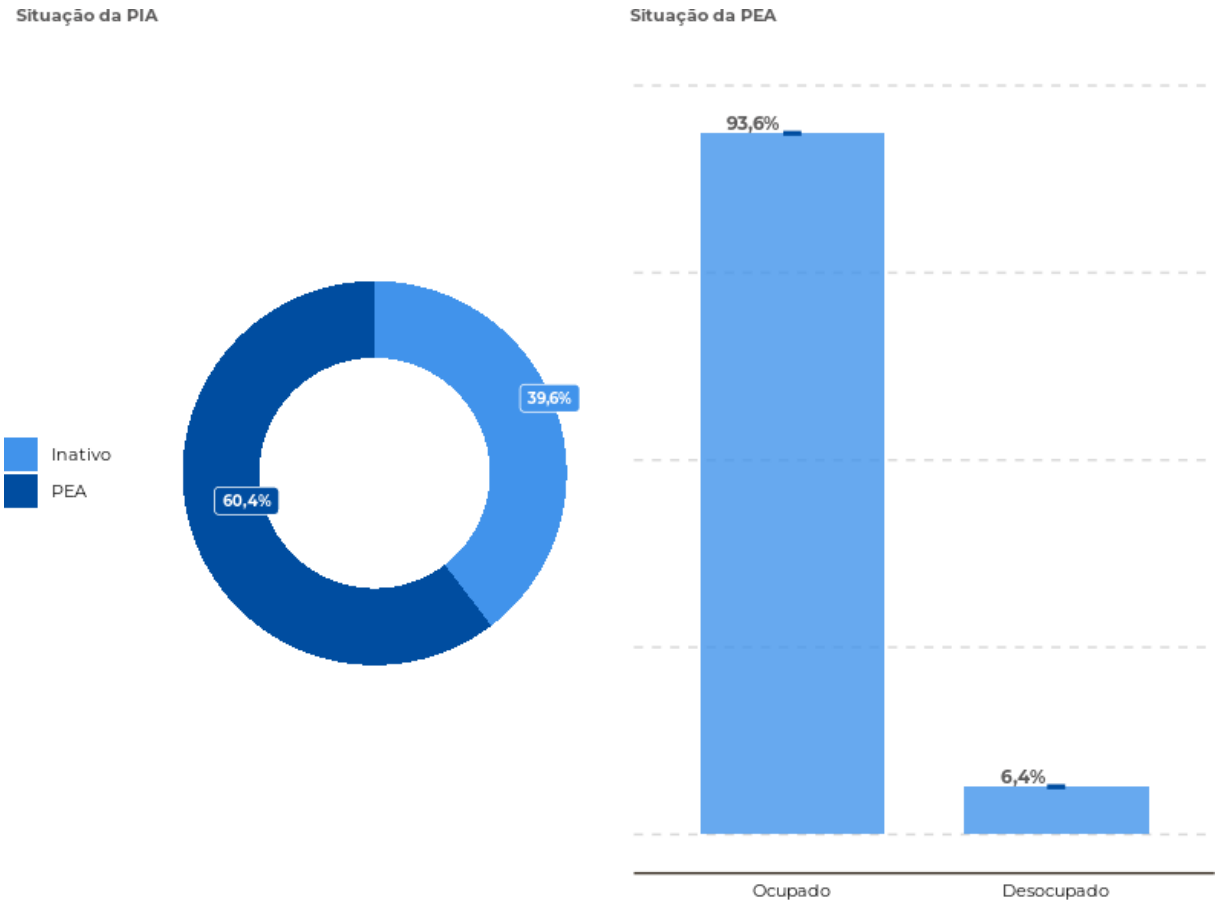


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

4.5. Trabalho

Considerando as pessoas com 14 anos ou mais (82,1%), também conhecida como população em idade ativa (PIA), 60,4% estavam economicamente ativas, isto é, ocupadas ou desocupadas[39] (Figura 29). Tendo como referência o período dos últimos 30 dias[40], a população desocupada compreendeu 6,4% dessa mesma faixa etária (Figura 29).

Figura 29: Taxa de participação das pessoas em idade ativa (14 anos ou mais de idade), Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

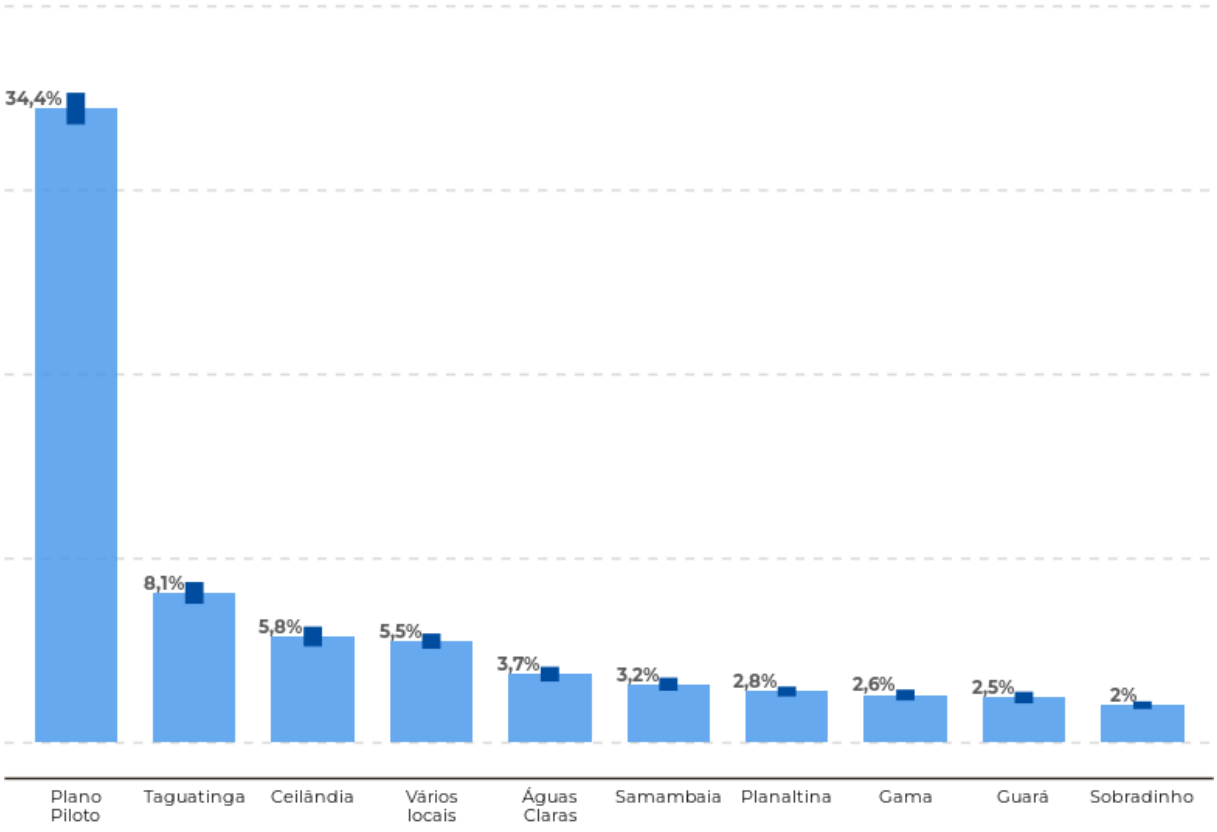
Para os ocupados, o local onde a maioria dos respondentes declarou exercer seu trabalho principal foi Plano Piloto, com 34,4% (Figura 30). Finalmente, a posição na ocupação mais comum foi empregado no setor privado (exceto doméstico), para 47% dos entrevistados (Figura 31). Em média, os trabalhadores estavam há 8,5 anos na ocupação principal, e trabalhavam 39,5 horas por

[39] São classificadas como desocupadas as pessoas que não tinham trabalho, mas procuraram por uma ocupação no período considerado.
[40] A partir da data da entrevista.

semana.

O regime de trabalho mais comum é presencial, representando 84,9% do total (Figura 32).

Figura 30: Região Administrativa/Município do trabalho, Distrito Federal, 2024



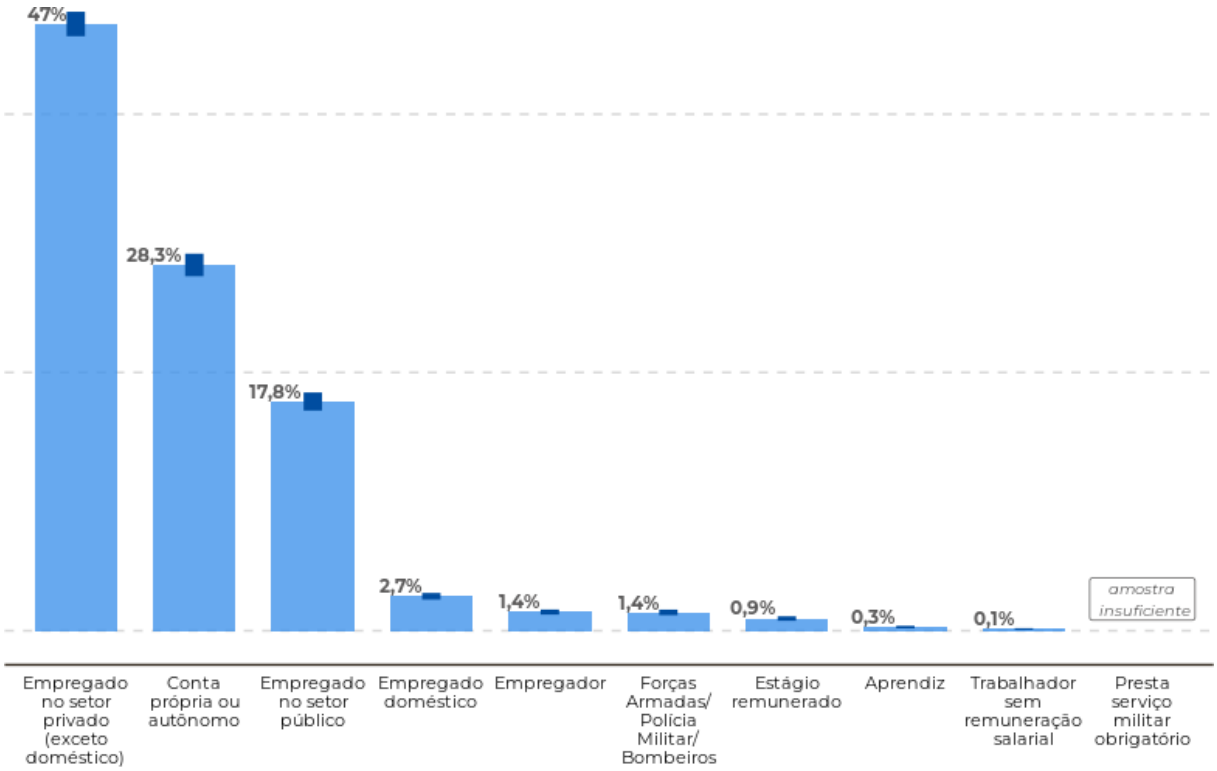
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: São reportadas até o limite das dez maiores categorias.

Sobre os trabalhadores do setor público, a principal área de atuação era federal (50,7%) (Figura 33).

Sobre os empreendedores (sócios de cooperativas, autônomos, empregadores, donos de negócios familiares e profissionais liberais), 29,5% eram microempreendedores individuais (MEI) e 43,6% possuíam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (Figura 34).

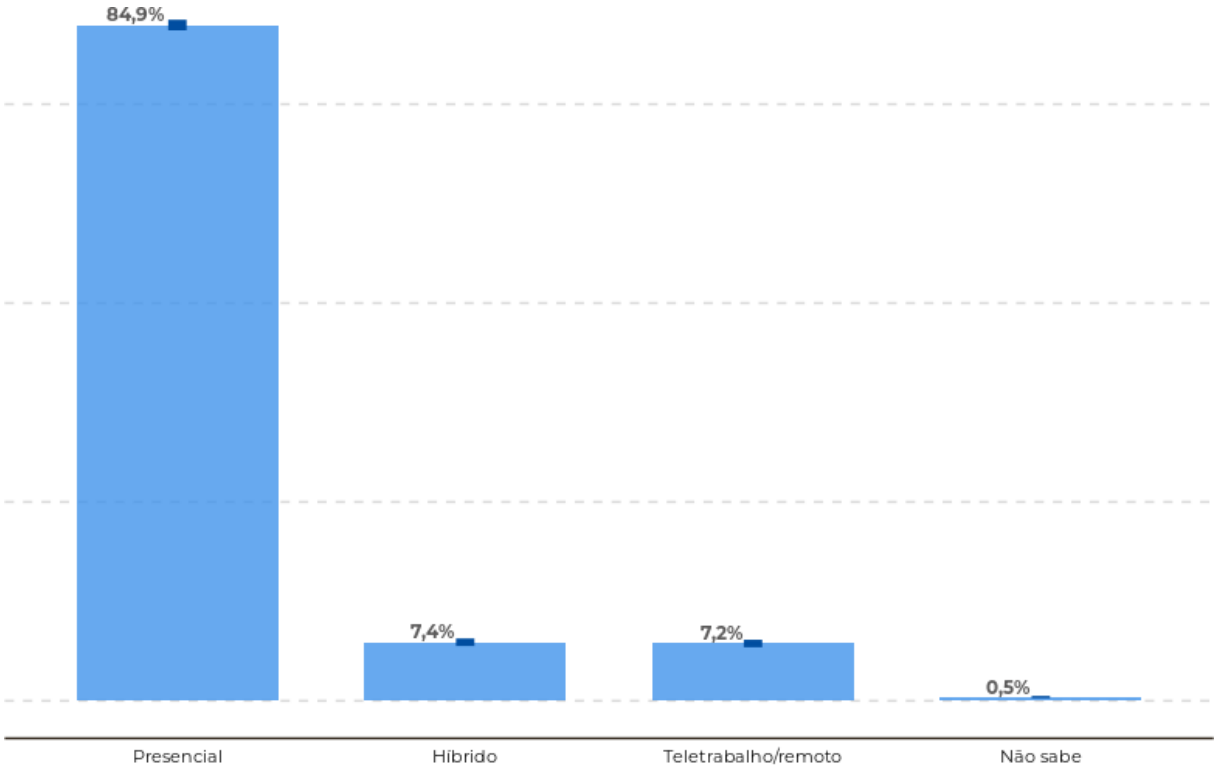
No que tange ao deslocamento para o trabalho, o principal meio de transporte reportado foi automóvel, segundo 43,6% dos entrevistados (Figura 35). Sobre a duração deste trajeto, até 15 minutos foi o tempo de deslocamento mais reportado 30,7% dos respondentes, (Figura 36).

Figura 31: Posição no trabalho principal, Distrito Federal, 2024



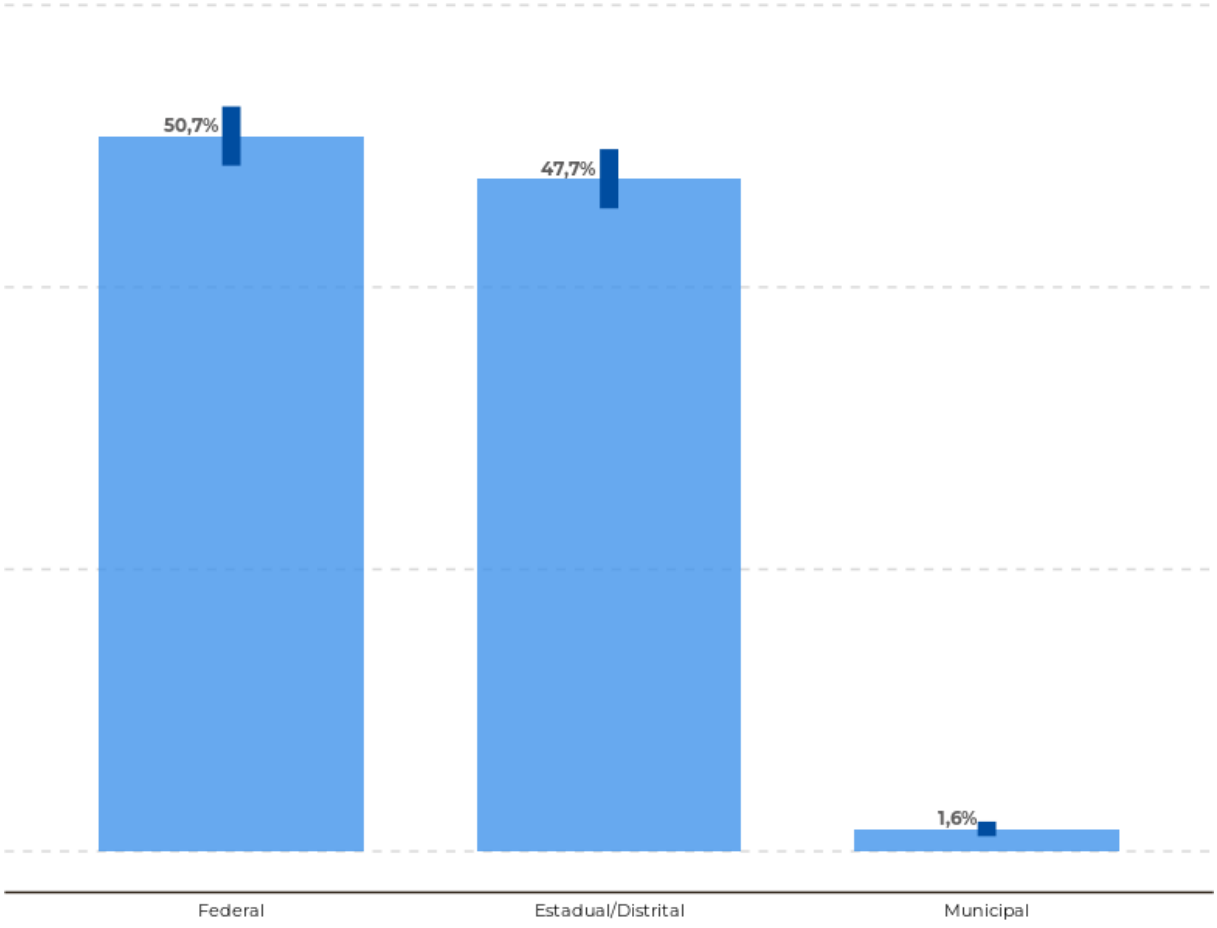
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 32: Regime de trabalho, Distrito Federal, 2024



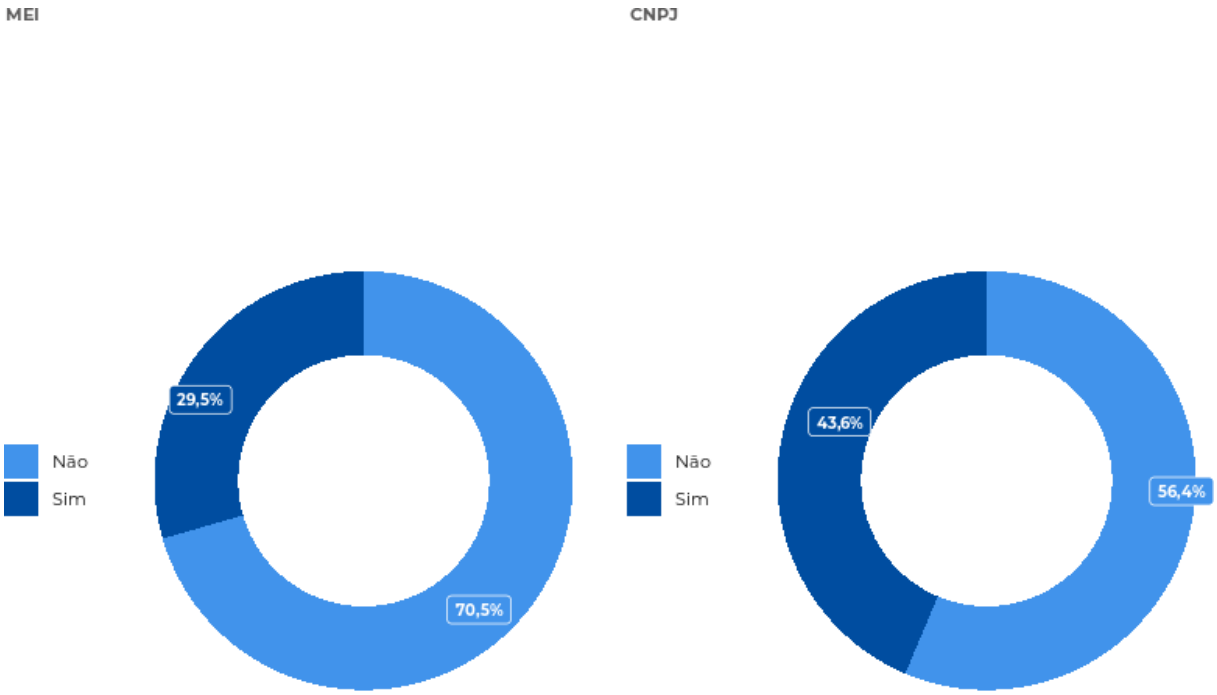
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 33: Área de atuação e modalidade de contratação dos servidores/empregados públicos, Distrito Federal, 2024



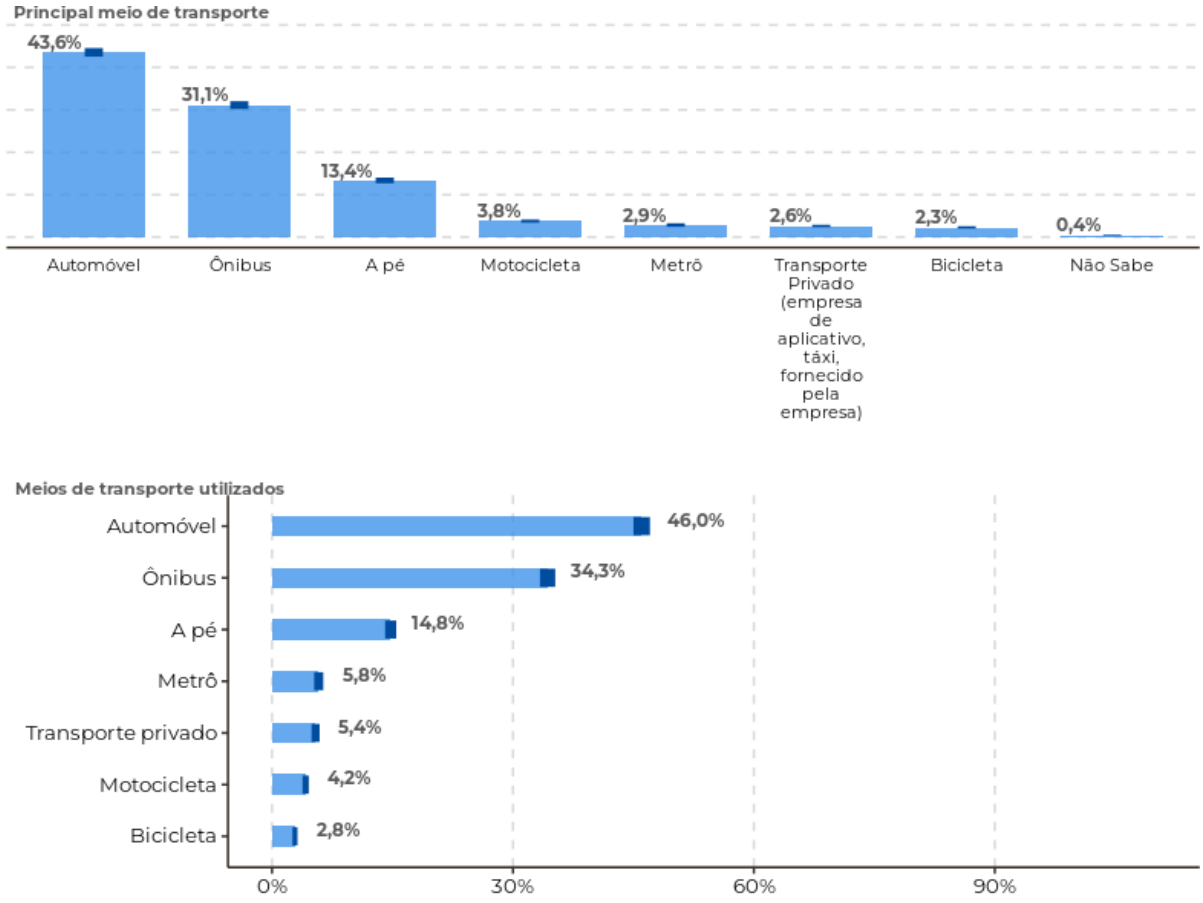
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 34: Empreendedores segundo cadastro de Microempreendedores Individuais (MEI) e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Distrito Federal, 2024



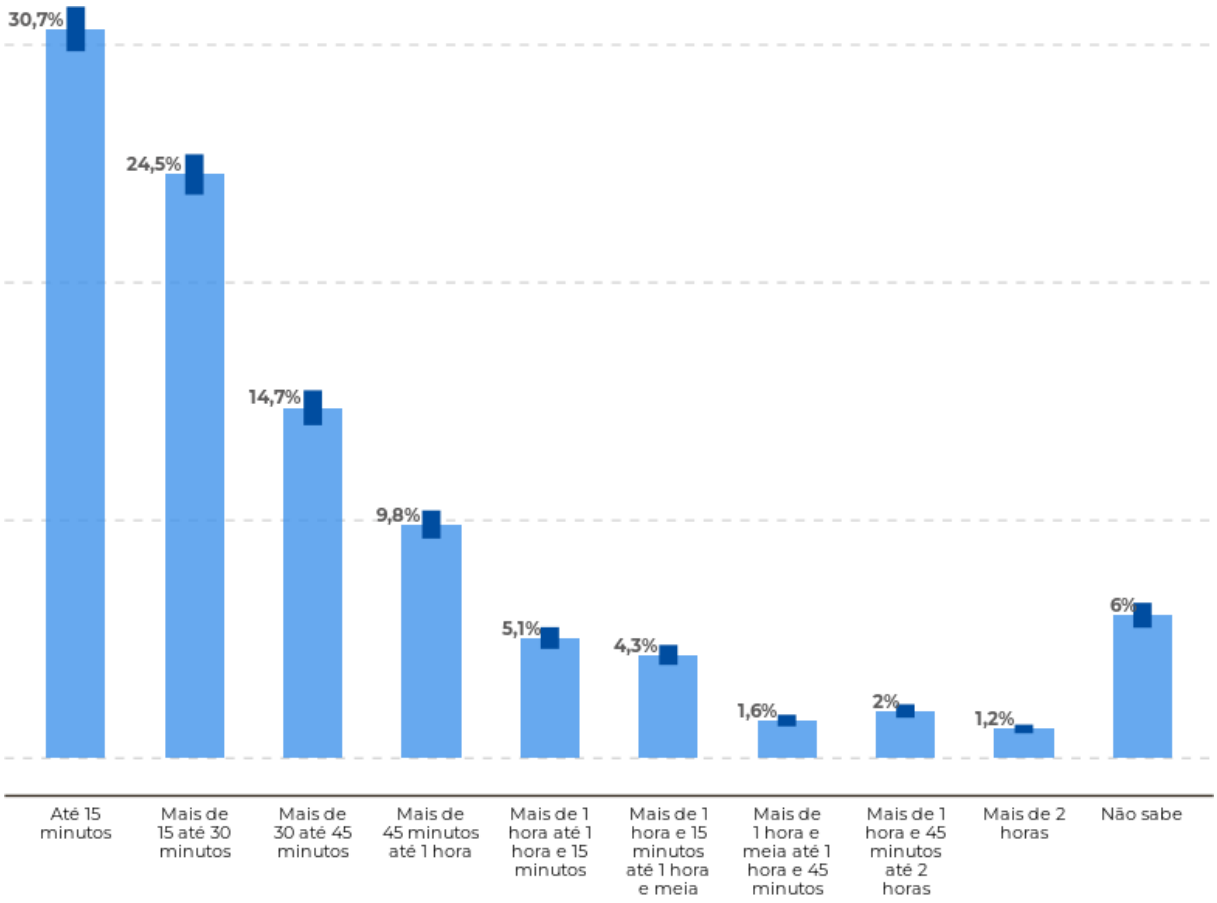
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Figura 35: Meios de transporte utilizados para deslocamento até o trabalho principal, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/PRESI/DIEPS/COEPS/PDADA2023

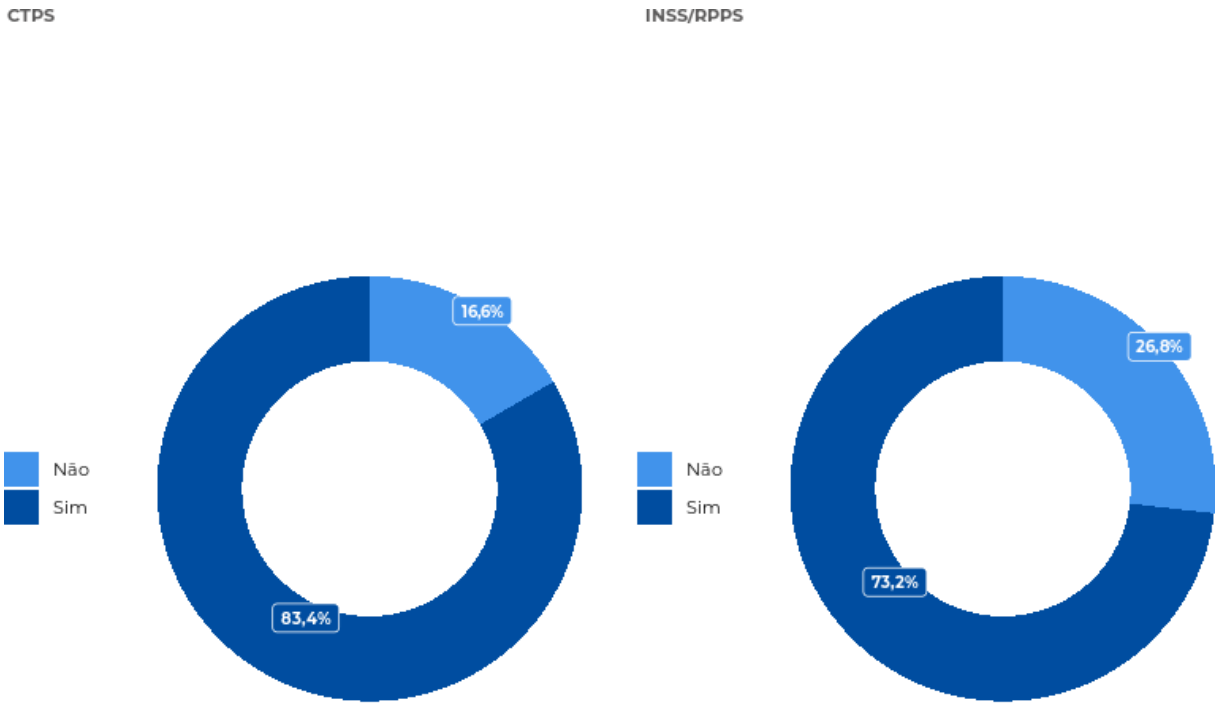
Figura 36: Tempo gasto no meio de transporte da casa até o trabalho, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Sobre a formalização dos assalariados privados, 83,4% informaram ter carteira de trabalho assinada pelo atual empregador[41]. Sobre a cobertura da previdência social pública (INSS), 73,2% dos assalariados privados declararam fazer contribuição[42] (Figura 37).

Figura 37: Distribuição dos assalariados privados segundo posse de carteira de trabalho assinada (CTPS) e contribuição ao INSS, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

[41] Para este resultado foram desconsideradas as pessoas que não souberam responder e aquelas que disseram não ter carteira assinada por serem funcionários públicos.

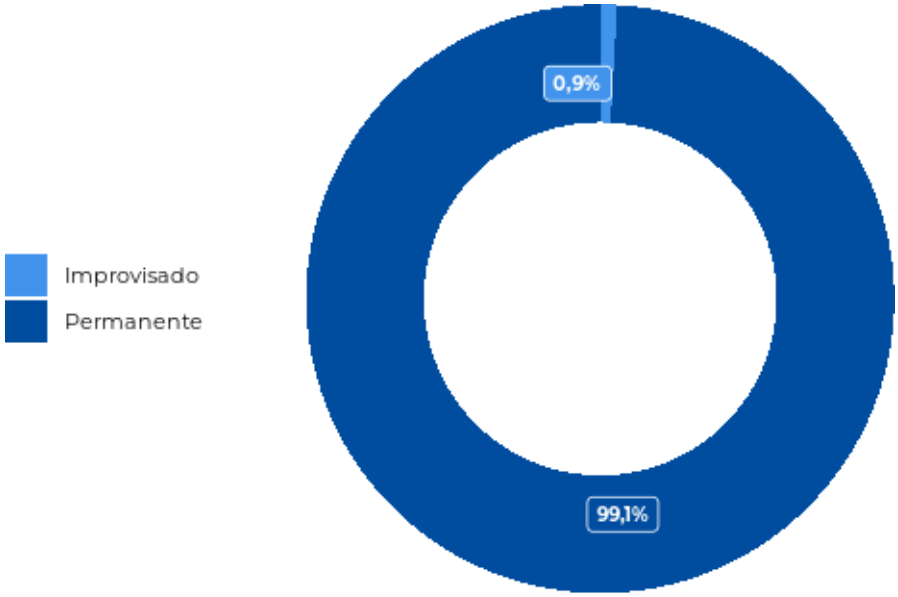
[42] Para este resultado foram considerados os empregados no setor privado, trabalhadores domésticos, estagiários remunerados, aprendizes e autônomos.

5. RESULTADOS – DOMICÍLIOS

Características dos domicílios

A unidade de observação utilizada nesta pesquisa foi o domicílio particular, tendo-se um número estimado de **1.233.897** [43] unidades ocupadas, com uma média de 2,42 moradores por domicílio. A condição permanente foi observada em 99,1% dos domicílios (Figura 38).

Figura 38: Distribuição dos domicílios ocupados segundo a espécie, Distrito Federal, 2024



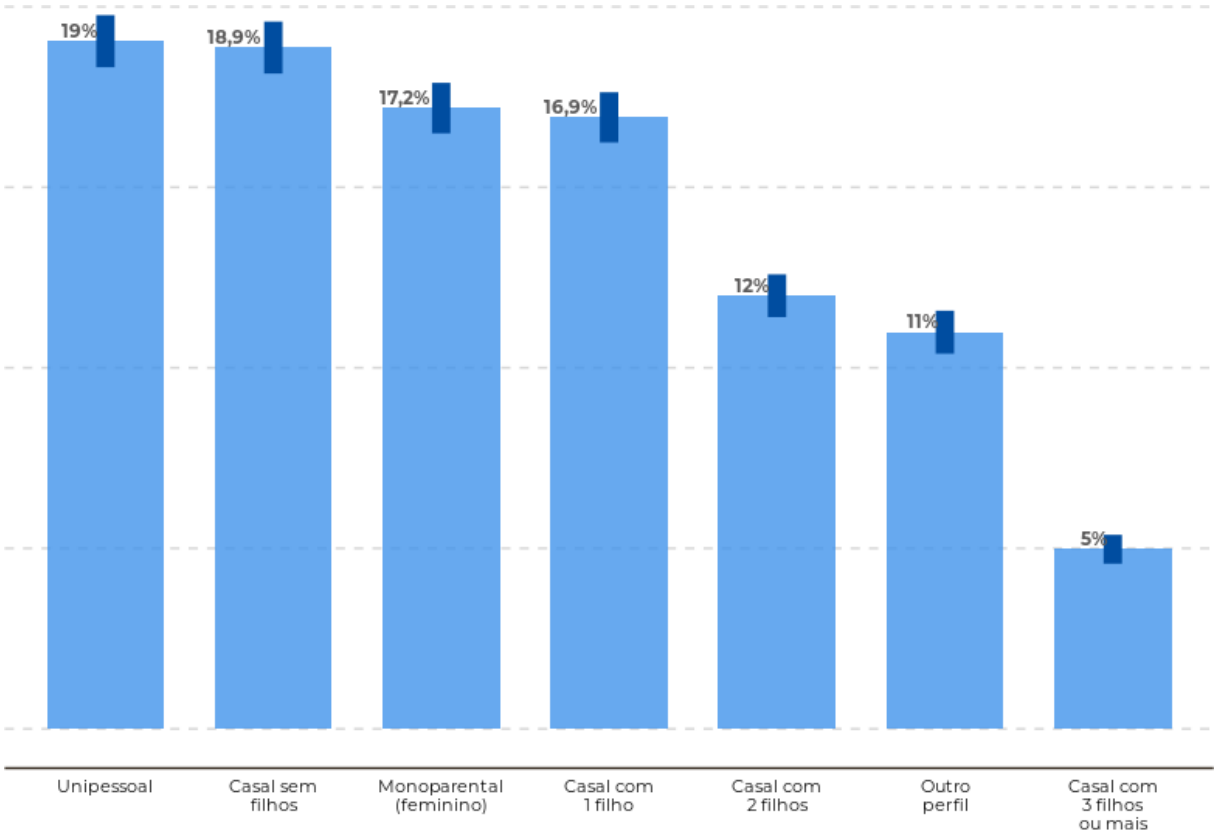
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Para entender como as pessoas estão organizadas dentro dos domicílios, foram criados os seguintes arranjos: unipessoal; monoparental feminino; casais sem filhos; casais com um filho; casais com dois filhos; casais com três ou mais filhos; e outros perfis. Para essas classificações, observou-se que o arranjo "unipessoal" foi o mais observado, em 19% dos domicílios (Figura 39).

No que diz respeito ao tipo, 68,8% dos domicílios eram casa (Figura 40), enquanto a condição de ocupação mais comum era "próprio, já pago", para 57,7% (Figura 41). Por fim, 67,4% dos domicílios próprios possuíam escritura definitiva registrada em cartório, segundo informação dos moradores (Figura 42).

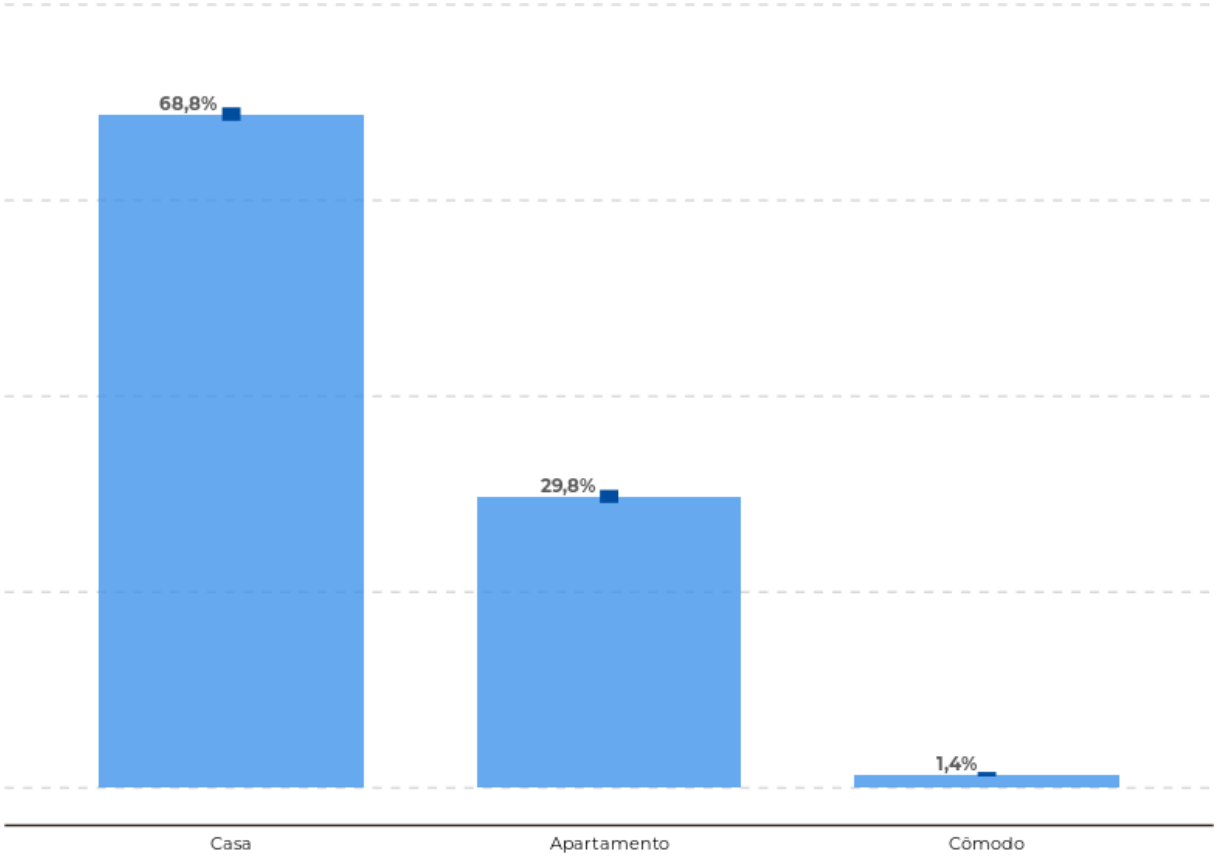
[43] Os dados apresentados correspondem às informações disponíveis em 14/03/2025 , considerando dados do último Censo do IBGE.

Figura 39: Distribuição da população por arranjos domiciliares,Distrito Federal,2024



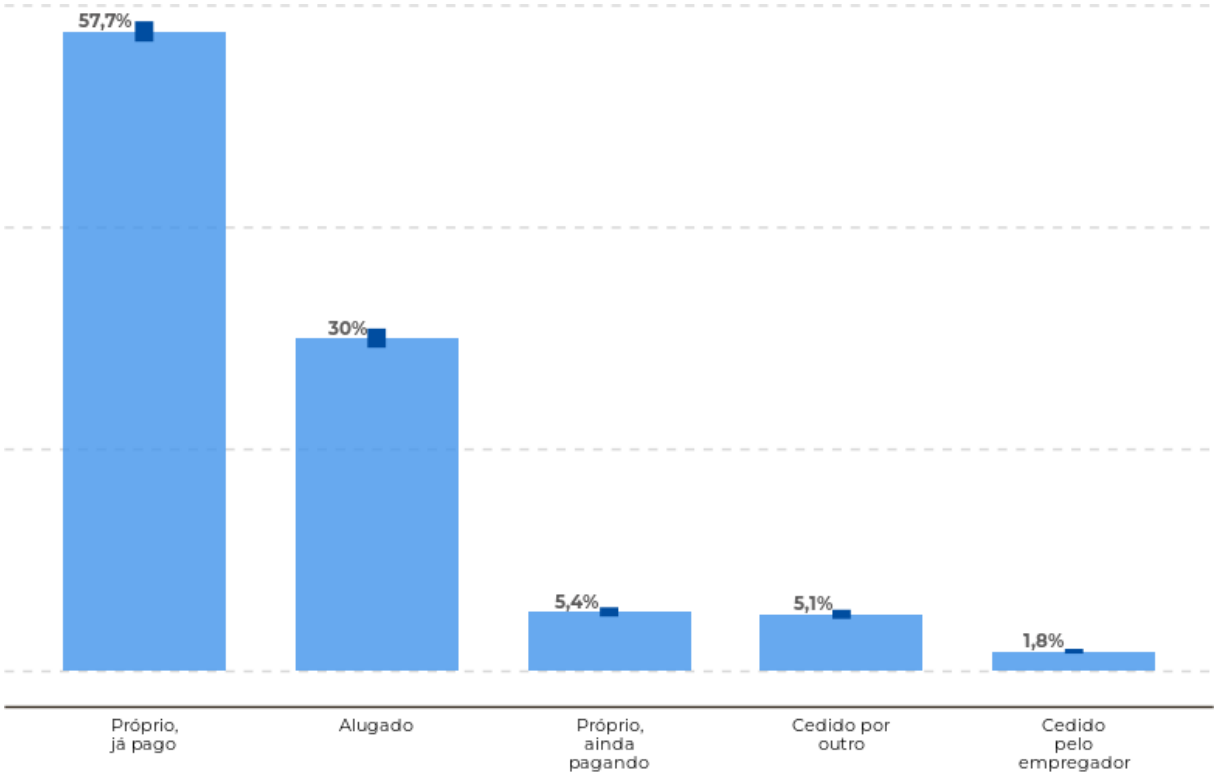
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 40: Distribuição dos domicílios ocupados segundo o tipo, Distrito Federal, 2024



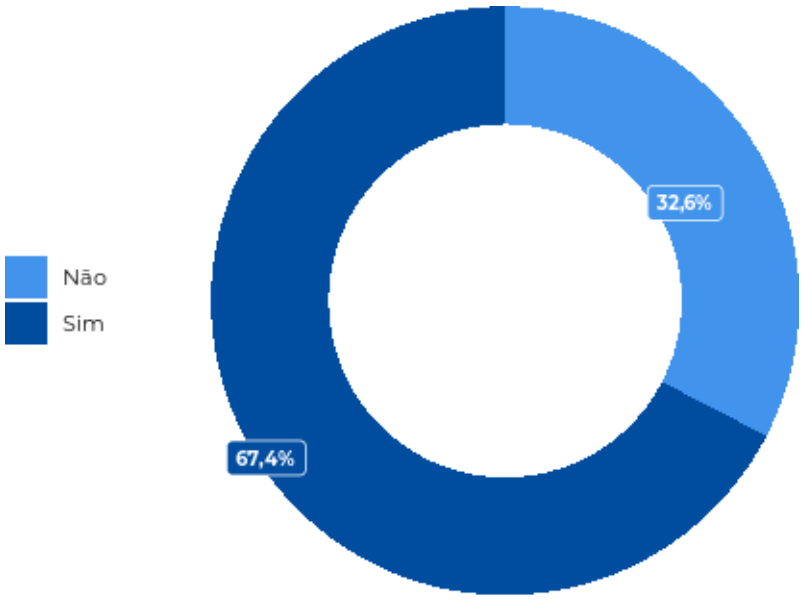
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 41: Distribuição dos domicílios ocupados segundo a condição de ocupação, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 42: Domicílios em imóveis próprios com escritura definitiva registrada em cartório, Distrito Federal, 2024

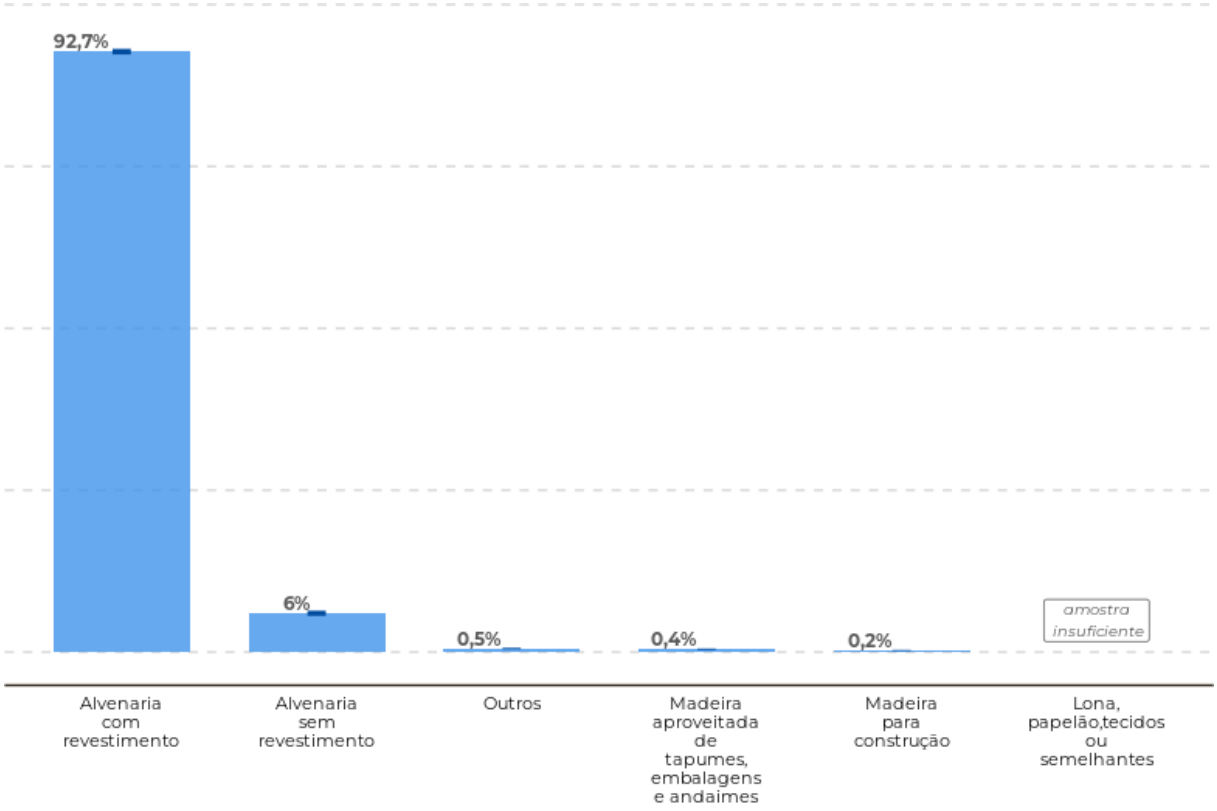


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

5.1. Infraestrutura domiciliar

Passando para a infraestrutura domiciliar, verificou-se que 92,7% das residências apresentavam parede externa de alvenaria com revestimento (Figura 43), 90,6% tinham o material do piso de “cerâmica/procelanatonato/madeira/granito/mármore” (Figura 44), enquanto o telhado era de só laje em 31,6% dos domicílios (Figura 45).

Figura 43: Distribuição dos domicílios ocupados segundo material predominante nas paredes externas, Distrito Federal, 2024

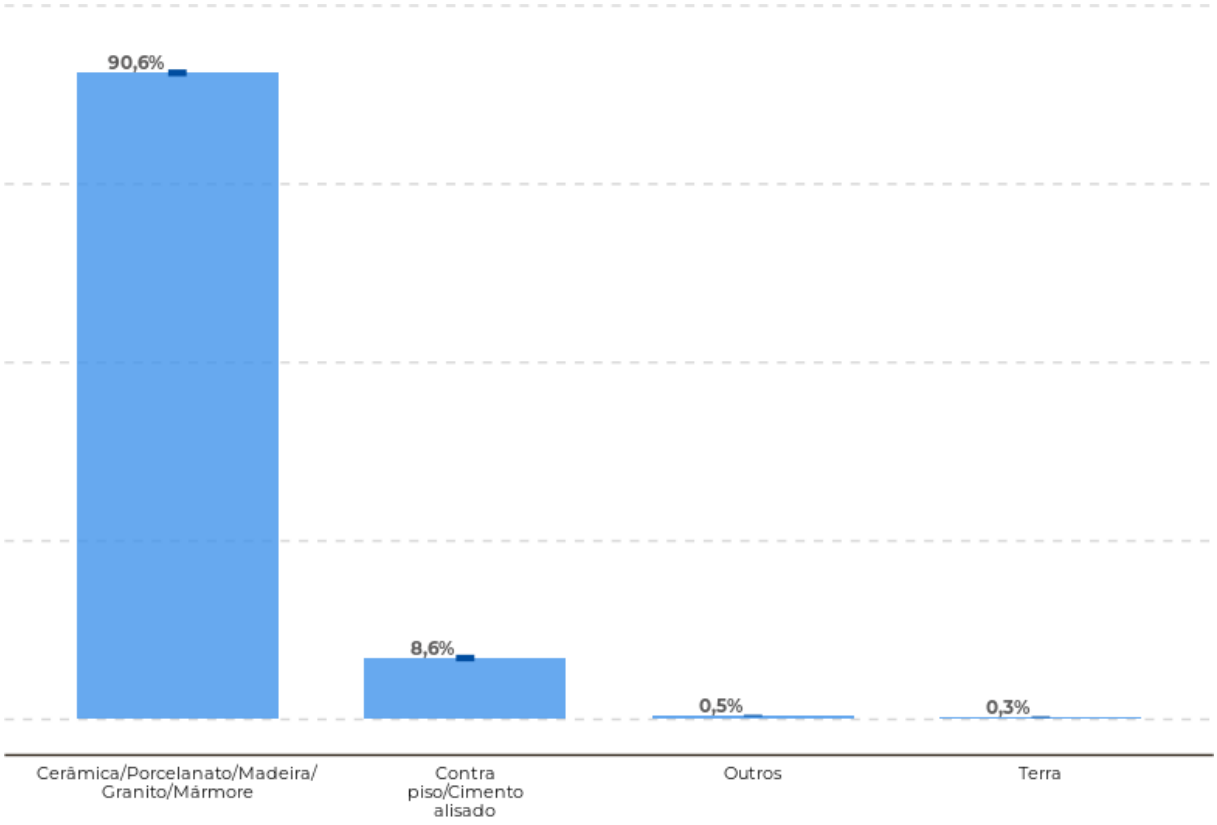


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Quanto ao abastecimento de água, 93,6% dos domicílios tinham acesso à rede geral da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) , 17,1% declararam fazer captação de água da chuva e 74,4% tinham caixa d’água.Entre os 6,5% que declararam outras formas de abastecimento de água, 2,1% tinham poço/cisterna, 3,2% tinham poço artesiano, 0,3% utilizavam gambiarra e 0,4% faziam uso de fontes/nascentes (Figura 46).

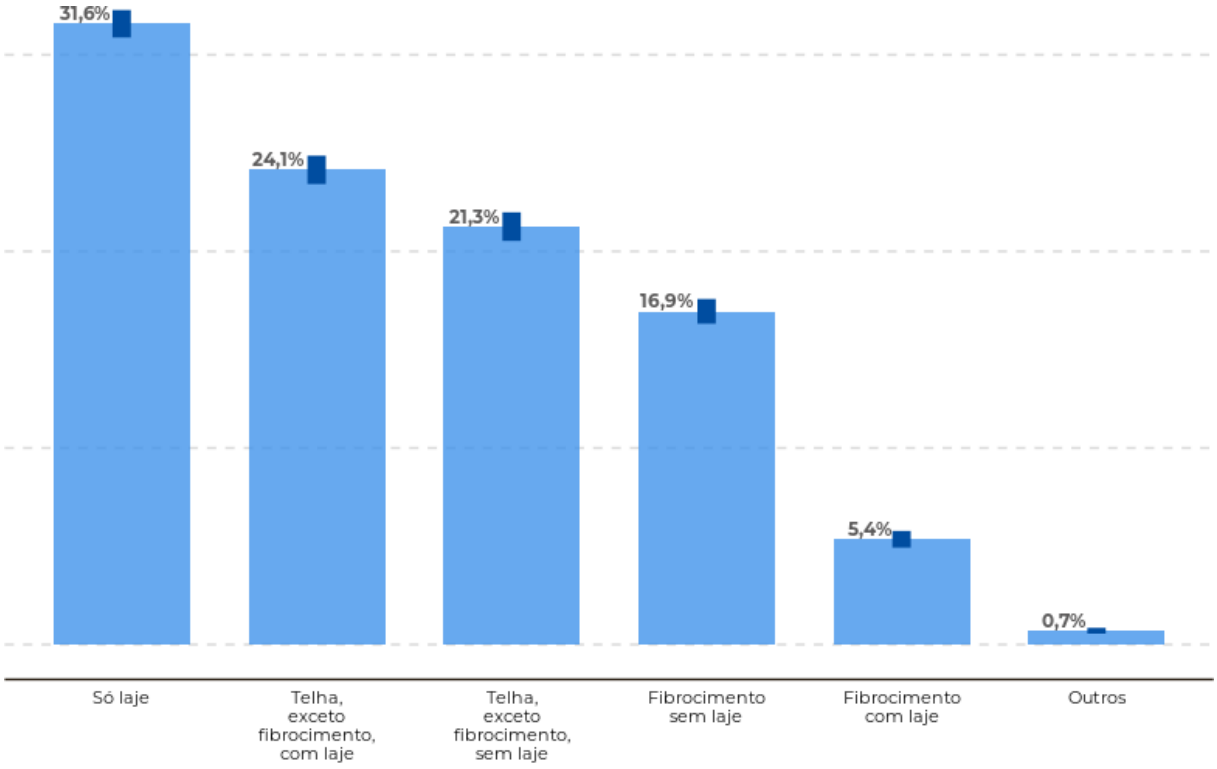
No que diz respeito ao esgotamento sanitário, verificou-se 86,5% dos domicílios com ligação à rede geral da CAESB. Entre os 11,7% que declararam outras formas de esgotamento sanitário , 8,7% declararam ter fossa séptica,

Figura 44: Distribuição dos domicílios ocupados segundo material predominante no piso, Distrito Federal, 2024



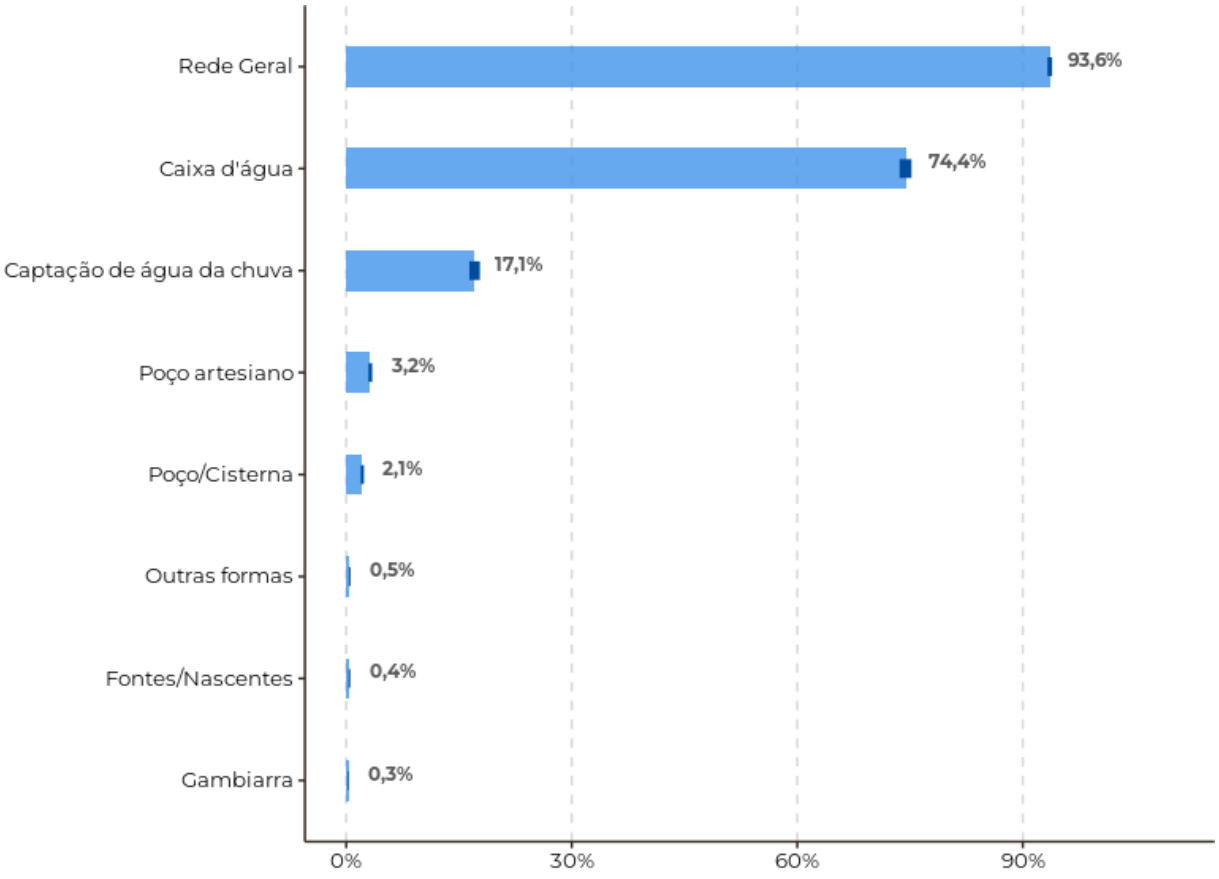
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 45: Distribuição dos domicílios ocupados segundo material predominante na cobertura (telhado), Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

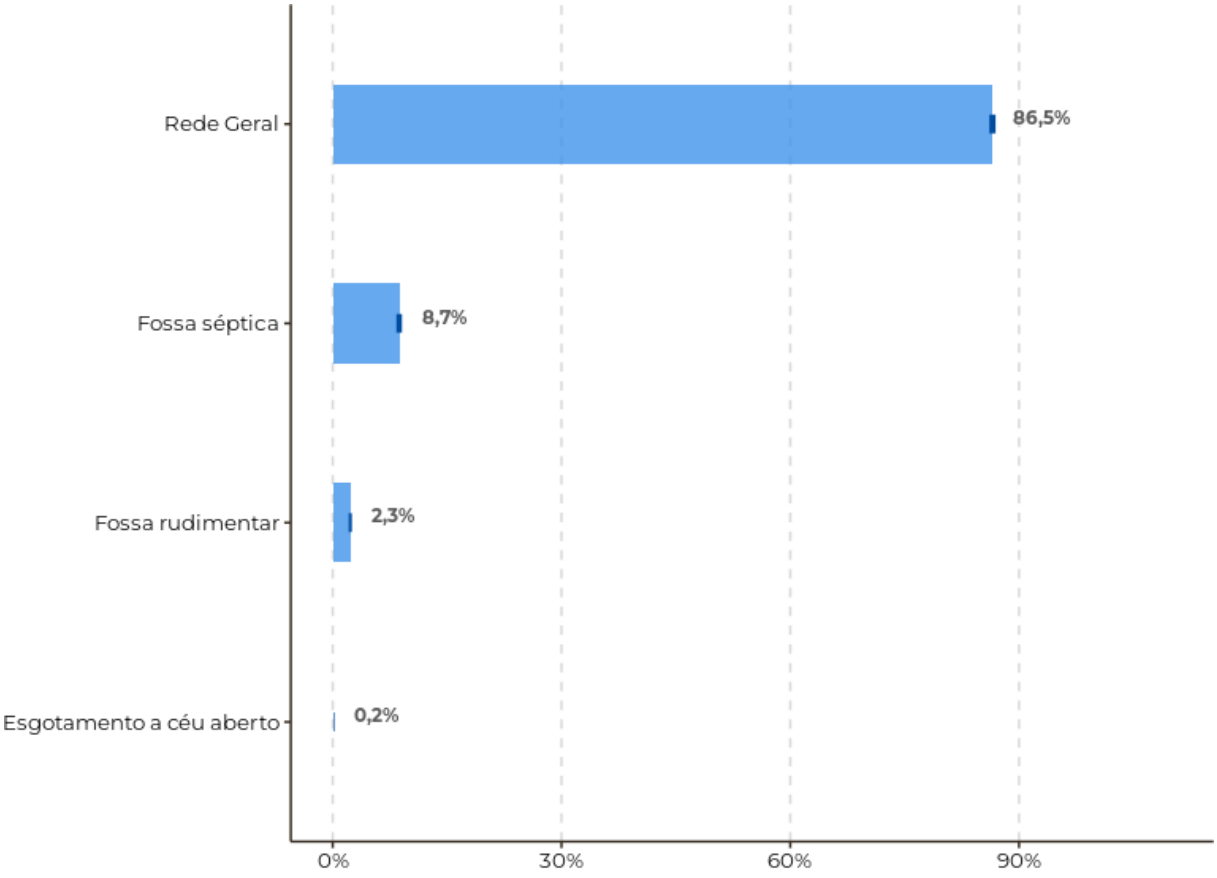
Figura 46: Abastecimento de água no domicílio, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

2,3% tinham fossa rudimentar e o esgotamento a céu aberto estava presente em 0,2% dos domicílios (Figura 47).

Figura 47: Esgotamento sanitário do domicílio, Distrito Federal, 2024



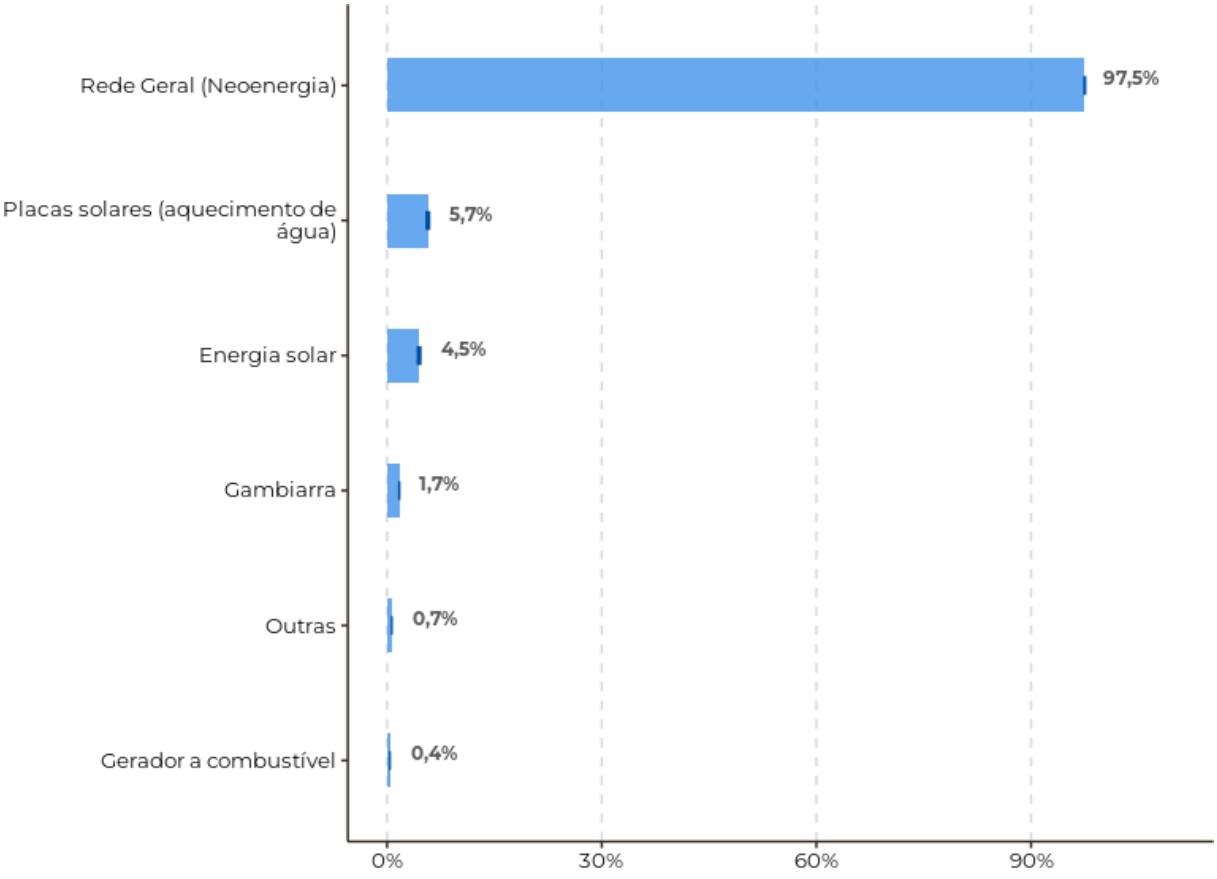
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Sobre o abastecimento de energia elétrica, 97,5% declararam possuir abastecimento da rede geral da Neoenergia (antiga CEB) , 4,5% declararam utilizar energia solar, 5,7% utilizavam placas solar para aquecimento de água, 0,7% possuíam alguma outra forma de geração de energia , 0,4% tinham gerador a combustível , 1,7% declararam utilizar gambiarra (Figura 48).

No que diz respeito ao recolhimento de lixo, 93,6% afirmaram ter coleta direta[44], 67,9% coleta seletiva4,1% e tinham coleta indireta, 0,4% informaram jogar em local impróprio, enquanto 1,2% disseram queimar ou enterrar o lixo. Além disso, 3,3% informaram haver coleta privada do lixo (Figura 49).

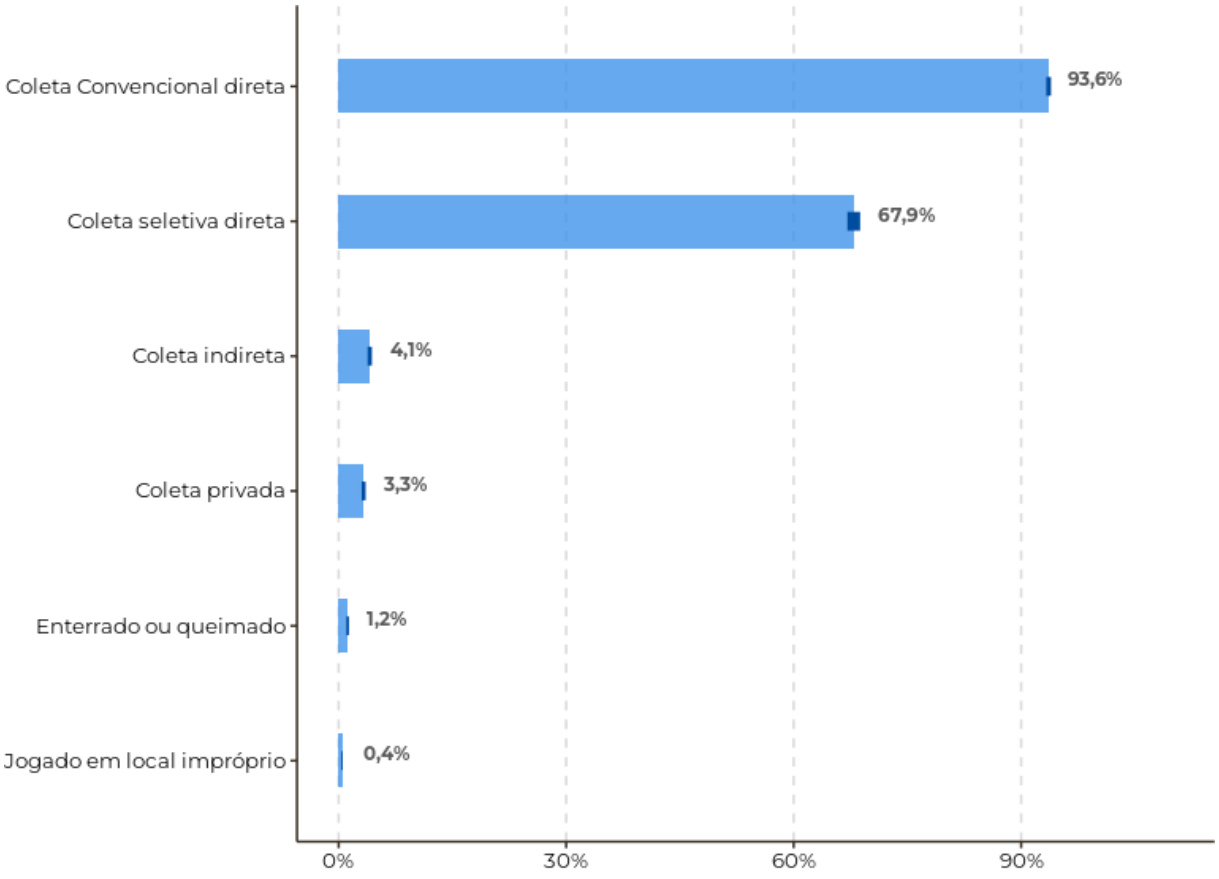
[44] Um domicílio pode ter tanto coleta direta seletiva quanto coleta direta não-seletiva.

Figura 48: Abastecimento de energia elétrica no domicílio, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 49: Recolhimento do lixo no domicílio, Distrito Federal, 2024

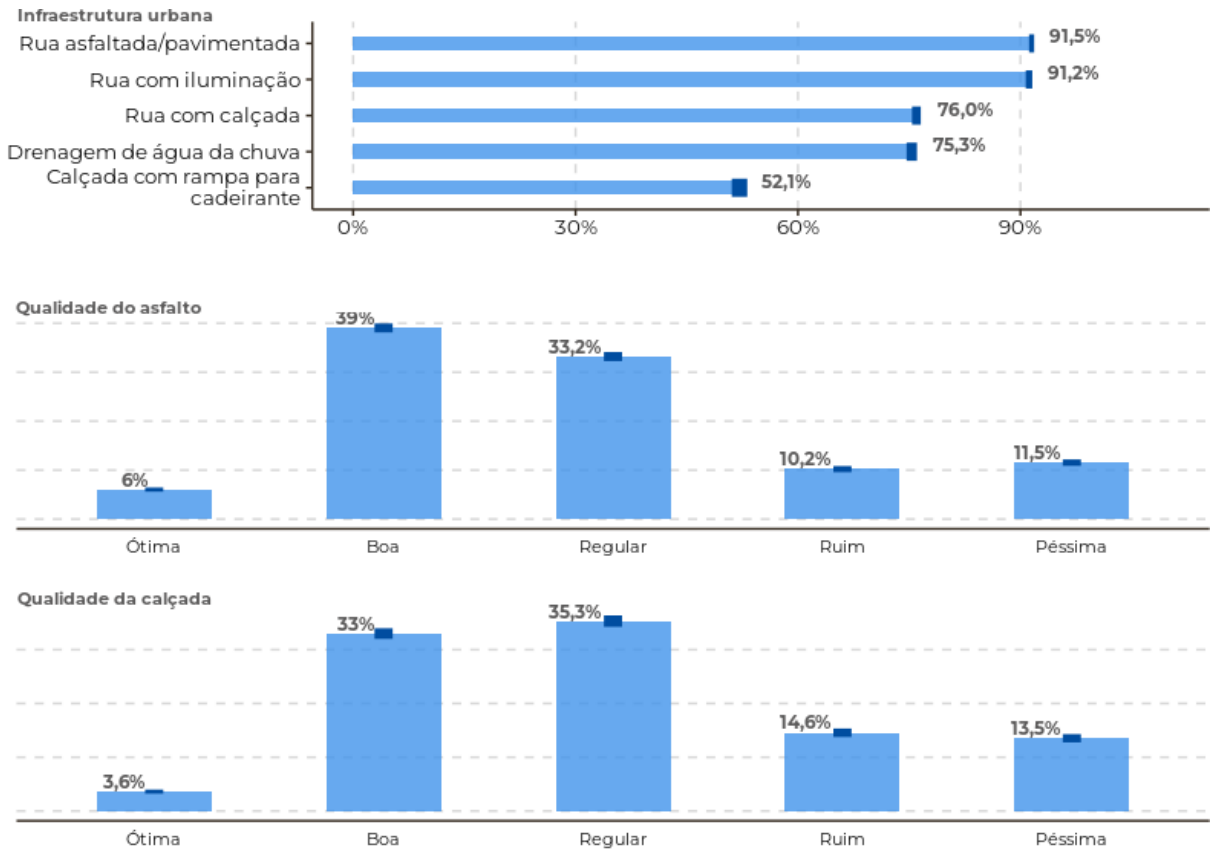


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

5.2. Infraestrutura urbana nas proximidades dos domicílios

Passando para as questões referentes à infraestrutura urbana existente nas proximidades dos domicílios, verificou-se que a rua de acesso principal ao domicílio era asfaltada em 91,5% das unidades, 76% afirmaram ter calçada, das quais 52,1% tinham rampa de acesso para cadeirante. Para 91,2% dos entrevistados havia iluminação na rua principal de acesso ao domicílio, enquanto 75,3% responderam que havia drenagem da água da chuva (boca de lobo) (Figura 50).

Figura 50: Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, Distrito Federal, 2024

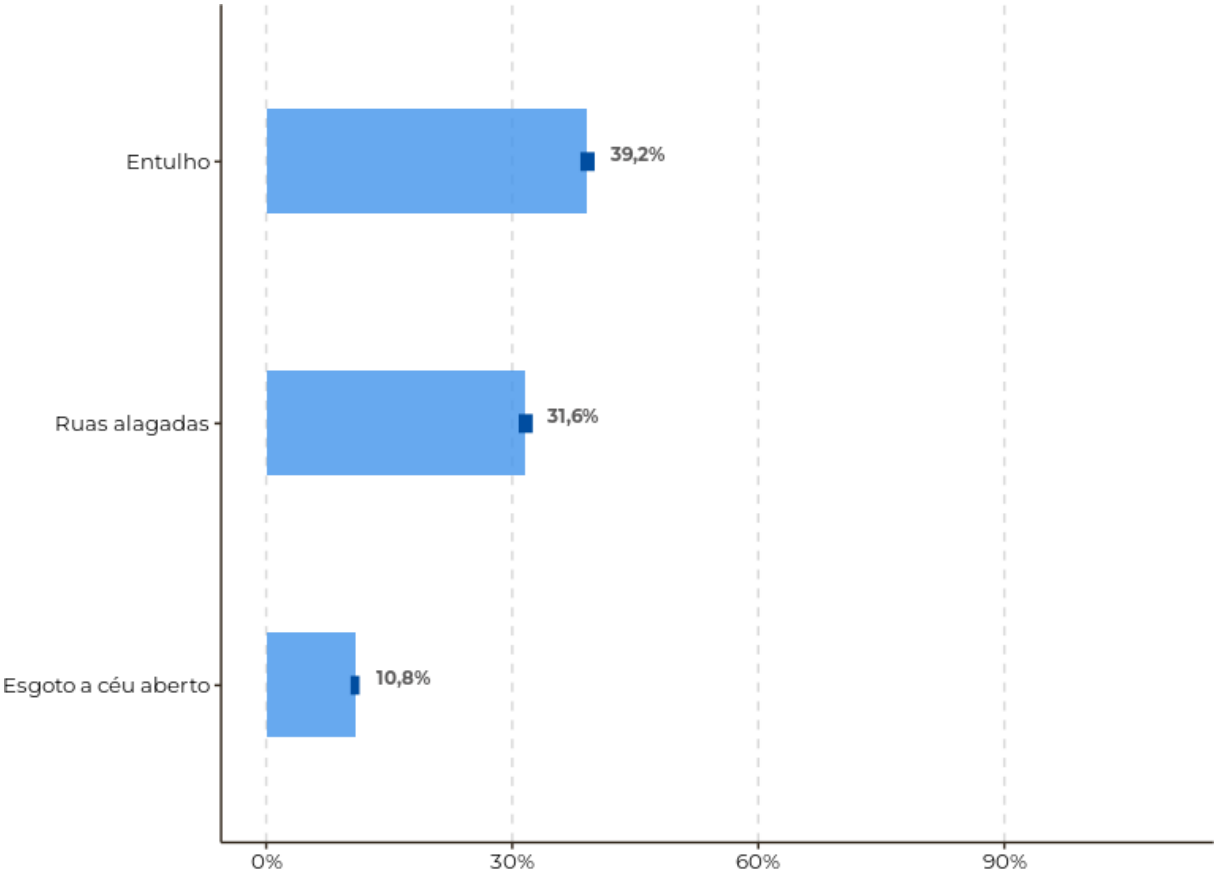


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Sobre problemas nas proximidades dos domicílios , 39,2% responderam que havia descarte inadequado de entulho , 10,8% relataram existência de esgotos a céu aberto e 31,6% informaram que as ruas ficavam alagadas em ocasiões de chuva (Figura 51).

Sobre infraestrutura pública nas proximidades dos domicílios, 81,8% responderam que havia ruas arborizadas, 65,6% responderam que havia parques

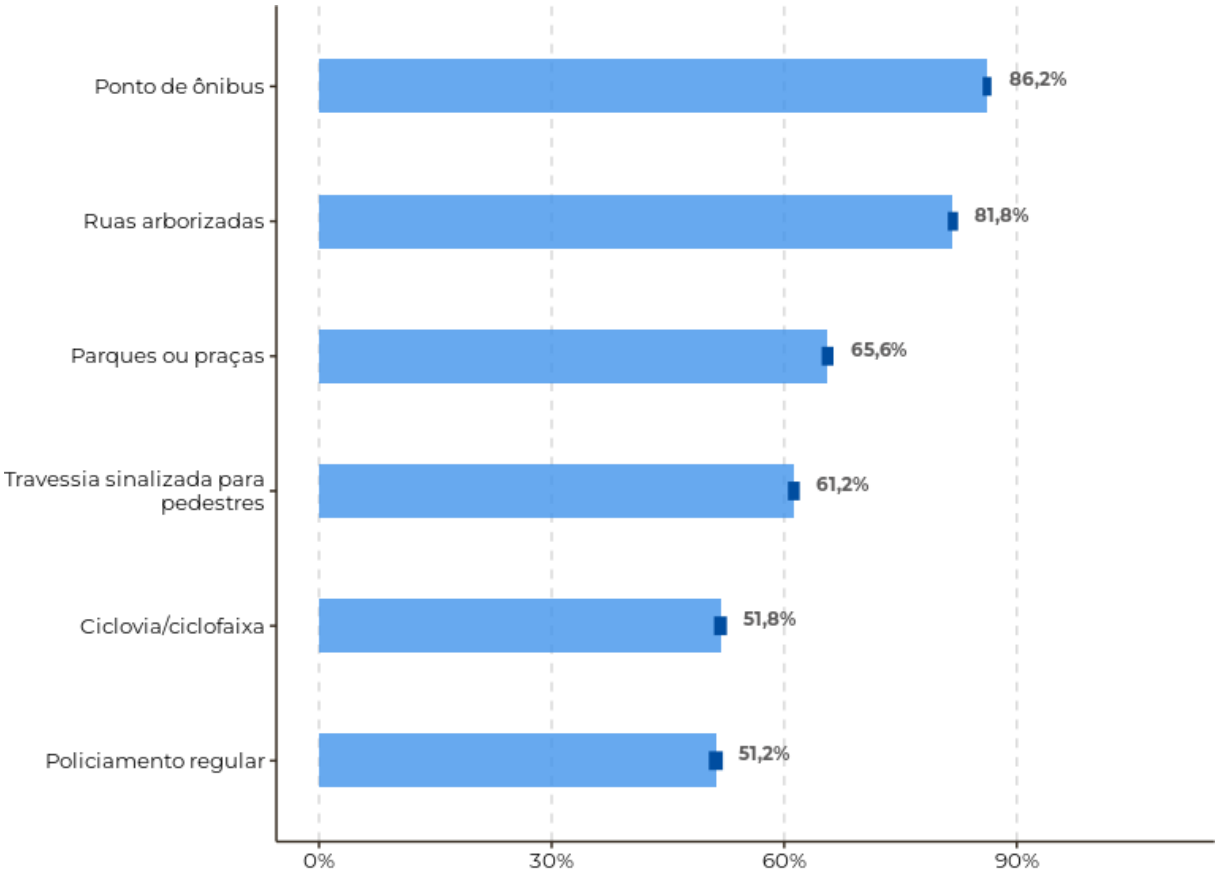
Figura 51: Problemas nas cercanias do domicílio, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

e praças, 51,8% responderam que existia ciclofaixa/ciclovia, 61,2% informaram a existência de travessia sinalizada para pedestres (como faixas de pedestre, passarela, passagem subterrânea, semáforo) e 86,2% informaram existir ponto de ônibus nas proximidades .No que tange às questões de segurança, 51,2% afirmaram haver policiamento regular (Figura 52).

Figura 52: Infraestrutura urbana nas cercanias do domicílio, Distrito Federal, 2024

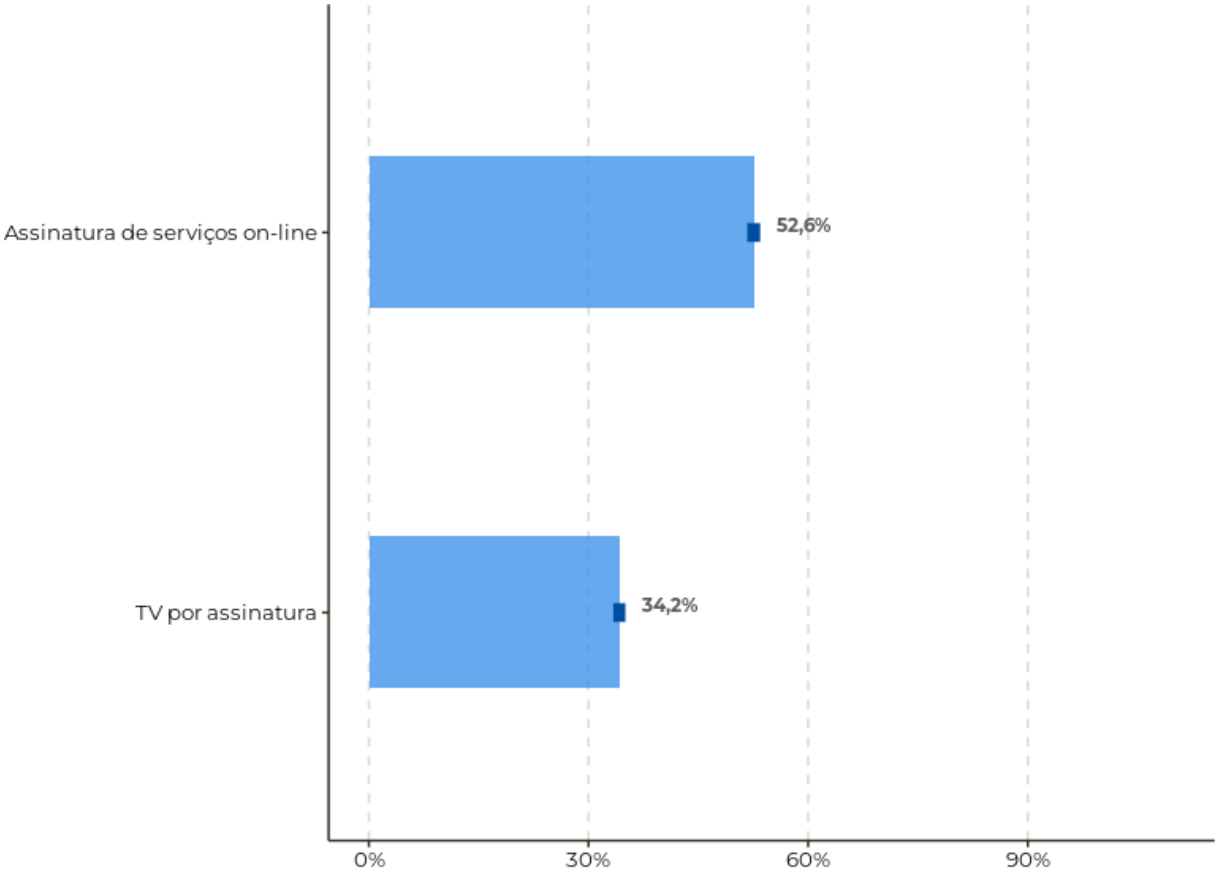


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

5.3. Serviços domiciliares e inventário de bens duráveis

Uma importante característica que permite avaliar a capacidade de consumo das unidades domiciliares é a contratação de serviços domiciliares e a posse de bens duráveis. Assim sendo, este bloco é dedicado a investigar essas questões. Em 52,6% dos domicílios havia assinatura de serviços on-line, como filmes, músicas, notícias, cursos, esportes etc., enquanto em 34,2% dos domicílios havia serviço de TV por assinatura (Figura 53).

Figura 53: Contratação de serviços pelos domicílios, Distrito Federal, 2024



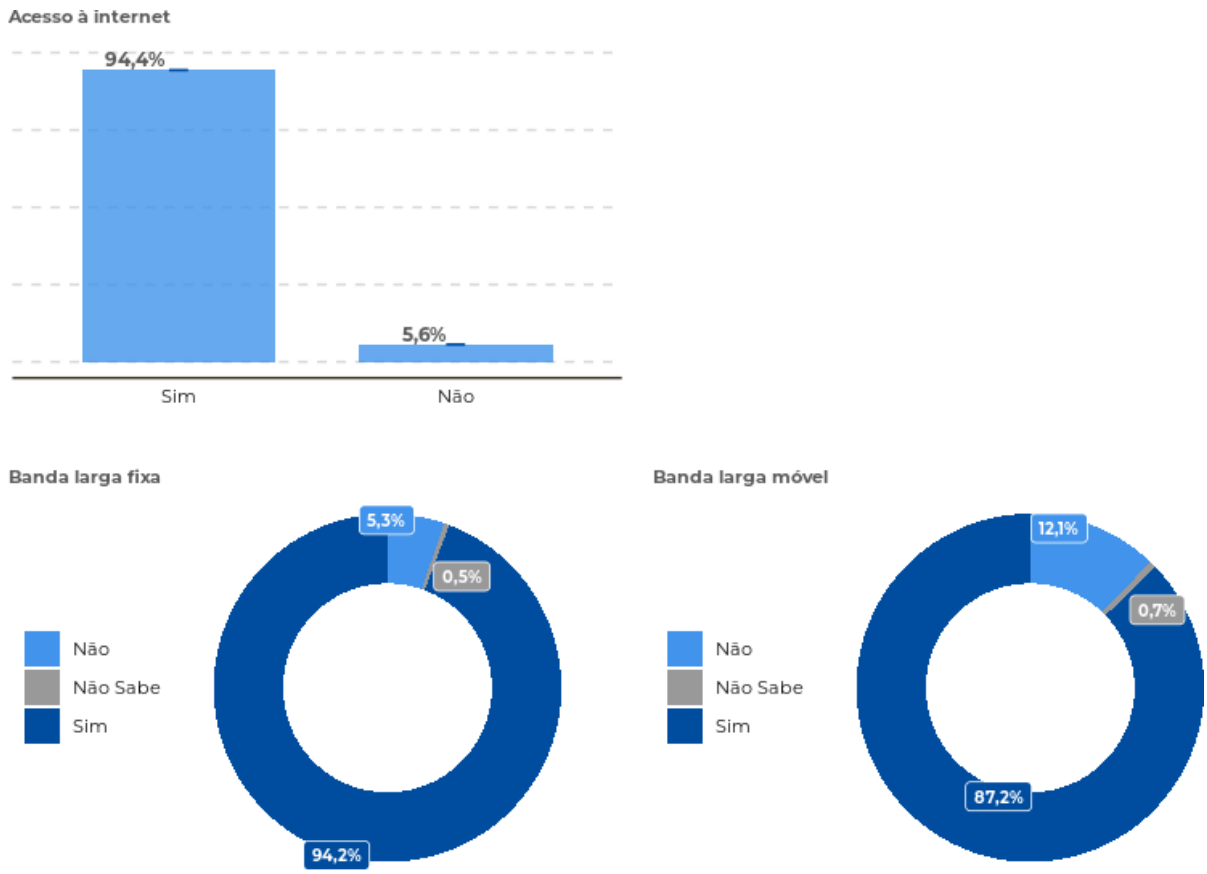
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Sobre internet, 94,4% dos domicílios possuíam acesso próprio ou compartilhado[45] (Figura 54).

No que diz respeito à posse de veículos, 63,7% dos entrevistados declararam possuir automóvel, 8,8% informaram ter motocicleta e 36,9% disseram possuir bicicleta (Figura 55).

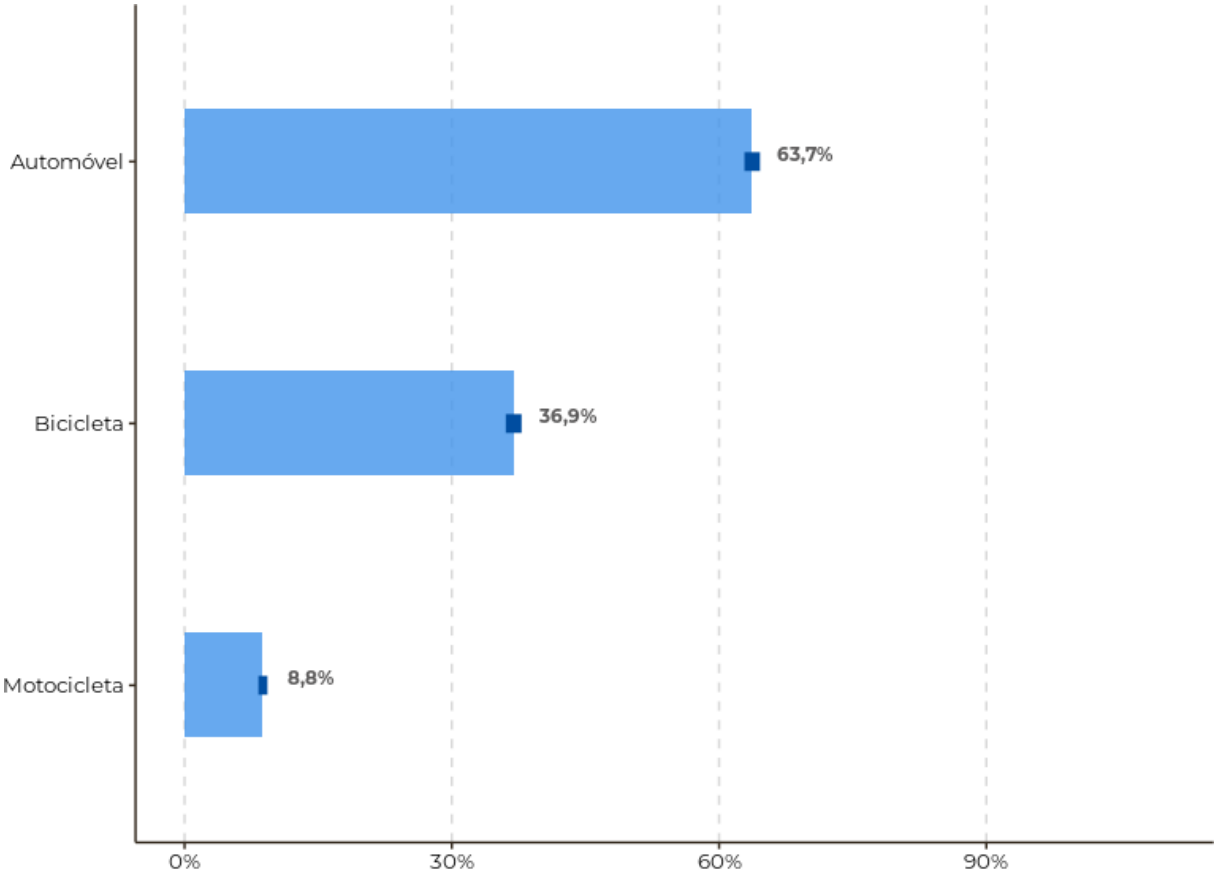
[45] Pelo menos um morador do domicílio tinha acesso à internet, seja esta fixa ou móvel.

Figura 54: Modalidades de acesso à internet no domicílio, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

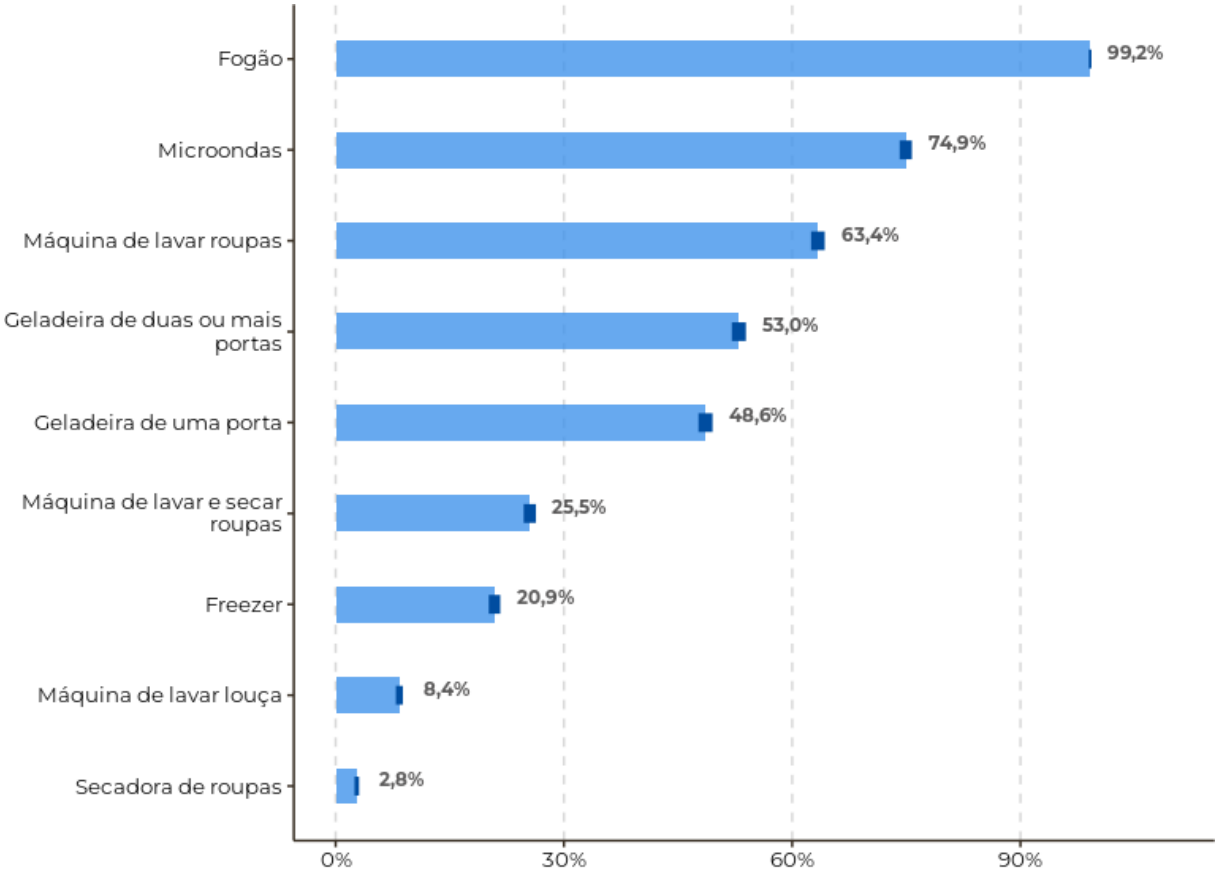
Figura 55: Posse de veículos no domicílio, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Sobre a posse de eletrodomésticos, observou-se que 99,2% dos domicílios tinham pelo menos um fogão, 74,9% tinham micro-ondas , 48,6% tinham geladeira de uma porta, 53% tinham geladeira de duas ou mais portas, 20,9% tinham freezer , 63,4% tinham máquina de lavar roupas, 25,5% tinham máquina de lavar e secar roupas, 2,8% tinham secadora de roupa , 8,4% tinham máquina de lavar louça, 90,3% tinham televisores tela fina/plana, 54,2% Notebooks/Laptops/Microcomputadores/Desktop, 18,5% tinham ar-condicionado e 65,5% tinham circuladores e/ou ventiladores de ar (Figura 56, Figura 57).

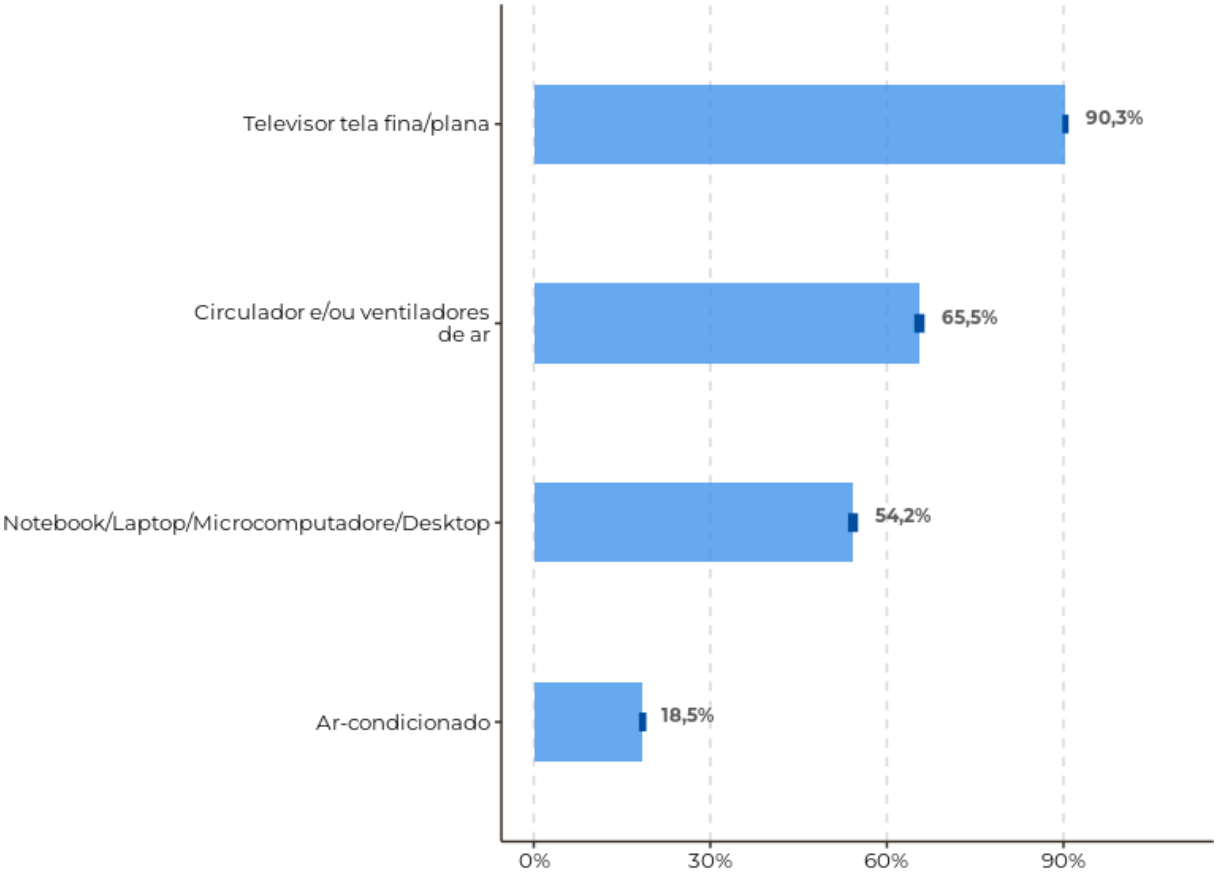
Figura 56: Inventário de bens duráveis dos domicílios, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

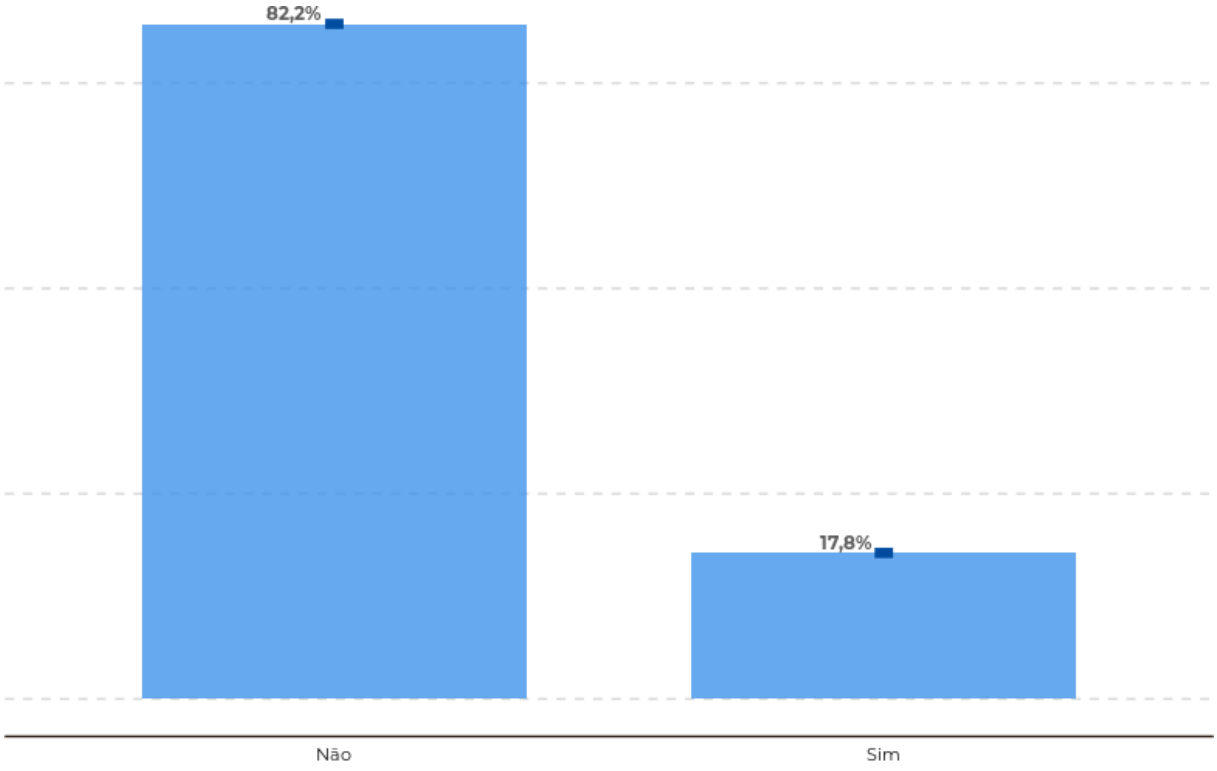
Questionou-se, ainda, a utilização de serviços domésticos. Em 82,2% dos domicílios, os respondentes declararam não haver a contratação de empregados domésticos, sejam mensalistas ou diaristas (Figura 58 e 59).

Figura 57: Inventário de bens duráveis dos domicílios (Continuação), Distrito Federal, 2024



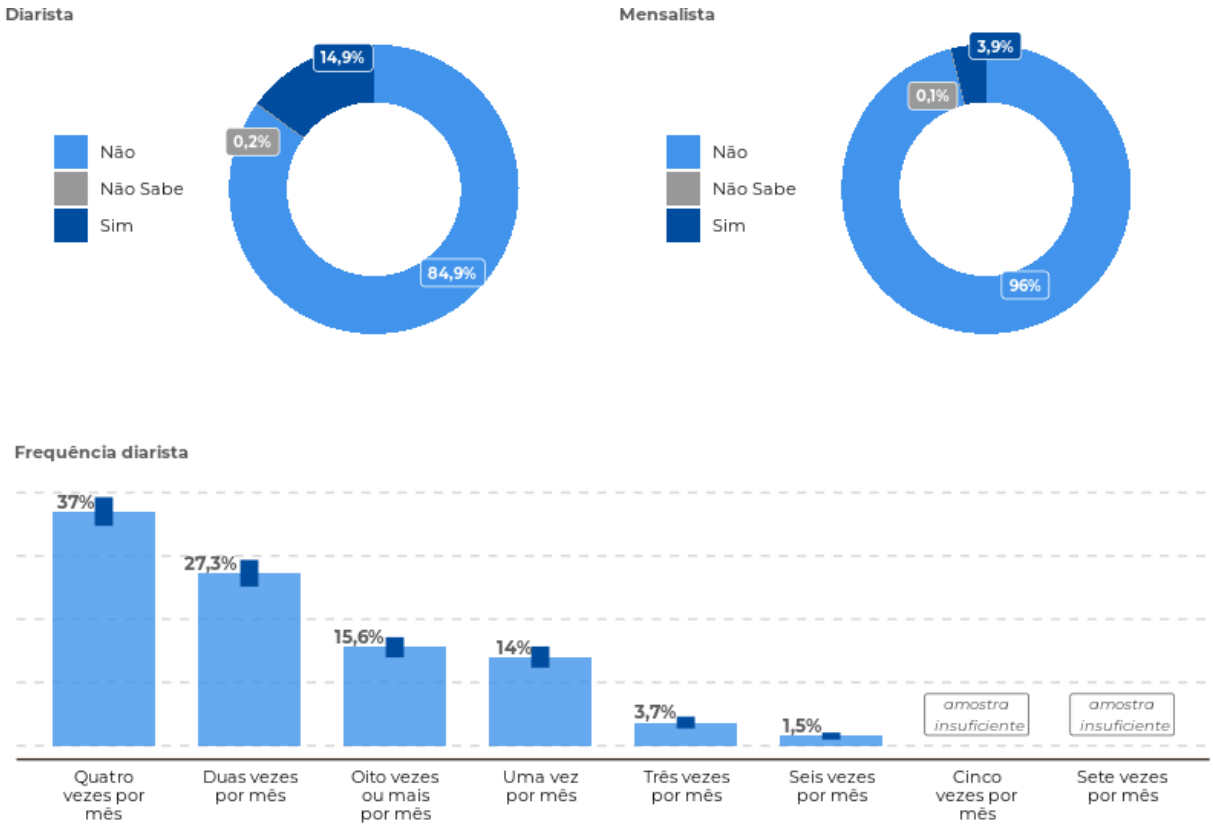
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 58: Distribuição dos domicílios ocupados segundo contratação de empregados domésticos, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Figura 59: Utilização de serviços domésticos nos domicílios, Distrito Federal, 2024



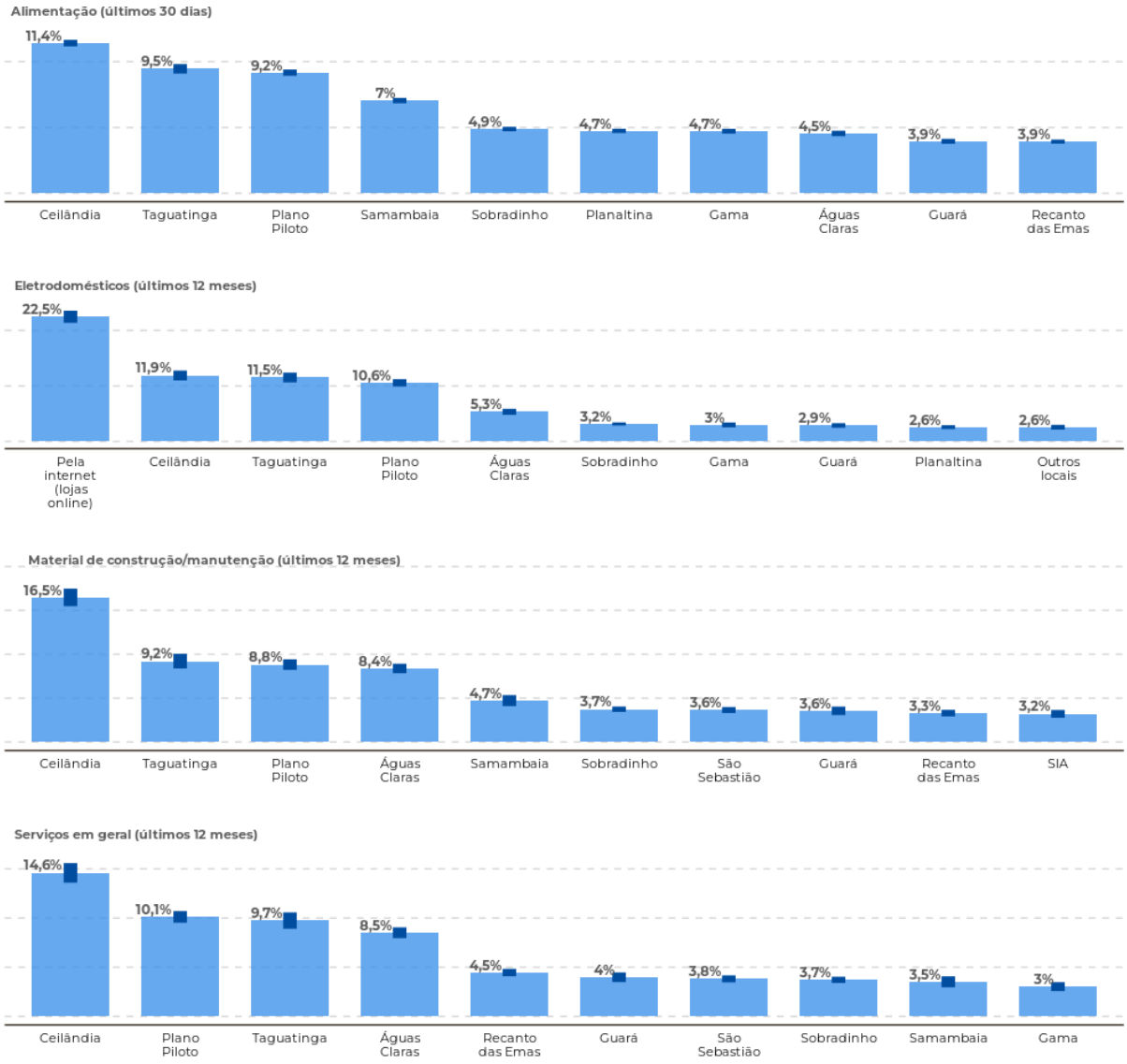
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

5.4. Localidades predominantes de compras

Nesta edição, a PDAD-A perguntou quais eram as localidades predominantes de compra de alguns itens de consumo domiciliar[46]. Para alimentação, higiene e limpeza, tendo como referência o último mês a partir da data da entrevista, 11,4% dos respondentes indicaram Ceilândia como a principal localidade. Agora, sempre considerando como referência os últimos doze meses, o principal local de compra de eletrodomésticos foi Pela Internet (Lojas Online) (22,5%), de materiais de construção ou manutenção foi Ceilândia (16,5%) e de serviços em geral (exceto limpeza doméstica) foi Ceilândia (14,6%) (Figura 60).

[46] Foram desconsiderados os domicílios que não efetuaram compras dos itens questionados no período de referência.

Figura 60: Locais predominantes de compra de artigos de alimentação, higiene e limpeza, eletrodomésticos, material de construção/manutenção e serviços em geral, Distrito Federal, 2024

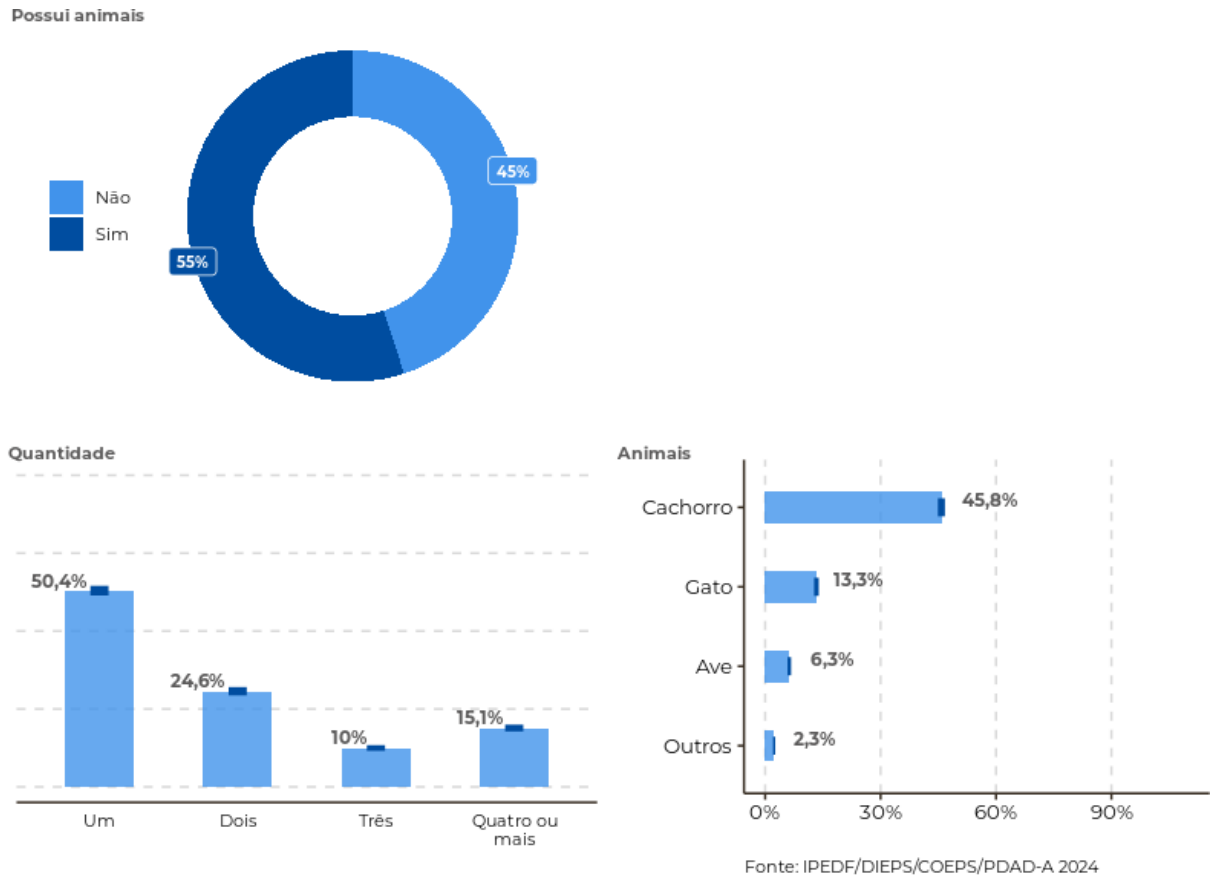


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024
Obs.: São reportadas até o limite das dez maiores categorias.

5.5. Animais de estimação

Sobre a existência de animais de estimação nos domicílios. Segundo os entrevistados, em 55% havia pelo menos um animal de estimação (Figura 61).

Figura 61: Existência de gatos, cachorros, aves, peixes ou outros animais domésticos no domicílio, Distrito Federal, 2024



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD-A 2024

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal

SAM, Bloco H, Setores Complementares

Ed. Sede Codeplan

CEP: 70620-080 - Brasília-DF

Fone: (0xx61) 3342-2222

www.ipe.df.gov.br

ipe@ipe.df.gov.br

IPEDF

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal